

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

**KATIANA SOUZA SANTOS**

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NA  
PERSPECTIVA DE MARIA FIRMINA DOS REIS: análise do romance Úrsula**

São Luís

2015

**KATIANA SOUZA SANTOS**

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NA  
PERSPECTIVA DE MARIA FIRMINA DOS REIS: análise do romance Úrsula**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar, Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Sousa Nascimento

São Luís

2015

S823r      Santos, Katiana Souza

Relações de gênero na segunda metade do  
Século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos  
Reis: análise do romance Úrsula. Katiana Souza  
Santos. São Luís, MA - 2015.

**134 f.; il. ; 30 cm**

Nascimento      Orientador: Profa. Dra. Sandra Maria S.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal  
do Maranhão.

1 Gênero      2. Literatura      3. História  
4. Maria Firmina dos Reis.      I. Título

**CDD 869.9**  
**CDU 82.94**

**KATIANA SOUZA SANTOS**

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NA  
PERSPECTIVA DE MARIA FIRMINA DOS REIS: análise do romance Úrsula**

Defesa de Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar - da Universidade Federal do Maranhão, como requisito obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Maria Sousa Nascimento

Aprovada em     /     /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sandra Maria Sousa Nascimento (Orientadora)  
Doutora em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva  
Doutora em Estudos Étnicos e Africanos  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Mônica Teresa Costa Sousa  
Doutora em Direito  
Universidade Federal do Maranhão

*“Se queres saber a história.Pega no livro. – E depois? Relativo, e conjunção. Dirão todos que vós sois.”*

Maria Firmina dos Reis

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de extremo reconhecimento por cada peça que compôs o trabalho que aqui apresento, por isso é uma tarefa delicada, sob o risco de esquecer-me de algumas pessoas. Mas não me furtando deste momento, inicio os meus agradecimentos Àquele que me faz gente e me ergue em todos os momentos. Agradeço a Deus por permitir minha existência num lar sadio, onde fui ensinada sob a ótica de bons valores que foram fundamentais para minha constituição enquanto ser.

Aos meus pais, por me fazerem perceber desde cedo que o estudo, a honestidade e a perseverança são determinantes na caminhada da vida. Pessoas simples, que não tiveram a oportunidade de graduarem-se, mas que são possuidoras de infinita sabedoria.

À minha irmã, a quem sempre desejo exercer influência na busca pelo saber e a quem dedico todos os esforços para contribuir na formação de uma mulher íntegra.

Aos familiares, amigos e amigas de faculdade, igreja, serviço, escolas e demais círculos de amizades que me colocaram em suas orações e me fortaleceram neste processo de escrita.

Aos discentes da turma 2013, técnicos e docentes do Pgcult que proporcionaram, cada um em sua competência, momentos de discussão e aprendizado. Um agradecimento mais que especial a César Borralho, Maria Aparecida, Thayza Felipe e Rarielle Rodrigues por todas as conversas de bastidores, os momentos de descontração, as dúvidas coletivas, as resoluções de questões acadêmicas, às contribuições e os puxões de orelha. Se cheguei até aqui, esse quarteto de agosto muito contribuiu.

Às professoras Doutoras Régia Agostinho da Silva e Zilmara de Jesus Viana de Carvalho pelas contribuições durante a Banca de Qualificação que muito engrandeceram e melhoraram este trabalho.

À minha orientadora Doutora Sandra Nascimento que soube compreender meus momentos e com muita dedicação sugeriu e criticou leituras e dados do trabalho. Incentivou a melhoria contínua e desafiadora para momentos posteriores.

Às professoras Doutoras Tatiana Raquel Reis Silva e Dra. Mônica Teresa Costa Sousa por aceitarem o convite para integrarem a Banca de Avaliação desta dissertação na condição de avaliadoras.

À Nirka Tizol e Célia Guimarães pelas colaborações técnicas para finalização deste trabalho.

Aos funcionários do Arquivo Público do Maranhão e Biblioteca Benedito Leite, pela destreza na identificação de documentos e algumas observações sobre a pesquisa que auxiliaram na compreensão do meu objeto de estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes - pelo incentivo na elaboração deste estudo.

Agradeço imensamente a cada elemento deste todo que me levou a realização de mais um sonho em minha vida.

## RESUMO

O trabalho aqui apresentado objetiva discutir as narrativas construídas na obra *Úrsula*, da escritora Maria Firmina dos Reis, destacando as relações de poder que emergem na trama oitocentista, as relações de gênero estabelecidas entre os personagens da obra. Buscamos compreender a produção do gênero no século XIX através da perspectiva do romance escrito por Maria Firmina dos Reis. Inicia-se com uma discussão da aproximação entre história e literatura, pensando as mudanças paradigmáticas ocorridas no século XX com a emergência da história social e história cultural. Fundamenta-se a problematização teórica com uma exposição da construção do gênero, como uma categoria analítica nas ciências humanas e sociais. Buscando a compreensão sobre o momento de criação da obra propõe-se um debate sobre o conceito de modernidade, as mudanças culturais e a produção do romance no século XIX, importantes para a produção intelectual e literária no contexto de escrita da obra analisada.

**Palavras chaves:** Gênero; Literatura; História; Maria Firmina dos Reis.



## RESUMEN

El trabajo que presentamos aquí, tiene como objetivo discutir las narrativas construídas en la obra *Úrsula*, de autoria de la escritora Maria Firmina dos Reis, destacando las relaciones de poder que emergem en la trama octocentista, las relaciones de género establecidas entre los personagens de la obra. Buscamos comprender la producción de género en el siglo XIX através de la perspectiva del romance escrito por Maria Firmina dos Reis. Empeza con una discusión de la aproximación entre história y literatura, pensando e los cambios paradigmáticas ocurridos en el siglo XX con la emergencia de la história social y história cultural. Se fundamenta la problematización teórica con una exposición de la construcción del género, como una categoría analítica en las ciencias humanas y sociales. Buscando la comprensión sobre el momento de creación de la obra se propone un debate sobre el concepto de modernidad, los cambios culturales y la producción del romance en el siglo XIX, importantes para la producción intelectual y literaria en el contexto de la escritura de la obra analizada.

**Palabras claves:** Genero; Literatura; Historia; Maria Firmina dos Reis.

## SUMÁRIO

|                                                                                              |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>                                                                    | <b>10</b>  |
| <b>2. QUANDO OS NOVOS SUJEITOS PASSAM A TER VOZ NA ESCRITA DA HISTÓRIA.....</b>              | <b>18</b>  |
| 2.1 As narrativas e suas interfaces com a história das mentalidades.....                     | 29         |
| 2.2 Pelas letras e sobre as letras .....                                                     | 35         |
| <b>3. PRODUÇÃO JORNALÍSTICA E LITERÁRIA NO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....</b> | <b>40</b>  |
| 3.1 Conceitos sobre modernidade e suas implicações no século XIX.....                        | 42         |
| 3.2 Modernidade, Produção literária e jornalística no Brasil no século XIX.....              | 49         |
| 3.3 A produção do romance e o contexto maranhense no século XIX .....                        | 54         |
| 3.4. Uma maranhense.....                                                                     | 66         |
| <b>4. GÊNERO UMA CATEGORIA EM CONSTRUÇÃO.....</b>                                            | <b>84</b>  |
| 4.1 A emergência do gênero na História.....                                                  | 92         |
| 4.2 Discursos e relações de gênero no romance Úrsula.....                                    | 102        |
| 4.2.1 O enredo.....                                                                          | 105        |
| 4.2.2 Personagens e relações de gênero.....                                                  | 107        |
| 4.2.2.1 A Maternidade e o Casamento.....                                                     | 108        |
| 4.2.2.2 A Infância e Mocidade.....                                                           | 116        |
| 4.2.2.3 Amor e o ódio dos homens descritos por Firmina.....                                  | 121        |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                          | <b>124</b> |
| REFERÊNCIAS.....                                                                             | 128        |

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o período de nossa colonização as mulheres tiveram participação secundária na vida social, política e econômica brasileira. Ao afirmar este secundarismo, fazemos paralelo com a postura masculina que tinha participação mais efetiva nas decisões coletivas neste país. Podemos elencar alguns campos para exemplificar este silenciamento das mulheres.

Margarteh Rago (2008) expõe duas visões de viajantes europeus sobre as mulheres brasileiras em condições de submissão aos seus esposos. A mulher era destinada a condução do lar e o cuidado com a família, sendo dirimido a ela letramento necessário para realização destas atividades. Percebemos que o maior grau de visibilidade de uma mulher estava sempre atrelado ao homem, seja por ser esposa, ou por ser filha ou por fazer parte de uma importante ordem religiosa. A imagem e função da mulher estava sempre ligada às atividades desenvolvidas por homens.

Outro exemplo importante pode ser observado no trabalho de Elizabeth Abrantes (2010), sobre o contexto maranhense. Ao analisar as relações matrimoniais e o uso dos dotes, a pesquisadora nos permite observar vários traços relacionados à questão das condições de vida das mulheres maranhenses no século XIX. Afirma que a educação destinada às mulheres estava inserida numa relação teleológica, ou seja, a finalidade era valorizar o dote destas moças nos momentos do casamento. O dote era outro fator interessante, era observado como a contribuição da mulher ao casamento, disponibilizado pela família da noiva ao noivo, servindo para despesas futuras em caso de óbito do cônjuge.<sup>1</sup>

Observamos que a visibilidade feminina foi sendo limitada por diversos instrumentos socialmente, politicamente e discursivamente produzidos. A produção intelectual e acadêmica vem objetivando elaborar diversas teorias que buscaram compreender os porquês de tal fenômeno.

A historiografia não passou imune a estas tentativas de ocultar ou minimizar a participação das mulheres nas sociedades, visto que a história é

---

<sup>1</sup> ABRANTES (2010) afirma existirem, conforme o Direito Civil, dois tipos de contribuição por ocasião do matrimônio: o dote que se destina aos encargos do matrimônio; e o arras que objetiva sustentar a mulher em caso de viuvez. Este só pode existir mediante à oferta primeira do dote.

produzida por indivíduos que têm convicções e são determinados por condições sociopolíticas. Por longos séculos<sup>2</sup> a escrita da história ficou condicionada aos grandes feitos e grandes heróis que legitimavam um discurso oficializante, deixando à margem diversas vozes que compunham o tecido social<sup>3</sup>.

A história dá enfoques diferenciados às questões que analisa. De acordo com este enfoque, a historiografia foi se especificando e dividindo-se em campos distintos. No parágrafo anterior, nos referíamos às vertentes historiográficas que se destinam às análises que não privilegiavam os outros sujeitos do âmbito social como mulheres, negros e crianças.

No século XIX, era uma prática comum, nos estudos históricos, aqueles que estavam voltados para análises dos grandes Estados, a condução deste por grandes homens e o estabelecimento das relações de poder que norteavam estas sociedades. Esta prática analítica fica conhecida como História Política, que durante o século XIX não considerou como importante para a análise das conjunturas mais gerais, as microrrelações de poder que se estabelecem nos grandes sistemas políticos. Desta forma, os sujeitos com menor visibilidade têm sua participação desfocada pelo direcionamento dados aos grandes líderes. Os estudos desenvolvidos por Leopold Von Ranke são exemplos importantes desta forma metodológica de escrita da história. Em seu primeiro momento, como afirma Burke (1997), a história política se confunde com a história, num nível mais geral, pela abrangência que exercia sobre o trabalho dos historiadores. Desde Tucídides e Heródoto, a história se configura como uma tentativa de narrar eventos políticos de maior notabilidade, como a história dos grandes impérios e dos monarcas europeus. A partir do século XX, principalmente, é que outras modalidades de relações de poder em sociedade são alvo de investigações históricas. A partir de então, a história abre espaços para aquilo que se classifica como história vista por baixo, mas somente após as mudanças paradigmáticas trazidas pelas novas vertentes da história renovada.

A história demográfica observa os sujeitos todos como meros dados quantitativos, o objetivo é fazer análises de caráter generalista que buscavam “*coligir*

---

<sup>2</sup> Tal referencial temporal leva em consideração desde os escritos de Heródoto (séc. V a.C) aos dias atuais.

<sup>3</sup> Utilizaremos a ideia de tecido social para referirmo-nos à sociedade, pois a compreendemos como determinada por múltiplos fatores que se entrelaçam em jogos de poder, disputas e concessões. (FOUCAULT, 2012).

*informações sistemáticas a respeito de uma determinada população historicamente localizada- ou, ainda mais especificamente, sobre os níveis e tipos de mortalidade desta população.”* (BARROS, 2004, p. 23). Através do uso maciço de dados quantitativos, gráficos, tabelas que mostravam diversos aspectos da vida humana, a história demográfica, na década de 1950 se justificava, sendo percebida como grande inovação. O gargalo metodológico levantado por Barros (2004) diz respeito a precariedade na análise qualitativa destes dados identificados e sistematizados. Buscava-se dar relevância aos números em detrimento da problematização dos mesmos.

Ainda podemos destacar a história econômica, que tem sua análise centrada nas mudanças e processos econômicos, num embate metodológico e teórico bem denso. Desde os trabalhos de Karl Marx e todos os que o sucederam<sup>4</sup>, que se discute de forma limítrofe as influências das estruturas econômicas e sociais, bem como uma importância, disponibilizadas análises que centram seu foco em grandes períodos históricos, as longas durações. A história econômica marca seu domínio no campo da história a partir do uso de fontes e dados que são possíveis de quantificação, seriação e que demonstram a dinâmica de uma determinada sociedade, num espaço de tempo definido (FLAMARION; VAINFAS, 1997). O uso dos dados quantificados é a base das análises desta vertente histórica, que algumas vezes desloca os sujeitos que compõem este tecido social para zonas de menor importância.

No bojo das discussões desenvolvidas pela história econômica, se destacam no contexto francês, logo nas primeiras décadas do século, grupo de historiadores que elaboram uma revista para divulgação de seus estudos. Este movimento conhecido por *Escola dos Annales* iniciou algumas mudanças nos paradigmas históricos, possibilitando uma rediscussão em torno dos outros sujeitos que compõem a sociedade e que tem igual importância para a construção dos fatos históricos. Nos anos iniciais (1929 – 1945), as publicações na Revista, que estava sob o comando editorial de Lucien Febvre e Marc Bloc, somavam cerca de 60% (sessenta por cento) de suas publicações aos artigos que discutiam temáticas acerca da história econômica. Marc Bloc é morto pela investida nazista, em junho de 1944, deixando obras inacabadas e o comando da revista sob a responsabilidade de

---

<sup>4</sup> Os marxistas ou marxianos, título que se convencionou denominar àqueles que utilizaram o método do materialismo histórico-dialético em suas elaborações teóricas.

Febvre. A partir de 1946, Fernand Braudel tem participação mais central nas produções dos Anales e percebemos uma redução de 40% das publicações na área da história econômica, muito motivado pelos acontecimentos mundiais como Guerra Fria, debates sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento e conjunturas econômicas modificadas por estas mudanças políticas, econômicas e sociais. A partir da década de 1970, se observa um declínio bem significativo destas produções, ao passo que outras modalidades de análise históricas têm alargamento, como o caso da História Social e Cultural (FRAGOSO; FLORENTINO, 1997).

O estudo aqui apresentado passeia por entre os fios novos que compõem esta história e permite o uso de outras metodologias e fontes de pesquisa. São novos, pois passaram a ser alvo de investigações a partir do século XX sob o prisma das discussões historiográficas produzidas na atualidade.

Estas novas abordagens nos permitem voltar o olhar a outros temas, de sujeitos que por algum tempo foram observados como minorias sociais, como as mulheres, negros, negras, deficientes, crianças, apenados e homossexuais, dentre outras marcações, não tinham lugar firmado na construção das ciências humanas. No máximo eram analisados como os “outros”, sendo ressaltadas suas características que destoavam dos padrões de normalidades.

O século XX será importante para descortinarmos estes “excluídos da história”, parafraseando um termo usado pela historiadora Michele Perrot (1988), sujeitos que na discussão nos campos da história, sociologia, antropologia, geografia humana, entre outras, conquista importância e passa a ser paulatinamente objeto de estudos de muitas pesquisas nas ciências humanas e sociais.

Neste trabalho optamos pela aproximação entre história e literatura, recurso possível devido aos avanços decorrentes das discussões entre a história e outros campos acadêmicos no século XX.

A partir destas novas discussões no campo da história, optamos em analisar a obra “Úrsula”, da maranhense Maria Firmina dos Reis. Tal aproximação deu-se quase que por um descuido, pois ao concluir a graduação em História, na Universidade Federal do Maranhão, durante o processo de elaboração do texto monográfico que versava sobre as condições de vidas das mulheres operárias do século XIX, nos deparamos com algumas matérias de jornais publicados no século XIX e início do século XX que apresentavam uma escritora maranhense chamada

Maria Firmina dos Reis, que utilizava o codinome “Uma Maranhense”<sup>5</sup>. Tais relatos ficaram gravados na memória desta pesquisadora, mas devido ao foco da pesquisa ora desenvolvida, não recebeu atenção devida.

Após finalizar os estudos que compuseram a monografia, partimos para pensar no tema a ser desenvolvido no Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade. A interdisciplinaridade foi colocada no centro das estratégias para a elaboração do projeto, afinal o programa tem como eixo norteador tal linha. Surgiram, com força maior, as memórias e lembranças dos achados em meio aos jornais do século XIX e XX, e Maria Firmina dos Reis que motivou brilho nos olhos num primeiro momento, voltou a ser alvo de expectativas.

A delimitação do objeto de estudo foi se esboçando por inúmeras aproximações e distanciamentos com a obra a ser analisada. Ressaltamos que delinear um objeto, uma metodologia e um referencial teórico se constitui num momento peculiar, repleto de medos, dúvidas e esperanças.

Se o conhecimento é um produto da permanente interação entre o pesquisador e o seu objeto, como tende a ser considerado nos dias de hoje, as mudanças de direção podem ocorrer com alguma frequência, na medida em que esta interação se processa e modifica não apenas o objeto de estudo, mas o próprio estudioso. (BARROS, 2005, p.10).

Este momento inicial de definição do objeto de pesquisa é, de fato, um processo de idas e vindas até uma predefinição dos rumos da investigação.

O estudo aqui apresentado está norteado pelos estudos de Roger Chartier (2012)<sup>6</sup> em sua aproximação com a literatura. Através de várias de suas obras desenvolver-se-á análises sobre a leitura, os leitores, a imprensa, o livro e o autor. Em importante texto intitulado “O que é o autor?” onde revisita postulados foucaultianos sobre a construção e função do autor no Ocidente, Chartier irá problematizar os locais de fala do autor, suas impressões sobre sua obra, a centralidade do texto e as questões de domínio do autor sobre seu texto. Tais formulações serão fundamentais neste trabalho, pois a partir destas compreensões analisaremos Maria Firmina dos Reis e sua obra “Úrsula”.

---

<sup>5</sup> Era comum, nos séculos XVIII e XIX, as escritoras publicarem suas obras usando os nomes masculinos ou usando nomes falsos e apelidos. Tal situação era gerada pela regulação sobre os corpos e atividades desenvolvidas pelas mulheres, que não permitiam que estas se destacassem em algumas áreas, mais voltadas para a intelectualidade, vida pública e política.

<sup>6</sup> Roger Chartier aproxima-se da literatura a partir de várias obras. Os textos escolhidos neste estudo são “O que é o autor?” (2012); “Uma trajetória intelectual: livros, leituras e literaturas” (2011); “História Cultural do autor e da autoria” (2012); “A mão do autor e a mente do editor” (2014).

A partir da discussão de três temas centrais, gênero, história e literatura, analisamos de forma qualitativa (TRIVINOS, 2006) a construção do gênero e as relações entre os personagens da trama da escritora maranhense, ressaltando as identidades culturais baseadas em elementos que projetam o campo cultural e histórico no qual o romance foi escrito. De igual importância é a análise de Maria Firmina dos Reis, enquanto escritora da obra, buscando identificar a relação do sujeito produtor do texto com as diversas facetas da sociedade, os temas latentes naquele contexto histórico e como a ela se posiciona frente a estas temáticas sociais.

O estudo tem como objeto de análise o texto literário “*Úrsula*”, escrito por Maria Firmina dos Reis, publicado em 1859, numa sociedade escravocrata e de supremacia masculina, que nos clarifica sobre muitas relações estabelecidas na sociedade oitocentista.

O primeiro momento destinou-se à revisão bibliográfica, visando aprofundamento teórico nas categorias trabalhadas nesta pesquisa. A discussão acerca de temas relacionados ao trabalho é fundamental e ocorreu em grupo de estudo, participação em eventos científicos e orientação contínua.

Recorremos à pesquisa bibliográfica e documental em arquivos e bibliotecas das cidades de São Luís e demais acervos com objetivo de identificar as versões publicadas do romance *Úrsula*, as críticas feitas à obra por autores do século XIX e início do século XX, identificar crônicas, documentos e jornais que relatam os estilos de vida do período a ser analisado. Realizamos visita à cidade de Guimarães, cidade onde existia a Vila de São José de Guimarães, com objetivo de coletar informações através de relatos sobre a vida e obra de Maria Firmina dos Reis, sem grandes avanços, visto que não existem arquivos naquela cidade e muitas dos fragmentos de vida de Firmina terem sido extraviados. Percebemos que a memória popular sobre a autora é presente, principalmente entre aqueles que têm relação com as artes, literatura, educação e jornalismo.

Objetivamos, desta forma, compreender as construções do gênero por Maria Firmina dos Reis, a partir da análise das relações de gênero presentes em seu romance “*Úrsula*”, escrito em meados do século XIX. Damos enfoque para o



processo de construção literária da obra, analisando igualmente sua autora, suas múltiplas identidades, intervenções e locais de fala.

No primeiro momento deste texto dissertativo, revisitamos as discussões sobre as mudanças paradigmáticas no campo da História, apresentando as novas metodologias que se desenvolvem no século XX, destacando os debates no interior da história social e história cultural. Observar estas mudanças paradigmáticas nos fez perceber os caminhos percorridos pelos historiadores e historiadoras na inserção de novos temas e uso de novos objetos como fontes de pesquisa. Ressaltamos a aproximação entre a História e os textos literários, que passaram a ser usados como objetos de estudos, dando enfoque para a contribuição de Roger Chartier neste processo.

No segundo momento, discutimos a construção da categoria gênero no interior dos estudos históricos. Realizando uma abordagem a partir da perspectiva pós-estruturalista, tivemos como orientação teórica os estudos de Judith Butler e Joan Scott. Mas surgem como importantes para o debate estabelecido os trabalhos de Elisabeth Abrantes, Alexandre Sousa, Michelle Perrot e Maria Odila Leite da Silva Dias para compreender os enunciados e a produção do gênero, em suas especificidades no século XIX, a partir da análise da obra “Úrsula”, de Maria Firmina dos Reis, nas décadas de 1850 a 1900, contexto da publicação de seus textos, ressaltando as relações de poder que emergem da atuação de suas personagens. Analisamos as construções discursivas que marcam as construções do gênero na obra “Úrsula”, de 1859. Como elementos de análise para o estudo, usamos o estilo da obra, local e momento de escrita; os personagens que Firmina incluiu em sua obra, destacando que relações de gênero são discutidas através destes e buscando perceber a visão da autora sobre a sociedade em que estava inserida.

No terceiro momento, realizamos uma abordagem sobre o século XIX, expondo as mudanças ocorridas neste contexto, observando os elementos que contribuíram para o aumento das publicações e observando se tais fatores contribuíram para a escrita de Maria Firmina dos Reis. Negamos a construção da figura de Maria Firmina dos Reis como uma heroína, aquela que transcende todas as adversidades de seu contexto social para desenvolver sua escrita. O objetivo do capítulo foi perceber que mudanças ocorridas no século XIX, nas produções,

publicações, costumes e hábitos sociais permitiram a escrita e divulgação de obras literárias. Entendemos que Firmina teve elementos que favoreceram sua escrita e buscamos expô-los para compreendermos as condições sociais de sua produção. Damos enfoque à figura de Maria Firmina dos Reis, ressaltando os elementos de sua produção literária, e de que forma a mesma é percebida por seus contemporâneos e como foi resignificada no século XX e XXI, com pesquisas atuais.

## 2. QUANDO OS NOVOS SUJEITOS PASSAM A TER VOZ NA ESCRITA DA HISTÓRIA

Os estudos no campo da História têm modificado consideravelmente suas formas de abordagens desde o século XX. A ascensão de novas formas de abordagem aos documentos, do uso de novas fontes e da descentralização dos temas que estavam voltados para a política, guerras e economia, permitiu aos historiadores vivenciarem e pesquisarem outros elementos.

Alguns estudos foram desenvolvidos para buscar compreender estas mudanças paradigmáticas na escrita da história. Destacamos, neste campo, o historiador inglês Peter Burke (2002) que destina algumas de suas obras para analisar o percurso feito pela História na sua constituição enquanto campo do saber.

Em suas obras podemos identificar o caminho, não linear ou homogêneo, que as discussões entre historiadores e outros intelectuais realizaram e que se configuraram como importantes para as mudanças no interior dos estudos históricos.

Para iniciar sua discussão Peter Burke (2002) realiza um comparativo das relações que a História estabelece com os outros domínios do saber. Afirmar que o diálogo que se travou entre a história e outras ciências é complexo, visto as variantes que incluem luta por espaço, reconhecimento enquanto ciência e domínio sobre os objetos, permeado por zonas de conflitos.

Destaca que a História, em seu trajeto enquanto área do saber, percebe a necessidade de firmar seu espaço, definir seus métodos, suas ferramentas de pesquisa e suas narrativas, principalmente na transição dos séculos XVIII para o século XIX.

Tal fato se intensifica com a ascensão de ciências como a Sociologia, no século XIX, que buscam delimitar seus métodos, seu objeto, suas metodologias e conquistam espaços singulares na academia. Antes de observarmos quais os determinantes desta relação entre história e as outras ciências, acreditamos ser importante definirmos qual o conceito de História que estamos trabalhando.

*“História é mais bem definida como o estudo das sociedades humanas no plural, destacando as diferenças entre elas e as mudanças ocorridas em cada uma com o passar do tempo”* (BURKE, 2002, p. 12). Esta definição de história como o campo do saber que se destina a captar, analisar, dar conhecimento as diversas

facetas do tecido social, tentando estabelecer conexões entre os diversos períodos, culturas e sociedades, nos leva a questionar: Quais processos estes estudos foram realizados? Quais mecanismos e instrumentos foram utilizados para compreensão destes processos? Que finalidades motivavam esta escrita?

Diversos teóricos detiveram seus estudos sobre as sociedades humanas através do prisma historiográfico, antropológico e sociológico. Alguns destes utilizaram conceitos hierarquizantes que subjugavam as culturas da “periferia”<sup>7</sup> e operavam para a construção de discursos dominantes. A partir do século XVII temos construções discursivas que reforçam a ideia do conceito de raça para hierarquizar as distintas configurações sociais. O médico francês François Bernier, no século XVII mapeou a existência de cinco raças, os europeus, os chineses, os japoneses, os africanos e os lapões, além dos indígenas que são semelhantes aos europeus. Estavam delineadas as primeiras conceituações teóricas sobre a raça, que seriam utilizados para embasar discursos segregantes séculos depois. No século XVIII Carolus Linnaeus, médico sueco, criou o sistema de classificação binomial para classificação de seres humanos, estabelecendo mediante a critérios geográficos e baseado no fenótipo quatro raças *Europeanus*, *Americanus*, *Asiaticus* e *Africanus*. Além destas quatro raças, das quais o europeu era considerado aquele dotado de maior inteligência, docilidade e civilidade, existiam ainda duas subcategorias o *Homo ferus*, considerado o selvagem e o *Homo monstruosus*, o anormal que deveria ser isolado ou tido como peça de estudo. (Poliakov, 1974). É no século XIX expandem os estudos que pautam suas problematizações no conceito de raça. Como afirma Hobsbawn (2009) no século XIX, estes conceitos de raça, como elemento de diferenciação e hierarquização em estudos sociais que aliam a antropologia e a etnografia, pautadas em elementos físicos teve amplo espaço no campo científico, tendo ramificações para diversas outras ciências. Estas análises buscavam legitimar a supremacia de uma cultura sobre outra e tornar científicos os instrumentos sociais de segregação.

É importante ressaltar que na escrita da História o historiador não fica imune às determinações de seu objeto.

Nós historiadores, ao contrário do que faz crer as dicotomias que atravessam nosso campo de estudo hoje, não escrevemos História da margem direita ou da margem esquerda do rio, não podemos optar por habitar a margem do objetivismo ou a margem do subjetivismo, a margem

da natureza ou a margem da cultura, a margem da realidade ou a margem da construção discursiva da História, pois a História em seu acontecer articula e relaciona todos estes aspectos e a narrativa histórica também deve fazê-lo. Nós escrevemos a História dentro dela mesma, escrevemos a História navegando em seu leito, a barca da historiografia, como diz Hartog, se não pode ser mais a arca de Ulisses, pois não podemos viver de lendas e viver as lendas, é a barca de Heródoto, a barca curiosa, que percorre mundos e tenta dar testemunho do que vê, de onde fala do real, embora os olhos gregos e formas de narrar gregas, inventando, ao mesmo tempo, o real, o grego e o bárbaro. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 29).

O historiador produz e é produzido pelo seu tempo, pelas discussões do seu cotidiano e opera, muitas vezes, para a legitimação de alguns posicionamentos, sejam eles críticas às posições mais tradicionais ou reforço de discursos hierarquizantes e segregadores.

Peter Burke (2002) nos apresenta em duas obras importantes de sua produção intelectual os caminhos percorridos pela História, não necessariamente por historiadores, mas por filósofos e outros intelectuais que detiveram parte de sua produção para repensar elementos históricos das sociedades em que viviam. Afirma que os estudiosos do século XVIII voltaram suas análises, quando se pensa a história social, para observações sobre o avanço do comércio, desenvolvimento das artes, evolução do direito, costumes. Temas como guerras e política não tinham espaço garantido neste contexto.

Pensadores como Voltaire, em 1756, Justus Möser, em 1768 e Gibbon, em 1776 vão desenvolver trabalhos importantes sobre a filosofia da história. Voltaire considerado um dos precursores da historiografia moderna, desenvolve trabalhos que ora assemelham-se aos escritos de uma historiografia mais conservadora ora aproximam-se das elaborações da historiografia moderna. O filósofo desenvolve obras que versam sobre a filosofia, crônicas e romances, além de obras historiográficas. Neste último campo do saber, realizou importante estudo sobre monarcas europeus como Henrique IV, em *La Ligue (Henriade)*, nesta obra Voltaire apesar de usar fontes históricas acerca de seu personagem central, ressalta mais a poesia que um estudo historiográfico. Após tal publicação, que teve circulação clandestina, por alguns anos em Paris, o filósofo volta-se às pesquisas de cunho histórico com discussões sobre fontes e modalidades de escrita. Tais elaborações podem ser percebidas em *História de Carlos XII*, *O século de Luis XIV*, *Annales de l'Empire*, *História da Rússia sob Pedro o Grande*, *Ensaio sobre os Costumes*, *Batalha de Fontenoy*, *Poeme Sur Le desastre de Lisbonne*, *Cartas Filosóficas*, *Zadig*

e *Enciclopédia*. Descortinava através destas obras, elementos que compunham a sociedade europeia, como a religião, comércio, ciência e filosofia. (BARROS, 2012).

Encontramos o conceito de Voltaire sobre história em sua contribuição à *Enciclopédia*<sup>8</sup>. O filósofo escreve um verbete definindo o conceito de História como um gênero literário, como relato ou narrativas dos fatos tidos por verdadeiros e que se opõe às construções feitas pelas fábulas. Suas observações e estudos sobre a história e historiografia eram bem demarcados por posições menos críticas. Tenta estabelecer clara diferença entre o verossímil e o fabuloso, centrando neste comparativo a base para seu conceito sobre a História. Compreende a história e a justifica a partir de conceitos auxiliares como o utilitarismo, afirmando que os monarcas e os chefes de estado deveriam ser estudiosos profundos da história, para aprender com os erros passados e construir as perspectivas futuras.

A singularidade de Voltaire nesta inflexão para os novos tempos historiográficos é ambígua. Para utilizar uma imagem significativa, podemos dizer que Voltaire está, com relação à historiografia, em três épocas ao mesmo tempo: um de seus pés está bem firmado nesta antiga era historiográfica que vai de Heródoto e dos antigos ao século XVIII; outro de seus pés parece tocar o terreno ainda incerto dos primeiros anseios da historiografia científica que se estabelecerá no século XIX; e seus braços evocam retoricamente um futuro historiográfico ainda mais distantes, que só se estabelecerá definitivamente a partir da terceira década do século XX (BARROS, 2012, p.14).

Aqui nos interessa ressaltar os dois últimos momentos da escrita historiográfica de Voltaire, no qual ele já está mais próximo aos estudos que foram desenvolvidos posteriormente, nos séculos XIX e XX. Em definição de história descrita na *Enciclopédia*, o filósofo deixa marcado uma limitação da funcionalidade do conhecimento histórico, que deveria servir como uma espécie de tribunal das sociedades humanas, com estudos comparativos entre elas e que tais estudos deveriam servir para que os governantes aprendessem com as experiências passadas, aqui o historiador não atenta para as diferenças culturais, políticas e sociais que determinam os fatos históricos e crê ser possível este tipo de comparativo. Ao estabelecer essa funcionalidade para a história, Voltaire inclui, no rol de atribuições dos historiadores, a capacidade de fazer julgamentos em seus “relatos”, que era como ele observava a escrita da história. Tal característica será rejeitada com veemência por um dos principais historiadores oitocentista, Leopold Von Ranke.

Essa tendência ao impulso de julgar as ações humanas no tribunal da história, que seria tão criticada pelos historiadores e filósofos do século seguinte – por nomes tão diversificados como Ranke, Nietzsche e Marc

---

<sup>8</sup> A *Enciclopédia* foi uma obra de grande fôlego elaborada no século XVIII por importantes pensadores europeus, que visava discutir temas de vários campos da filosofia, ciências e artes.

Bloch – é perfeitamente assumida por Voltaire. Seria para se contrapor a este *modus operandis* que Ranke cunharia mais tarde o seu célebre dito, que seria tão mal interpretado e superinterpretado pelas gerações que o sucederam: “só pretendo contar os fatos como eles aconteceram”. Este dito, tido por muitos como uma apologia da história factual, era na verdade apenas uma prédica de Ranke à humildade do historiador e ao seu dever de rejeitar a função de juiz na história. Quando comparamos Ranke a Voltaire neste aspecto em particular, podemos perceber mais claramente este traço do tradicionalismo historiográfico voltairiano. Tanto a análise política como a análise historiográfica, em Voltaire, são atravessadas por uma perspectiva eivada de moralidade. (BARROS, 2012, p. 20).

Em contraponto a estas produções do século XVIII, que privilegiavam os determinantes filosóficos e sociais dos acontecimentos, Leopold Von Ranke, no final do século XIX, inicia suas discussões sobre a história política. Tal desvio do foco anterior das produções no campo da história tem sua sustentação em alguns fatores. O primeiro deles é compreendido como estratégias de governo para discutir a educação e nacionalidade, em clara tentativa de unificação e integração política na Alemanha. “*Os vínculos entre historiadores e o governo eram bastante fortes na Alemanha*” (MOSES apud BURKE, 2002, p 17). Estes operavam em favor do estabelecimento de uma noção ou espírito de nacionalidade, objetivando o fortalecimento de governos e manutenção do *status quo*.

Outra explicação para o avanço dos estudos históricos no campo da política tem cunho teórico-metodológico. Ranke opta por desenvolver métodos diferenciados que aqueles voltados para os relatos, crônicas e demais fontes recorrentes nos estudos históricos de períodos anteriores. Define como fonte de pesquisa documentos oficiais, produzidos por governos, visando imprimir um estado de cientificidade, que se adequasse ao modelo de ciência difundido no século XIX. Tal determinação em marcar a História como ciência é produto de um tempo em que a Sociologia surge, conquistando adeptos e se definindo como ciência. Os olhares das demais ciências vão se voltar para a tentativa de demarcar suas áreas com a cientificidade, na História tal método é largamente desenvolvido por Ranke.

Os historiadores começam a trabalhar regularmente nos arquivos e elaboram uma série de técnicas cada vez mais sofisticadas para avaliar a confiabilidade desses documentos. Portanto, segundo eles, a história que produziam era mais objetiva e mais “científica” que as de seus predecessores. A difusão dos novos ideais intelectuais estava relacionada com a profissionalização da disciplina no século XIX, quando foram fundados os primeiros institutos de pesquisa, revistas

especializadas e departamentos de universidades. (GILBERT apud BURKE, 2002, p.17).

Ranke e seu grupo seletivo difundiram suas técnicas no final do século XIX e início do século XX, de forma a influenciar significativamente as produções acadêmicas daquele período. Este é o momento de expansão da sociologia, que tinha como objetivo ampliar seu domínio, demarcar seu espaço nas produções científicas, elaborar seus métodos. Neste bojo de discussões e num “diálogo de surdos” (BURKE, 2002) estas duas áreas do saber vão buscando se firmar como intérpretes das sociedades humanas.

Por décadas, os métodos rankeanos de validação das fontes de pesquisa dominaram a elaboração dos trabalhos na história. Entretanto, observamos experiências de uso de diferentes instrumentos e fontes para análise de sociedades. Como exemplo, temos Burkhardt, em 1860, com sua análise sobre o Renascimento na Itália, onde constrói a sua narrativa partindo da análise de obras literárias. Burke (2002) afirma que tal estudo não fora aceito por seus contemporâneos, vindo a tornar-se um clássico em décadas posteriores.

Karl Lamprecht, no final do século XIX elabora um novo conceito de história, baseando-se em aproximações com outras ciências como a geografia, através de Friedrich Ratzel, e a psicologia social, por intermédio de Wilhen Wundt. Define “*como uma ciência sociopsicológica*” (BURKE, 2002, p. 28), que também é coletiva, sendo duramente criticado, principalmente, por atacar um ícone da produção intelectual em História, os rankeanos. Esta experiência alemã de implantar novas técnicas e métodos em história, não obteve êxito no contexto europeu naquele período, tendo seus maiores defensores nas terras além mar.

No início do século XX, os postulados rankeanos tornam-se alvo de críticos como Francois Simiand que localizou a história produzida pelo grupo de Leopold Von Ranke de “história centrada em eventos” ou “ídolos”. Simiand apontava como ídolos que deveriam ser destituídos, a política, o indivíduo e a cronologia. A partir da transposição destas demarcações que privilegiavam algumas temáticas, a escrita da história poderia avançar significativamente. (BURKE, 2002).

Intelectuais nos Estados Unidos, França e Inglaterra vão desenvolver importantes estudos que buscam observar outros elementos que compõem a história. A história social passa a ser centro nas abordagens e análises realizadas em grandes centros acadêmicos. Frederick Jackson Turner, James Harvey



Robinson, nos Estados Unidos; Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernad Braudel na França vão contribuir significativamente para expansão história social nos meios acadêmicos. *“A França e os Estados Unidos são dois países em que a história social vem sendo levada a sério há um período relativamente longo, e as relações entre a história social e a teoria social têm sido bem estreita.”* (BURKE, 2002, p. 31).

Hunt (1992) afirma que nos Estados Unidos as teses de doutoramento na história social superaram as teses voltadas para história política nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Localiza os pilares destas modificações no marxismo e na Escola do Anales que começam a perceber e publicar livros e artigos a partir da perspectiva dos “subordinados”, daqueles que não eram observados pelos grandes tratados sobre política.

Para Burke (2002), a história social pode ser observada como um divisor de águas nos estudos da História, pois flexibilizou as “*fronteiras intelectuais*”, permitindo um olhar diferenciado para as fontes de pesquisa, para os eventos e para os sujeitos. Ressaltamos que toda mudança de paradigma é algo lento e gradual, permeado por continuidades, portanto este processo que demarca a segunda metade do século XX é ainda recente e permanece em contínua mutação.

O afastamento existente entre a “realidade histórica” e a ciência histórica permitiu a filósofos e historiadores propor – da Antiguidade até hoje – sistemas de explicação global da história (para o século XX, e em sentidos extremamente diferentes, podem ser lembrados Spengler, Weber, Croce, Gramsci, Toynbee, Aron, etc.). A maior parte dos historiadores manifesta uma desconfiança mais ou menos marcada em relação à filosofia da história; porém, não obstante isso, eles não se voltam para o positivismo, triunfante na historiografia alemã (Ranke) ou francesa (Langlois e Seignobos) no final do século XIX e início do XX. Entre a ideologia e o pagamento eles são os defensores de uma história-problema. (LE GOFF, 1990, p. 10).

Destas discussões desenvolvidas e incentivadas pela história social, são retomados alguns conceitos produzidos no século XIX que referem-se a estas outras formas de perceber a História. A história cultural é um destes conceitos que foram retomados neste momento pelas mudanças paradigmáticas do século XX. Sua discussão estava presente desde o século XIX quando Karl Lamprecht indaga qual seria a definição de história cultural, sem conseguir definir tal conceito com precisão científica, que naquele momento era importante, o conceito e as práticas sobre a pesquisa histórica que deles emanavam não tiveram grande repercussão. (BURKE, 2008). As tentativas de definição se postergam até os tempos atuais, sem grandes

tratados universais que delimitem um conceito único e homogêneo sobre história cultural.

Entretanto, é consenso identificar seus adeptos a partir de algumas características comuns, como o uso dos símbolos, artes, literatura, eventos cotidianos e hábitos em suas produções.

O terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o símbolo e suas interpretações. Símbolos, conscientes ou não, podem ser encontrados em todos lugares, da arte à vida cotidiana, mas a abordagem do passado em termos de simbolismos é apenas uma entre outras (BURKE, 2008, p.10).

Há uma pluralidade de métodos na tentativa de interpretação destes símbolos que estão presentes nas diversas sociedades. Num primeiro momento, a história cultural motivou sua análise nos grandes cânones das artes, filosofia, literatura e ciência buscando compreender os contextos históricos de sua criação.

Pesavento (2005) afirma que alguns eventos históricos motivaram estas mudanças paradigmáticas nas ciências sociais e humanas. Destaca que as mudanças culturais trazidas a partir dos eventos ocorridos na França em Maio de 1968<sup>9</sup>, culminaram no questionamento constante nas ciências. O advento dos anos 1970 com todas suas mudanças sociais e culturais, a expansão do feminismo e o surgimento da nova esquerda na Europa implicaram significativamente na eclosão da conhecida crise dos paradigmas que fez ruir elaborações teóricas de peso universal. *“Foi quando então se insinuou a hoje tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes na História”* (PESAVENTO, 2005, p. 8).

Na história, temos a crítica acentuada sobre duas escolas teóricas: o marxismo e a escola do Analles, do qual derivam muitas das práticas que a Nova História Cultural. Para Pesavento (2005), os historiadores passaram a pautar seus estudos em conceitos inovadores como os de representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades.

Preocupavam-se muito em estabelecer as conexões entre as diferentes artes. Os estudiosos, deste contexto, observavam poemas, pinturas, peças das artes

---

<sup>9</sup> Movimento que inicia nas universidades francesas e expande-se para outros campos da vida social francesa como as fábricas e tem importantes consequências para o fim de uma geração autoritária e formação de vários intelectuais que vão ser influenciados por aquelas reflexões alavancando mudanças em seus campos do saber.

plásticas como evidências da cultura e do contexto históricos em que foram produzidos, numa clara ampliação da ideia da hermenêutica. O objetivo era mais que interpretar fatos ou ações, mas identificar elementos que compunham aquelas sociedades, percebendo as continuidades e as rupturas. (BURCK HARDT apud BURKE, 2008).

Neste contexto, a História se aproxima de outras ciências como a Sociologia, Antropologia, Geografia e Psicologia. Nomes como Max Weber através da sua análise sobre o sistema capitalista; Nobert Elias estudando a Europa Ocidental partir das práticas culturais, hábitos e costumes; Aby Warburg que elaborou estudos sobre o Renascimento, transgredindo o modelo academicista de produção de conhecimento, visto não ser titular de nenhuma cátedra, disciplina ou ter vínculo formal com universidades europeias; Erwin Panofsky que realizou importantes interpretações sobre imagens; Edward Thompson com os estudos da formação das classes operárias na Inglaterra, vão realizar estudos importantes a partir desses diálogos com as outras áreas do saber.

Estes estudos foram importantes, como afirma Burke (2008), para a inclusão do “povo” na perspectiva da História e, principalmente, deram margem para o surgimento de novos métodos e técnicas que rompiam com o legado oitocentista, principalmente o produzido nas últimas décadas do século XIX pelo grupo de Leopold Von Ranke.

Foucault (2012) nos afirma que uma das grandes questões dos estudos na história perpassa pelo trato com o documento. Inicialmente, tentava-se imbuir nestes registros a noção de verdade, assim como pensado por Voltaire no século XVIII. A tentativa clara de muitos historiadores, quando se realiza o recorte de qual o trato disponibilizado ao documento é a necessidade de categorizá-los e determinar a partir destes uma reconstrução do momento de criação dos mesmos.

Na verdade, os problemas colocados são os mesmo, provocando, entretanto, na superfície, efeitos inversos. Podem-se resumir esses problemas em uma palavra: a crítica ao *documento*. Nada de mal entendidos: é claro que, desde que existe uma disciplina como a história, temo-nos servido de documentos, interrogamo-los, interrogamo-nos a seu respeito; indagamos-lhes não apenas o que eles queriam dizer, mas se eles dizem a verdade, e com que direito podiam pretendê-lo, se eram sinceros ou falsificadores, bem informados ou ignorantes, autênticos ou alterados. Mas cada uma dessas questões e toda essa grande inquietude crítica apontavam para um mesmo fim: reconstruir a partir do que dizem os documentos – às vezes com meias palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles; o documento sempre era tratado como linguagem de uma voz agora reduzida ao silêncio: seu rastro frágil mas, por sorte, decifrável. (FOUCAULT, 2012, p. 7).

As diversas discussões e críticas feitas ao documento permitiu à história desenvolver mudanças em relação ao seu posicionamento. Atualmente, busca-se *“trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações”* (FOUCAULT, 2012, p. 8).

A principal mudança observada neste novo contexto dos estudos históricos é a relação entre o pesquisador e suas fontes, ou mais detidamente o documento. Estes não são vistos como matérias amorfas, inertes, deslocados de toda uma cadeia de relações dos quais são produtos e produtores. Na análise foucaultiana, o que mais tem destaque são os elementos de poder que determinam e se deixam determinar. Afirma que tais documentos fazem parte de uma produção de discursos que legitima determinadas configurações de relações sociais.

A crítica da noção de fato histórico tem, além disso, provocado o reconhecimento de "realidades" históricas negligenciadas por muito tempo pelos historiadores. Junto à história política, à história econômica e social, à história cultural, nasceu uma história das representações. Esta assumiu formas diversas: história das concepções globais da sociedade ou história das ideologias; história das estruturas mentais comuns a uma categoria social, a uma sociedade, a uma época, ou história das mentalidades; história das produções do espírito ligadas não ao texto, à palavra, ao gesto, mas à imagem, ou história do imaginário, que permite tratar o documento literário e o artístico como documentos históricos de pleno direito, sob a condição de respeitar sua especificidade; história das condutas, das práticas, dos rituais, que remete a uma realidade oculta, subjacente, ou história do simbólico, que talvez conduza um dia a uma história psicanalítica, cujas provas de estatuto científico não parecem ainda reunidas. (LE GOFF, 1990, p. 13).

Estas mudanças paradigmáticas são decisivas para estudos como os que aqui apresentamos, análises que centram suas observações em peças literárias para compreensão das construções feitas sobre determinados elementos e sujeitos de contextos sociais distintos.

Ao final da década de 1980, a História Cultural reinicia novas discussões. A publicação de *“A Nova História Cultural”* (NHC) de Lynn Hunt, que realiza uma série de problematizações sobre a aproximação entre a História e as demais áreas do saber vai reabrir o debate em torno desta maneira de se pensar a história.

Hunt (1992) reúne neste trabalho diversos artigos sobre teóricos da História Cultural, destacando as ideias que embasam as discussões e os objetivos desta linha de pesquisa. A obra foi considerada como questionadora do modelo de escrita da História na segunda metade do século XX. *“A NHC é a forma dominante*

*de história cultural alguns até o momento diriam a forma dominante de história – praticada hoje.” (BURKE, 2008, p.68).*

As novas configurações sociais, as inovações nos pilares científicos, a dinâmica das sociedades e nos debates atuais permitem que a História Cultural encontre campo fértil para sua propagação.

Hunty (1992) destaca a contribuição de Roger Chartier e Jaques Revel para os estudos da NHC. Localizado na vertente dos Analles, na chamada quarta geração, desenvolvem estudos sobre a história da leitura, dos livros e das práticas culturais nos séculos XVIII, XIX e XX. Não buscam realizar, como afirma Burke (2008), críticas literárias, mas como a leitura, o livro, a imprensa e o leitor vão modificar-se e quais os elementos que permanecem, mesmo com o transcorrer dos contextos sociais.

A Escola dos Analles, como dissemos anteriormente, foi um movimento que determinou uma mudança paradigmática no interior da história. Pensada no início do século XX por dois historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch ampliou seus limites e deu margem a outras gerações de historiadores para se lançarem em busca de novos objetos e novas formas de abordagens.

*“Ao se voltarem para a investigação das práticas culturais, os historiadores dos Analles, como Chartier e Revel, foram influenciados pelas críticas de Foucault acerca dos pressupostos fundamentais da história social.” (HUNTY, 1992, p. 9).*

Roger Chartier e Jaques Revel vão pensar a partir da perspectiva foucaultiana de construção dos objetos intelectuais, como não naturalizados, produzidos a partir de códigos, interesses, disputas de poder, ou seja, confluência de elementos que os determinam. Objetos discursivos que não podem ser engessados através de conceitos universalizantes.

Outro avanço decorrente do questionamento dos paradigmas de análise nas ciências humanas e sociais foi o repensar sobre as fontes para a pesquisa histórica e social. O advento de novas formas de abordagem dos fenômenos sociais possibilitou o uso de novas fontes na pesquisa. Ganham espaço os estudos pautados em fontes mais diversificadas e menos tradicionais como os jornais, periódicos, folhetins e textos literários.

É necessário pontuar que o pensamento ligado a uma historiografia mais antiga estava pautado numa “quase dualidade”, como afirma Michel De Certeau: de

um lado o discurso científico, do outro as artes. Campos que eram tratados como distintos e opostos, por isso a relação entre estas produções era permeada por tensões e disputas por espaço.

O sujeito é defrontado com diversas maneiras de perceber o que se demarca por real e motivado a posicionar-se. Michel De Certeau aponta para um diálogo entre a “ciência” e a “arte”. Chama atenção para a necessidade do pesquisador não usar esta “quase dualidade” como verdade e propõe entender que ciência e arte são processos discursivos complementares.

Da mesma forma que o sacrifício, ‘mais perto de nós do que poderia crer sua aparente grosseria’, a arte constitui em relação à ciência um saber em si mesmo essencial, mas ilegível sem ela. Posição perigosa para a ciência, pois só lhe resta poder dizer o saber que lhe falta. Ora, entre a ciência e a arte, considera-se não uma alternativa, mas a complementariedade e, se possível, a articulação. (CERTEAU, 2009, p.131).

As peças artísticas construídas no contexto do cotidiano e contendo representações deste, são importantes para a construção do saber científico. Neste viés, compreender a diferença, olhar outros sujeitos que não os consagrados pelo saber científico “tradicional”, motiva o pesquisador a investir em novas abordagens e objetos.

Esta não é uma tarefa tão simples, esse deslocamento de uma zona de conforto dentro das construções científicas gera um conflito, uma tensão que é amenizada ao passo que as formulações se tornam mais sólidas.

Inicialmente, a história cultural era vista como algo que causava estranhamento no século XIX, que tinha definição limitada e objetos e metodologias ainda por fazer, um século depois, torna-se ampla e aceita nas academias. O avanço é fruto de intensas elaborações sobre conceitos que trataremos ao longo do texto, como representação, imaginário, memória e lembranças.

## **2.1 As narrativas e suas interfaces com a história das mentalidades**

As interações humanas e sociais compõem o que concebemos por sociedade. Não falamos ou defendemos neste texto uma ideia de real como algo de contornos fixos ou engessados, mas o compreendemos como um conjunto de

relações complexas e interpostas. Para compreender os elementos que compõem o real, buscamos fazer uso das narrativas e suas interfaces com a história.

Os modos como os sujeitos interpretam e produzem discursivamente a realidade e sua cultura, passam a ser alvo de investigação nas ciências humanas e sociais a partir de meados do século XX. Uma importante contribuição foi desenvolvida nos estudos do filósofo francês Paul Ricoeur, que analisou em seus trabalhos a importância da narrativa na construção da noção de tempo, memórias e lembranças.

Desde o livro pioneiro de Paul Ricoeur, que analisava a importância da narrativa para a construção da noção de tempo, para concretizar a própria temporalidade, os historiadores se voltaram para pensar o estatuto de seu próprio saber, os limites e as fronteiras que deveriam ter seu discurso. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 43).

Em “*A memória, a história e o esquecimento*” (2007), discute a relação entre a memória e o sujeito, recorrendo aos clássicos da filosofia grega como Platão e Sócrates. Define a memória como uma busca contínua por lembranças, o ato de lembrar ou significar o passado, enquanto a imaginação seria o irreal ou fictício.

Se podemos acusar a memória de se mostrar um pouco confiável, é precisamente porque ela é o nosso recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos lembrar. Ninguém pensaria em dirigir semelhante censura à imaginação, na medida em que esta tem como paradigma o irreal, o fictício, o possível e outros traços que podemos chamar de não posicionais. [...] o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre memória e história. (RICOEUR, 2007, p. 40).

Podemos identificar uma transição bastante complexa, quando se analisa a centralidade do testemunho na construção dos discursos na História. A memória deixa de ser um pensamento abstrato e passa a ser observada como seletiva, imbuída de conotações e relações que as determinam.

Chartier em Conferência proferida no Collège de France, em 11 de outubro de 2007 afirma

Como demonstrou de forma lapidar Paul Ricoeur, a história enfrenta dificuldades quando a memória se encarrega da representação do passado e opõe a força e a autoridade da lembrança ao “desconforto na historiografia”, segundo expressão que ele pega emprestado de Yosef Yerushalmi. A história deve respeitar as exigências da memória, necessárias para curar as feridas infinitas, mas deve, concomitantemente, reafirmar a especificidade do regime de conhecimento que lhe é próprio. Ele implica o exercício da crítica, a confrontação entre as razões dos atores e os impecilhos que eles ignoram e a produção de um saber proveniente de operações dirigidas por uma comunidade científica. (CHARTIER, 2007, p. 258).

A História, ao marcar as diferenças entre os discursos distintos, traz à luz a responsabilidade que é lhe pertinente permitir que percebamos as continuidades e rupturas presentes nos contextos históricos e sociais.

A função social da imaginação é evidenciar a discussão e importância do campo da memória, desconhecido e renegado, ao legado do que é considerado científico, a imaginação permite discutirmos sobre a questão da imagem. Questiona-se a imagem é sempre lembrança e se a lembrança é sempre produzida por meio de imagem. Com Bergson

[...] uma lembrança, à medida que se atualiza, sem dúvida tende a viver numa imagem; mas a recíproca não é verdadeira, e a imagem pura e simples não me remeterá ao passado menos que tenha sido de fato no passado que eu tenha ido buscar, seguindo assim o progresso contínuo que a levou da obscuridade para a luz. (BERGSON, 1999, p. 158).

A imagem seria, portanto, um elemento para a constituição da lembrança que irá retornar ao passado em busca de imagens que comporão a memória. Entretanto, o acesso à imagem, sem que esta esteja atrelada a um passado vivido, não se configura enquanto lembrança.

A lembrança é constituída por paixões, limites, oposições, esquecimentos e seleções. Estas lembranças irão compor a memória, que é coletiva, por ser fruto de experiências vividas em sociedade. Este ato de buscar lembranças, constituir uma memória é perpassado pelo ato da recordação, que seria esta vontade de lembrar.

O testemunho é apontado como o elo que conseguiria construir esta ponte entre a memória e a história. Afirmar que testemunho seria uma extensão da memória, aquilo que se torna público e que contribui para a formação das construções discursivas sobre eventos, períodos histórico, culturas e coletividades. O testemunho, como elemento que compõe a narrativa, é fonte importante nos trabalhos historiográficos. A vontade de verdade, que a história busca efetivar e tornar público através das análises realizadas por seus especialistas, é alcançada por meio, em alguns casos, do confronto entre estes testemunhos. Os historiadores realizam um trabalho comparativo entre testemunhos produzidos em uma determinada época, questionando os motivos pelos quais alguns elementos foram preservados? Quais os determinantes dessa preservação? Quais sujeitos



contribuem para que um componente social seja enaltecido num testemunho, em detrimento de outros de igual importância.

Ricoeur (2007) traz à luz da ciência, a importância da análise da memória como elemento significativo de um determinado contexto social. Suas intervenções acerca da relação memória e história vão contribuir significativamente para os estudos desenvolvidos no campo da história cultural no momento em que esta área visa anexar a memória à esfera da cultura, tornando-se objeto da História. Suas metodologias para análise das memórias construídas, das seleções realizadas pelos sujeitos na construção dos seus discursos serão importante instrumentos de análise dos historiadores sociais e da cultura.

Ainda no campo da contribuição da categoria memória para os estudos da história cultural, destacamos o sociólogo, filósofo e matemático francês Maurice Halbwachs. Sobre este teórico escreveu Le Goff:

A sociologia representou um estímulo para explorar este novo conceito, assim como para o conceito do tempo. Em 1950, Maurice Halbwachs publicou o seu livro sobre as memórias coletivas. A psicologia social, na medida em que esta memória está ligada aos comportamentos, às mentalidades, novo objeto da nova história, traz a sua colaboração. A antropologia, na medida em que o termo "memória" lhe oferece um conceito melhor adaptado às realidades das sociedades "selvagens" que esta estuda do que o termo "história", acolheu a noção e explora-a com a história, nomeadamente no seio dessa etno-história ou antropologia histórica que constitui um dos desenvolvimentos recentes mais interessantes da ciência histórica. (LE GOFF, 1990, p. 473).

Sobre a influência durkheimiana, elaborou importantes estudos sobre a construção da memória coletiva. Halbwachs (2004) desenvolve sua argumentação na afirmação de que a memória individual existe atrelada à memória coletiva, visto que a construção das lembranças ocorrem no interior de um grupo, sendo acionadas em lugares e espaços diferenciados, mas permeadas por elementos construídos no coletivo.

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 2004, p. 55).

As lembranças formam a memória, mas são reconstruídas e resignificadas a partir das vivências de grupos no que define por “memória engajada das vivências em grupo” (HALBWACHS, 2004). Seria uma reconstrução do passado por meio de dados emprestados do presente e perpassadas por outras reconstruções feitas em épocas anteriores, que também já sofreram modificações da teia relacional social, que é coletiva.

A intuição sensível constata a existência da memória coletiva e difere das simples percepções, pois são imbuídas de pensamento social, que é coletivo. Desta forma, para Halbwachs (2004), todos os grupos constroem memórias, que são determinadas coletivamente e influencia numa relação de coexistência as memórias tidas como “individuais”.

Problematiza o conceito de história, que não pode ser limitada à datas, nomes ou fórmulas, fazendo uma clara crítica aos postulados históricos que centravam as análises em grandes eventos, heróis e na noção do contexto histórico como homogêneo e estático.

Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto. (HALBWACHS, 2004, p 64).

Considera, contudo, que a História é mais que uma síntese de acontecimentos da história de uma nação, deve ser crítica e conceitual. Concebe a História como um processo inacabado, em mutação constante e permeada por elementos comuns.

Halbwachs é considerado um teórico relevante do campo da memória coletiva, visto sua tentativa na elaboração de uma proposta metodológica sobre a captação de dados da memória. Assim como Paul Ricoeur, é fundamental para a discussão em torno da importância da memória, da narrativa e do testemunho nas construções discursivas, que serão objeto de análise da história cultural.

Das discussões desenvolvidas no campo da categoria da memória, surgem no contexto das análises históricas, em seu viés cultural, a história das mentalidades. O historiador francês Jaques Le Goff contribui de forma significativa para este campo da história, nomeada “das mentalidades”. Le Goff elabora junto a

outros historiadores como Pierre Nora, diversas análises acerca do modo de pensar e sentir dos indivíduos, observando as semelhanças. Um tema retorna aos debates e envolve a questão da existência de uma memória coletiva, conforme os postulados de Halbwachs.

Afirmavam que a história das mentalidades não poderia ser compreendida apenas como uma tentativa da história em aproximar-se de outras áreas como sociologia, antropologia, psicologia, geografia, ressaltando que é bem mais que uma simples aproximação, é na verdade uma mudança paradigmática, pois requer um novo trato com as fontes. É um estudo de atitudes, comportamentos, hábitos que levam a pensar além das fronteiras dos documentos formais.

Outros historiadores colaboram igualmente para a construção da história das mentalidades como Philippe Ariés, Michele Vovelle, Peter Burke que produzem alguns estudos sobre o desenvolvimento, a natureza e as demarcações feitas pela história das mentalidades no terreno da história mais geral.

Todos os novos setores da história representam um enriquecimento notável, desde que sejam evitados dois erros: antes de mais nada, subordinar a história das representações a outras realidades, as únicas às quais caberia um status de causas primeiras (realidade materiais, econômicas) – renunciar, portanto, à falsa problemática da infra estrutura e da superestrutura. Mas também não privilegiar as novas realidades, não lhes conferir, por sua vez, um papel exclusivo de motor da história. Uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica (incluída a econômica), mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos (LE GOFF, 1990, p. 13).

O historiador precisa estar ciente que o documento é composto por elementos verdadeiros e falsos. Isso desloca este profissional do lugar de mero intérprete dos escritos ou mensageiros destas verdades identificadas nos documentos. Suas análises não devem hierarquizar os conhecimentos, as fontes ou os temas, mas sobretudo ter uma postura de questionamento e inquietude perante estes. Esta nova forma da escrita da história fizeram dela “um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência” (LE GOFF, 1990, p. 13). São necessárias as mediações para a construção de seu discurso histórico sobre algo, o que os capacita para descoberta de inovações no campo histórico.

Podemos afirmar que o grande deslocamento metodológico que vem com estas mudanças na história é sobre o trato com as fontes documentais, que no

século XIX eram tidas como interlocutoras neutras. A partir do século XX, observa-se que são imbuídas de sentido, poder e silenciamentos. Cabe ao historiador, em sua inquietude constante, problematizar e descortinar tais elementos, de maneira a buscar aquilo que não é tão perceptível num primeiro olhar.

## 2.2 Pelas letras e sobre as letras

A relação entre a História e a Literatura foi alvo de profundas e consistentes críticas dentro das ciências humanas, que a reduziam a qualidade destes estudos pautados em obras literárias à ficção ou carente de cientificidade. Entretanto, as mudanças paradigmáticas, até aqui discutidas, motivaram ao deslocamento metodológico da história que permitiu estudos de grande importância usando estas novas fontes.

No passado, este projeto [relação história e literatura] causou graves mal entendidos e foi frequentemente embargado por uma oposição entendida entre denúncias do reducionismo sociológico por uns, e a condenação das ilusões idealistas por outros. (CHARTIER, 2000, p. 97).

Chartier (2000), importante historiador que discute esta relação entre história e literatura, alerta ser necessário observarmos o que ele intitula de “materialidade do texto” que são as suas relações invisíveis, sejam eles impressos ou peças teatrais. Afirmar existirem “dispositivos formais e categorias discursivas” importantes que compõem este tipo de escrita e que transparecem, ao serem observadas, as diversas relações sociais, culturais e políticas.

Propõem-nos observar o texto através de suas diversas modalidades de produção e transmissão de discursos. Afirmar que o pesquisador, ao analisar uma obra literária, necessita perceber as negociações realizadas entre o texto literário e as práticas e discursos que norteiam o contexto social em que a obra foi produzida. Para além destas interpretações, Chartier (2000) nos instiga a transpor as interpretações que localizam a obra como engessada em um contexto, rígida e predeterminada; que afirmam ser o leitor que caracteriza a obra; ou que atribuem o texto a um autor.

Chartier (2000) propõe uma análise partindo dos estudos já iniciados por Michel Foucault, em conferência realizada em 1969, onde realiza uma análise sobre “O que é um autor?”.

Mas outra questão se coloca: a do autor - e é sobre essa que gostaria agora de conversar com vocês - essa noção do autor constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também na história da filosofia e das ciências. Mesmo hoje, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, acredito que não se deixa de considerar tais unidades como escansões relativamente fracas, secundárias e sobrepostas em relação à primeira unidade, sólida e fundamental, que é a do autor e da obra. (FOUCAULT, 2001, p.21).

Foucault (2001) motiva seus leitores a repensar a figura do autor, não pelo prisma histórico ou sociológico, mas pela sua relação com o texto. Afirma que o autor é aparentemente exterior e anterior à sua obra e nos instiga a perceber que uma obra é um discurso e, portanto, devem serem percebidas as relações, marcações culturais e relações entre esta obra e seu autor.

O autor não deixa de desaparecer em sua obra, e que o mesmo não se autodetermina visto ser um construto de inúmeros discursos e relações que o perpassam. Isso permite a “individualização da história” que rompe com uma trajetória de biografismos, deslocando o foco da questão da autoria. Buscou-se, a partir dos postulados e contribuições foucaultianas, observar os estudos dos gêneros literários a partir da relação do autor e obra, observando a escrita como prática discursiva.

Nesta perspectiva, o autor merece análise especial, visto que não corresponde apenas a um indivíduo, mas é composto por vários determinantes. Nele estão presentes vários autores, múltiplas intervenções e diversas instituições de onde são produzidos os textos.

Chartier ressalta que o legado deixado por Foucault nesta discussão foi alargando-se com a inserção de outros campos da ciência e afirma.

Lembro que em 22 de fevereiro de 1969, às 16 horas e 45 minutos, na sala nº 6 do Collège de France, Michel Foucault, então professor no centre Universitaire Expérimental de Vincennes, tratava, diante dos membros dessa Société Française de Philosophie, da seguinte questão: “O que é um autor?”. O retorno a este texto que se tornou famoso, assim como a discussão que o seguiu – da qual participaram Jacques Lacan, Jean Wahl e Lucien Godmann -, mostra, imediatamente, o que mudou no encontro possível entre as disciplinas da interpretação e a história dos objetos e práticas. (CHARTIER, 2012, p. 24).

Desta mudança, podemos dizer epistemológica, iniciada por Foucault, resultaram uma aliança entre Crítica textual e História Cultural. Fora dado um lugar mais significativo às disciplinas que tratam da crítica, edição e interpretação dos textos que buscam analisar as operações dos textos, os atores e os lugares. Fato endossado pela aproximação com áreas como a Geografia Humanista, Psicologia e Psicanálise.

Por outro lado, o campo da História Cultural vivenciou, a partir da nova proposta metodológica, um retorno à análise das obras literárias como objeto pesquisa.

Disso decorre uma atenção comum voltada para a história das interpretações e das leituras, para as formas de inscrição e de transmissão dos textos, para as coerções de todas as ordens (políticas, estéticas, sociais, intelectuais), que governam as condições de composição e de circulação das obras, sejam elas quais forem. Neste terreno em comum, interrogações mais precisas puderam nascer e, assim produziram o encontro de interesses de filósofos, de historiadores da literatura, de historiadores das ciências, de historiadores da arte e de historiadores que pertencem à minha própria tradição, a saber, uma forma de história sociocultural herdeira dos *Annales*. (CHARTIER, 2012, p. 25).

A aproximação da história com a literatura, através do uso de textos como objeto de estudos ou fonte histórica ganham espaços cada vez mais relevantes nos estudos atuais. Chartier (2000) inova ao propor que aos historiadores pensar a obra literária para além de um simples reflexo da realidade ou de um determinado contexto histórico, sugere-se repensar e resignificar esta instituição literária.

A relação entre literatura e história pode ser entendida de duas maneiras. A primeira enfatiza o requisito de uma aproximação plenamente histórica dos textos. [...] Mas há uma segunda maneira talvez mais inesperada de considerar a relação entre literatura e história. Procede ao contrário, isto é, descobre em alguns textos literários uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético. Semelhantes textos que fazem da escritura, do livro e da leitura o objeto mesmo da ficção, obrigam os historiadores a pensar de outra maneira as categorias mais fundamentais que caracterizam a “instituição literária” (CHARTIER, 2000, p. 197).

Esta relação entre os textos literários e o contexto social e histórico é pautada num processo intitulado *negociação*, conceito desenvolvido por Stephen Greenblatt, crítico literário norte americano e especialista nas obras de William Shakespeare, em meados do século XX. A ideia era resolver o problema da manutenção do foco sobre a obra, coisa que para Greenblatt era difícil e permeada por rupturas, às vezes inconscientes pelos pesquisadores. Questionar o pano de fundo das obras, sem que este contexto interferisse e tomasse lugar primordial na

investigação era o objetivo do pesquisador, entretanto ele é importante na análise e crítica da obra.

Tentei lidar com o problema do foco desenvolvendo uma noção de *negociação* e *permuta cultural*, isto é, examinando os pontos dos quais uma prática cultural cruza com outra, tomando emprestadas suas formas e intensidades, procurando afastar apropriações indesejáveis ou deslocando textos e artefatos de um local para outro. (Greenblat, 1991, p. 250).

Como um representante do novo historicismo, Greenblat (1991) destaca que pesquisadores desta nova perspectiva metodológica não observam os determinantes históricos, que são base para as produções das obras, como contextos engessados ou imóveis. Pelo contrário, os observam como dinâmicos, e por isso devem ser observados para identificarmos a “densa rede de forças sociais em evolução e muitas vezes em conflito” que os formam.

O conceito de negociação, na perspectiva de Roger Chartier, busca preencher uma importante lacuna nos estudos que se propõe analisar obras literárias pelo viés histórico. Muito se criticou que estudos neste nível tendiam a observar o tecido social pelo prisma da homogeneidade e, principalmente, observar as obras literárias como reflexos ou espelhos deste contexto. Assim como Greenblatt, Chartier recusa esta ideia da literatura como espelho de uma determinada sociedade ou contexto social. Através da apropriação deste conceito, em suas análises são acionados mecanismos de aproximação pelo pesquisador que é motivado a pensar, analisar e identificar as diversas categorias presentes no texto.

Chartier concorda com a ideia desenvolvida por Stephen Greenblat que as obras literárias têm uma energia social, que permite percebermos os diversos elementos que compõem o social como as linguagens, discursos, objetos, ritos e cerimônias.

Greenblatt define la noción de “energía social” como clave para entender tanto el proceso de la creación estética como la capacidad de las obras de transformar las percepciones y las experiencias de sus lectores o espectadores. Por un lado, lo que capta la escritura literaria es la poderosa energía de los lenguajes, ritos y prácticas del mundo social. Múltiples son las formas de las negociaciones que permiten semejante captura estética del mundo social: la apropiación de los lenguajes, el uso metafórico o material en el caso Del teatro de los objetos de lo cotidiano, la simulación de ceremonias y discursos públicos. Por otro lado, la energía transferida en la obra literaria - lo que Greenblatt designa “the social energy initially encoded in the literary works [la energía social codificada en las obras literarias]” o en otra fórmula “the aesthetic forms of social energy [las formas estéticas de la energía social]”- vuelve al mundo social a través

de las apropiaciones por sus lectores y espectadores. (CHARTIER, 2007, p.1).<sup>10</sup>

Propõe que o pesquisador busque os efeitos do sentido dos textos, que auxiliam na construção da significação e produzem as representações. São elementos textuais que decifram espaços, dotam de sentido os contextos sociais e produzem discursos. A função do historiador que utiliza obras literárias em suas produções é tentar compreender estas múltiplas determinações, tendo o cuidado, trato e rigor teórico para não elaborar um estudo que analise como meros reflexos.

Todas estas proposições são fundamentais neste novo contexto de produção histórica que permite ao pesquisador passear por novos terrenos, usar novas fontes de pesquisa, novas metodologias. A obra desse historiador é parte fundamental do estudo aqui realizado e retomaremos em outros momentos a suas reflexões.

---

<sup>10</sup> ” Greenblatt define a noção de “energia social” como chave para compreender tanto o processo da criação estética, como a capacidade das obras de transformarem as percepções e as experiências de seus leitores ou expectadores. Por um lado, o que captura a escrita literária é a poderosa energia da linguagem, ritos e práticas do mundo social. Diversas são as formas de negociação que permitem semelhante captura estética do mundo social: a apropriação da linguagem, o uso metafórico ou material, no caso do teatro dos objetos do cotidiano, a simulação de cerimônias e discursos públicos. Por outro lado, a energia transferida na obra literária – o que Greenblatt designa “the social energy initially encoded in the literary Works [a energia social codificada nas obras literárias]” ou em outra forma “the a esthetic forms of social energy [as formas estéticas da energia social]” – retorna ao mundo social através de apropriações de seus leitores ou expectadores. (CHARTIER, 2007, p.1)



### 3. PRODUÇÃO JORNALÍSTICA E LITERÁRIA NO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

O século XIX iniciou com uma mudança significativa no âmbito da política e o governo do Brasil que até o momento era um país atrelado à Portugal, com leis, decisões políticas e economia dependentes a este. Na primeira década do referido século, devido aos conflitos que ocorriam no continente europeu, houve um deslocamento da sede administrativa e política para as terras coloniais, com uma clara inversão da lógica metropolitana. A sede administrativa ao transferir-se para a colônia, passa a delegar destas terras as decisões da Coroa Portuguesa. Num primeiro momento, tal decisão foi uma estratégia, como é sabido, para fugir das investidas de Napoleão Bonaparte que ameaçava o trono português.

Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (FAUSTO, 1996, p. 75).

Várias mudanças são observadas com a vinda desta unidade administrativa e política para o Brasil, no campo educacional, cultural e estrutural. Neste capítulo nos deteremos às mudanças ocorridas nas primeiras décadas deste século, que possibilitaram uma amplitude das produções intelectuais e difusão de informação.

Uma primeira importante inovação ocorreu no contexto das produções impressas e foi motivada pela promulgação do Decreto de 2 de março de 1821. Tal documento versava sobre a liberdade de imprensa e destinava novas normas para publicação no país, alargando as autorizações e reduzindo a censura.

Mesmo com uma política de vigilância sobre os impressos, são identificadas práticas de impressão de obras no Brasil antes da chegada oficial de uma máquina de impressão com a Família Real, em 1808. Um nome que está presente nestas práticas é de Antônio Isidoro da Fonseca, que desenvolvia serviços de impressão em Portugal e veio ao Brasil no final do século XVIII para desenvolver sua prática profissional nestas terras. Desenvolveu suas atividades de impressão

por poucos meses na cidade do Rio de Janeiro, até ser descoberto e apreendido todo seu material de trabalho pelos representantes da Coroa. (ESTRADA DE BARROS, 2012).

Assim como Antônio Isidoro da Fonseca, outros livros eram produzidos nas terras da Colônia, causando preocupação para a Corte Portuguesa, o que a leva a incorporar o controle dos impressos como uma política de governo.

Percebemos então o veto à presença de tipografias no ultramar não como uma postura fundamental da relação ente colônias e metrópole, considerada na sua longa duração. Ele seria, em parte, uma reação própria da segunda metade do século XVIII luso aos libelos perniciosos, cada vez mais comuns - ainda que clandestinos - em Portugal e no ultramar. Perigo que poderia ser potencializado com a reprodução de impressos em áreas periféricas. O veto seria também efeito de uma política de letramento sensivelmente diferente do período anterior. Além da estabilidade e do alcance da autoridade régia no novo período, possibilitando o cumprimento da interdição a tipografias, o aparelho de Estado, ao incorporar a nova produção de conhecimento como estratégia de governo, passaria a selecionar e restringir o próprio acesso dos vassalos americanos ao mundo das letras. (ESTRADA DE BARROS, 2012, p. 52).

A legislação anterior ao Decreto de 1821 coibia o exercício da imprensa, controlando, censurando e proibindo publicações que julgasse inapropriadas ao conhecimento da sociedade. O controle das publicações era exercido pela *Real Mesa Censória*, criada pelo Marquês de Pombal e composta por censores leigos e membros do clero. Anterior à criação desta instituição as funções por ela exercidas eram realizadas por três instituições distintas: *Santo Ofício*, o *Ordinário da Diocese* e o *Desembargo do Paço*, que representavam respectivamente o Papa, o Episcopado e a Coroa Portuguesa. Estas instituições faziam parte dos mecanismos de controle da Igreja/ Estado<sup>11</sup> que elaboravam modelos de censura e controlavam o acesso aos escritos e impressos. (MARTINO; SAPATERRA, 2006).

Na chegada ao Brasil, D. João VI elegeu novos censores régios conforme mostra o decreto de 27 de setembro de 1808.

Attendendo á proposta que a Mesa do Desembargo do Paço me fez em consulta de 12 do corrente mez; hei por bem approvar e nomear para Censores Regios os seguintes, para exercitarem o seu Ministerio, sem outro titulo que o deste Decreto que se expedirá a cada um delles por Provisão da Mesa que passará pela Chancellaria sem direitos novos ou velhos. O Padre

<sup>11</sup> Ressaltamos que neste período os poderes da Igreja e do Estado se entrelaçavam. Temos um Estado ordenado pelos preceitos religiosos, onde os líderes religiosos exerciam forte influência sobre a Casa Real.

Mestre Frei Antonio da Arrabida, Confessor do Principe da Beira, meu muito amado e prezado filho; o Padre Mestre João Manzoni, Confessor da Infanta D. Marianna, minha muito amada e prezada tia; Luiz José de Carvalho e Mello, do meu Conselho e Corregedor do Crime da Côrte e Casa; e José da Silva Lisboa, Deputado da Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brazil. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça executar. (BRASIL, 1808).

Aos censores régios cabiam diversas atividades, a citar: controle das publicações encaminhadas à Impressão Régia; pela entrada de obras nas fronteiras da Colônia; autorização da retirada de material nos postos de controle alfandegários; fiscalização de circulação interna de publicações. O objetivo de todos estes mecanismos de censura eram coibir a difusão de conhecimento e expansão da produção jornalística, literária e intelectual. A Igreja e o Estado se auxiliavam na função de controle do que era produzido.

A promulgação do Decreto em 1821 abriu novas possibilidades de avanço na difusão do conhecimento com a permissão de abertura de empresas para impressão, o que avaliamos como positivo para a sociedade que passou a acessar de forma menos burocrática algumas produções. Não estamos afirmando que apenas a criação do dispositivo legal permitiu tal avanço, entretanto é inegável que o mecanismo legal impulsionou mudanças estruturais na produção do conhecimento no Brasil.

Observamos que estas transformações fazem parte de um projeto maior que norteava as relações no século XIX: a tentativa de imprimir os “ares” da modernidade.

### **3.1 Conceitos sobre modernidade e suas implicações no século XIX.**

Como observamos, a chegada da família real ao Brasil implicou muitas mudanças nos campos cultural, político e econômico. Diferentes posturas, hábitos e inovações que até então aconteciam de forma mais lenta, passaram a se desenvolver num grau mais ágil, conforme a sociedade era impelida a adequar-se e necessitar de tais avanços.

Tivemos o desenvolvimento da imprensa, com o aumento das tiragens dos jornais, o uso da ilustração e, logo após, da fotografia, o surgimento das revistas ilustradas, a incorporação do anúncio publicitário em jornais e revistas, a reestruturação do texto jornalístico e o surgimento de uma nova estrutura organizacional, que transformou os órgãos de imprensa em empresas, profissionalizando os seus colaboradores. Tivemos a entrada no país de novas e diferentes formas de entretenimento: o folhetim e a fotografia, na primeira metade do século XIX. (MATOS, 2010, p. 50).

Havia uma necessidade de demonstrar erudição nas relações sociais. Os códigos de posturas reafirmavam a construção da civilidade, um controle dos corpos, dos hábitos, dos costumes e manutenção da ordem. Mas qual modelo de modernidade que podemos identificar nos códigos de postura e nas mudanças ocorridas ao longo de todo século XIX? Vejamos qual a compreensão sobre este conceito elaborado por Giddens<sup>12</sup>.

Como uma primeira aproximação, digamos simplesmente o seguinte: 'a modernidade' refere-se ao estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial. (GIDDENS, 1991, p.11).

A modernidade, primeiramente, é compreendida a partir de um espaço e tempo de produção, dentro de limites culturais bem demarcados. Giddens se refere à sociedade europeia, ocidental do século XVII. Faz destaque dos elementos que compunham a mudança social categorizada por modernidade. Aqui estão delimitados temporal e espacialmente o surgimento da modernidade.

Um dos primeiros nomes a desenvolver o conceito de modernidade, nos seus primórdios é Jean Jaques Rousseau, que utiliza a expressão *moderniste*, tão importante para a conceituação desenvolvida nos séculos XIX e XX. Rousseau afirma existir uma nova forma de ver e viver em sociedade, ditada por uma dinamicidade que anteriormente não existia, muda também as formas de relação entre os sujeitos entre si e com os objetos. Há um sentimento transformador e

---

<sup>12</sup> O conceito de modernidade elaborado por Anthony Giddens foi utilizado neste trabalho por permitir observar os processos inerentes a um período histórico específico, que é objeto de análise desta pesquisa: o século XIX e suas transformações. Entretanto ressaltamos a necessidade de uma maior problematização do conceito criado pelo sociólogo britânico em torno da modernidade. Giddens estabelece uma demarcação temporal, histórica e cultural forte para o que retrata ser a modernidade, deixando transparecer uma linha de pensamento evolutiva. Estabelece e fundamenta sua argumentação na ideia que a modernidade é uma etapa que reúne características mais evoluídas se comparados aos momentos anteriores. As inovações tecnológicas e novas configurações societárias traduzem tal ideia. Ressalva feita, acreditamos ser este conceito importante para a análise aqui estabelecida, quando tentamos observar as mudanças presentes no século XIX, por isso optamos em permanecer com o uso deste conceito.

inovador. Posteriormente, no século XIX, Marx e Nietzsche vão dissertar sobre a complexidade da modernidade. Para MARX a vida moderna é intensamente contraditória em sua base e seus pressupostos irão mudar radicalmente o mundo. Usando linguagem metafórica (abismo, terremotos) expõe a dimensão das mudanças que virão nos anos e séculos seguintes e como inovações tecnológicas e novas formas de organização social, que poderiam dar melhores condições ao ser humano, vão na verdade explorá-los cada vez mais. Para Nietzsche, a história moderna é embebida de uma intensa ausência de valores, ao passo que um mundo de novas possibilidades está ao seu alcance. Há uma tendência à individualização, embora o homem moderno tenha necessidade primordial por códigos, leis e normas de civilidade. A vida moderna é um caos, o homem moderno é uma espécie de caos, ávido e apto a tudo. (BERMAN, 2007).

Para Marshall Berman, a modernidade pode ser categorizada em três fases, pensando o conceito em seu aspecto historiográfico. A primeira fase diz respeito ao início da Idade Moderna<sup>13</sup> no sentido clássico, século XV. Neste momento, a sociedade experimenta os primeiros aspectos da modernidade, sem dar-se conta da transformação que está vivenciando, nem formar um conceito de comunidade moderna. Na segunda fase, a sociedade vivencia as experiências revolucionárias desencadeadas pela Revolução Francesa. Esta sociedade já reconhece os aspectos da modernidade, conseguindo visualizar a dicotomia tradicional/moderno, visto que pode revisitar em suas memórias a experiência de viver numa sociedade ainda marcada por traços tradicionais. Nesta fase, há uma busca pela afirmação de novos códigos posturais, novos valores e práticas, norteados pelos preceitos de liberdade e justiça difundidos pela experiência revolucionária. A terceira fase reflete o momento de maior expansão da modernidade. A sociedade a partir do século XX vive intensa inserção no mundo virtual, transformações nas artes, inovações no pensamento e novas linguagens. A ideia de modernidade é fragmentada e perde o elo com seus próprios contornos iniciais. (BERMAN, 2007).

O que demarca historicamente os limites do que vem a ser a modernidade são as mudanças dos hábitos, estilos de vida, forma de lidar com o

---

<sup>13</sup> Conforme MARQUES; BERUTI; FARIAS (2001) a Idade Moderna como objeto de estudo é compreendida temporalmente entre a crise do sistema feudal – modelo de ocupação territorial e forma política característica de Idade Média - e as revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, na Europa.

tempo, o espaço e as tecnologias que passam a existir, tornando-se características, apenas, deste momento histórico.

Embora muitas delas tenham provavelmente experimentado a modernidade como uma ameaça radical a toda sua história e tradições, a modernidade, no curso de cinco séculos, desenvolveu uma rica história e uma variedade de tradições próprias. (BERMAN, 2007, p. 24).

Neste movimento social acontecem rupturas com inúmeros códigos preexistentes, ao mesmo tempo em que muitos são preservados.

Existem indiscutivelmente descontinuidades em várias fases do desenvolvimento histórico – como, por exemplo, nos pontos de transição entre sociedades tribais e a emergência de estados agrários. [...] O que quero sublinhar é aquela descontinuidade específica, ou conjunto de descontinuidades, associadas ao período moderno. Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilham de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não têm precedentes. Tanto em sua extencionalidade quanto de sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extencional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte, é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira. (GIDDENS, 1991, p. 14).

Para Giddens (1991), alguns “aspectos” marcam as descontinuidades características da modernidade. São eles: o *ritmo da mudança*, ou seja, a dinâmica ou velocidade das mudanças ocorridas na Idade Moderna; o *escopo da mudança*, uma interconexão social global, através de novas tecnologias virtuais; *natureza intrínseca das instituições modernas*, que segundo o autor há uma importante inovação na constituição das formas sociais modernas, cujos registros de existência anteriores não são identificados.

Além dos conceitos trazidos por Berman e Giddens, Matos (2010) ainda nos apresenta outros dois conceitos sobre modernidade. Citando Gunning aborda a modernidade a partir de sua vinculação com a apreensão cultural, objetivando a formação de uma nova mentalidade no mundo e sobre o mundo.

Não se trata, agora, apenas de acentuar que o capitalismo, o industrialismo, o estado-nação e demais mudanças alteraram a face do mundo, mas sim de apresentar, em primeiro plano, os sujeitos alterados por tais mudanças e a substância dessa alteração. E aqui a modernidade toma uma nova acepção: ela passa a ser perceptiva, subjetiva e analisada pelo viés das mudanças que unem artefatos e pessoas, maquinismos e percepção do novo contexto por quem experimenta tais sensações. (MATOS, 2010, p. 44).

Este viés analítico apresentado por Matos (1991) contempla a interação do homem - sujeito diretamente influenciado pelas mudanças sociais - e as transformações vigentes.

Para completar seu pensamento acerca da modernidade, Matos (1991) expõe um quarto conceito que está diretamente ligado ao campo literário. A modernidade<sup>14</sup> *“funciona como sinônimo de ‘modernismo’, referindo-se neste caso ao movimento artístico e literário ocorrido entre o final do século XIX e início do XX e cujo ápice, aqui no Brasil, foi o Movimento Modernista de 1922.”* (VOLOBUEF apud MATOS, 2010, p. 44)

O conceito de modernidade, vinculado ao movimento literário e artístico vigente no início do século XX, é uma nova forma de apreensão do mundo, abstrata e subjetiva. Tais expressões artísticas e culturais impactam o modo de vida dos indivíduos, por isso compõem o sentido da modernidade.

Retomando ao conceito elaborado por Giddens (1991), identificamos um importante vetor da modernidade: a industrialização. E para trabalhar este importante fenômeno que ascende mundialmente através da Revolução Industrial que influenciou mudanças no modo de vida, nas formas de produção e no mercado em diversas localidades. O autor reflete, a partir das formulações teóricas de estudiosos clássicos da sociologia.

Todos os três autores [Marx, Durkheim, Weber] viram que o trabalho industrial moderno tinha consequências degradantes, submetendo muitos seres humanos a disciplina de um labor maçante e repetitivo. Mas não se chegou a prever que o desenvolvimento das “forças de produção” teria um potencial destrutivo de larga escala em relação ao meio ambiente material. (GIDDENS, 1991, p. 17).

Um importante aspecto da modernidade no século XIX foi a inserção de novas formas de vida ditadas pelas transformações industriais, que inseriram na sociedade inovações tecnológicas em diversos campos como, máquinas, novos padrões de vida, formas de moradia, organização social, noções de tempo e espaço, enfim imprimiu uma nova dinâmica.

Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais, prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o

---

<sup>14</sup> Não nos deteremos a este último conceito de modernidade, como sinônimo de modernismo, visto que o presente trabalho destina-se a analisar uma obra literária anterior ao século XX. Mesmo que Maria Firmina produza até o início do século XX, a obra escolhida como objeto de estudo foi produzida na década de 1850.

ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de *mídia*, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade. (BERMAN, 2007, p. 28).

Observamos que Berman faz destaque para todos os avanços que são impressos com a mudança do modo de produção (artesanal – industrial). Nos deixa perceber que não foi apenas um aumento no volume produtivo das economias nacionais, mas que isto significou mais para as relações sociais. A comunicação foi beneficiada com o advento de novas tecnologias, o uso de meios de divulgação de informação como os jornais impressos em larga escala. As mudanças são intensas, porém é necessário observar os determinantes deste dinamismo provocados pela modernidade. Para fazer esta ressalva, recorreremos a Giddens que vai nos esclarecer alguns elementos importantes para percebermos porque o discurso da modernidade teve espaço na sociedade oitocentista.

Temos que dar conta do extremo dinamismo e do espaço globalizado das instituições modernas e explicar a natureza de suas descontinuidades em relação às culturas tradicionais. [...] O dinamismo da modernidade deriva da *separação do tempo e do espaço* e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo – espacial preciso da vida social; do *desencaixe* dos sistemas sociais/ um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo – espaço; e da *ordenação* e *reordenação reflexiva* das relações sociais à luz das contínuas entradas (*input*) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos. (GIDDENS, 1991, p. 20).

A separação do tempo e do espaço dá-se pela uniformização do tempo, no qual a criação do relógio mecânico teve grande importância, visto que, a partir deste, o tempo passa a ser contado de forma homogênea, sem as demarcações espaciais e naturais, há a padronização do tempo e ocorre o deslocamento do espaço do lugar através, por exemplo, da descoberta de novos locais no mundo e a criação de mapas universais. (GIDDENS, 1991).

O desencaixe <sup>15</sup> é visto pelo autor como importante aspecto da modernidade e se refere “ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais

---

<sup>1515</sup> GIDDENS (1991) expõe outras formas de compreensão das transformações do mundo tradicional para o mundo moderno: a diferenciação ou especialização funcional, que segundo ele diz respeito a uma conceituação baseada no evolucionismo. Prefere não usá-las, pois em sua análise não dão conta da questão do distanciamento tempo/ espaço.



de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço.” (GIDDENS, 1991, p. 24).

Outro elemento importante quando observamos a modernidade e suas implicações sociais é o conceito de modernização. Matos (2010) afirma que a modernização está vinculada a processos concretos e estruturais impulsionados pela relação capitalismo – industrialização. A modernização seriam os processos sociais performatizados por estas transformações. (BERMAN, 2007).

Modernização, assim, não pode ser tomada com o mesmo sentido de modernidade. Antes, ela se comporta como processo impulsionador externo da modernidade, a partir de um contexto específico. Esta, para ser exatamente identificada, precisa apresentar também transformações de natureza intelectual, mental e subjetiva. (MATOS, 2010, p. 45).

A modernização é aqui pensada como vetor externo da modernidade, não deve ser entendida como sinônimo ou termo substituto. Ela faz parte da modernidade, compõem o seu sentido. A modernização é, na verdade, uma manifestação da modernidade.

Como discorreremos nas últimas páginas a modernidade não pode ser compreendida como um fenômeno homogêneo, ela deve ser pensada levando em consideração as diversas facetas das sociedades, localizadas em diferenciados pontos do globo. As mudanças ocorridas na sociedade brasileira iniciam com a chegada do século XIX, com influência europeia, mas com características pertinentes ao contexto social brasileiro.

Os primeiros sinais do que se pode caracterizar como uma modernidade brasileira surgiram no século XIX, em sua segunda metade. [...] A nossa modernidade tem características próprias e distintas do que ocorreu na Europa – por isso, defendemos que a modernidade não pode ser vista como um fenômeno de características singulares. (MATOS, 2010, p. 49).

Sem dúvida, as diferenças entre a modernidade brasileira e a europeia são latentes<sup>16</sup>. A industrialização brasileira só ganha corpo no início do século XIX, de forma bastante tímida. Diferente da Europa, cujas bases industriais neste período já estavam bem articuladas; a economia brasileira ainda sofria fortes influências da economia agroexportadora; o processo de urbanização das cidades foi mais limitado, com algumas melhorias na infraestrutura e pequenas mudanças nas instituições sociais; a organização social e política menos turbulenta que a vivida no

---

<sup>16</sup> Não estamos incitando um comparativo para demonstrar superioridade europeia. Destacamos, apenas, elementos que diferenciam o processo de modernização vividos em países europeus e no Brasil.

continente europeu. (MATOS, 2010). Uma gama de historiadores como José Murilo de Carvalho na obra “Cidadania no Brasil” (2005), nos apontam para o fato que no Brasil os acontecimentos sociais e políticos eram vistos pela população em geral com estranheza, sem participação efetiva. Afirma que a cidadania <sup>17</sup>, como concebemos na atualidade, era restrita aos letrados e indivíduos das classes sociais abastadas.

### 3.2 Modernidade, Produção literária e jornalística no Brasil no século XIX

O século XIX foi marcado por uma tentativa de expansão nas relações sociais que cultivavam a difusão da informação, favoreciam a escrita e mantinham práticas que elevavam os grupos à condição de letrados. Um campo de bastante expansão foi o da produção jornalística e literária com abertura de jornais em todo país neste período. Jornais como *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808), *Correio Braziliense* (1808), *Correio do Rio de Janeiro* (1822), *A Malagueta* (1821), *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821), *O Espelho* (1821), *A Aurora Fluminense* (1827), *O Observador Constitucional* (1829)<sup>18</sup>. Os periódicos tiveram expansão com a chegada da Família Real ao Brasil, que trouxe equipamento e contribuiu com a instalação de outros locais de impressão. Os temas desenvolvidos nestes jornais eram diversos, indo das inúmeras propagandas de serviços médicos, de beleza, alfaiataria, costura e saúde, a assuntos de cunho político como a crítica à Corte e seus integrantes, temas sociais como campanhas abolicionistas e textos literários. As formas de divulgação também não estavam restritas a textos formais, mas o uso da caricatura era muito comum quando se tratava de críticas ao Reinado.

Esta expansão permitiu a inserção de novos sujeitos como algumas mulheres, que perceberam a possibilidade de transcender os limites impostos a elas, lançando-se no campo das letras como autoras, muitas se mantinham na clandestinidade devido à repressão que ainda sofriam.

---

<sup>17</sup> Cidadania como conceito que reflete a inserção consciente do sujeito na vida social e política de um país, com garantia de direitos.

<sup>18</sup> Informação extraída da site da Biblioteca Nacional, Exposição Virtual História em Preto e Branco: periódicos no Brasil no Século XIX, curadora Viviane Gouveia. Disponível para consulta: <<<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=223>>>

Contudo, a censura sobre estas iniciativas ainda era bem significativa, por isso elas utilizavam de estratégias para expor suas obras, como assinatura com pseudônimos ou usando nomes masculinos – às vezes de seus cônjuges. Foucault (2003) já afirmava que toda relação de poder é permeada por experiências de resistência, tais como observamos na experiência destas mulheres escritoras no século XIX. Não trabalhamos com a ideia de protagonistas ou heroínas, mas buscamos perceber os determinantes que auxiliam nestes avanços feitos por estas mulheres no século XIX.

Identificamos que desde o período colonial existiram experiências de escrita de mulheres. A Biblioteca Nacional tem catalogadas trinta e cinco mulheres que desenvolveram publicações no século XIX e início do século XX, conforme tabela abaixo.

Tabela 1: Escritoras do Século XIX

| <b>ESCRITORAS DO SÉCULO XIX</b>        |                           |
|----------------------------------------|---------------------------|
| <b>Escritora</b>                       | <b>Nascimento – Óbito</b> |
| Bárbara Hiodora                        | 1759 – 1819               |
| Gertrudes Cunha                        | 1794 – 1850               |
| Delfina Benigna da Cunha               | 1791 -1857                |
| Beatris Francisca de Assis Brandão     | 1779 – 1868               |
| Ana Luisa Castro                       | 1823 – 1869               |
| Ana Bárbara de Lóssio e Seilbitz       | 1830 – 1877               |
| Amalia Figijeiroa                      | 1845 – 1878               |
| Luciana Abreu                          | 1847 -1880                |
| Maria Ribeiro                          | 1829 – 1880               |
| Nísia Floresta                         | 1810 – 1885               |
| Luisa Cavalcanti Filha                 | 1869 -1891                |
| Carmem, Baronesa de Mamanguapem Freire | 1855 – 1891               |
| Maria Benedita Câmara de Bormann       | 1853 – 1895               |
| Luisa de Queirós                       | 1846 – 1898               |
| Maria Azevedo Matos                    | 1855 – 1899               |
| Amélia Correa                          | 1872 – 1900               |
| Auta de Sousa                          | 1876 – 1901               |

|                              |             |
|------------------------------|-------------|
| Maria do Patrocínio Furtado  | 1866 – 1906 |
| Emília de Freitas            | 1855 – 1908 |
| Carmem Dolores               | 1852 – 1910 |
| Maria Clara dos Santos       | 1866 – 1911 |
| Inês Sabino                  | 1853 – 1911 |
| Concita Ferraz               | 1895 – 1915 |
| Hilde Guimarães              | ? – 1916    |
| Maria Firmina dos Reis       | 1825 – 1917 |
| Ana Lima                     | 1882 – 1918 |
| Adelia Fonseca               | 1827 – 1920 |
| Francisca Julia              | 1874 – 1920 |
| Maria Amália Vaz de Carvalho | 1847 – 1921 |
| Alexina de Magalhães Pinto   | 1870 – 1921 |
| Julia Costa                  | 1844 – 1922 |
| Serafina Pontes              | 1850 – 1923 |
| Narcisa Amalia               | 1852 – 1924 |
| Nazaré Menezes               | 1822 – 1926 |
| Amelia Rodrigues             | 1861 – 1926 |

Fonte: Biblioteca Nacional/ Domínio Público

Estão catalogados 1.349 (mil trezentos e quarenta e nove) escritores, deste apenas 2,59% são mulheres, ou seja, 35 escritoras. Tal dado reforça a percepção de que as atuais relações de poder prejudicavam a escrita feminina. Fatores como ausência de escolaridade, proibições, castigos e falta de incentivo favoreciam a ausência de publicações feitas por mulheres.

No Brasil, conforme afirma Duarte (2003), somente em 1827 houve uma legislação que autoriza a abertura de escolas para mulheres. Antes o que havia eram conventos que se destinavam ao ensino de moças, voltado para o doutrinamento e dentro de valores que não deslocavam a mulher da posição secundária. As primeiras experiências de letramento motivaram algumas destas a romper com esta clausura.

E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram

livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever. (DUARTE, 2003, p. 153).

Um nome bem analisado nos estudos sobre estas experiências de mulheres no século XIX é o de Nísia Floresta Brasileira Augusta, nordestina do Rio Grande do Norte, que mudou-se para o Sudeste e Sul do país, e posteriormente para a Europa. É considerada uma das primeiras mulheres que consegue adentrar os círculos intelectuais de publicação. Esta publicou na chamada grande imprensa e desenvolveu uma postura de ativista pela expansão dos direitos das mulheres. Já em 1938 publica “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” que é inspirado em autores internacionais, sendo considerado um texto político em defesa da melhoria das condições de vidas das mulheres brasileiras.

Em meados do século XIX é lançado no Rio de Janeiro o *Jornal das Senhoras*, sob o comando de Joana Paulo Manso de Noronha. Desde seu primeiro volume, o jornal já tem um propósito político de denunciar a situação das mulheres.

O editorial do primeiro número expõe o firme propósito de incentivar as mulheres a se ilustrarem e a buscarem um “melhoramento social e a emancipação moral”. Joana Manso acreditava na inteligência feminina e queria convencer a todos que “Deus deu à mulher uma alma e a fez igual ao homem e sua companheira”. (DUARTE, 2003, p. 155).

Muzart (2003) afirma que estas mulheres que escrevem no século XIX têm o que intitula de *feminismo incipiente*. Seria a vontade, mesmo que tímida, de rompimento com as práticas vigentes. Afirma que todas que avançam no sentido de publicar textos, escrever e contribuir com a educação de outras mulheres têm uma motivação política de mudança das condições em que muitas viviam.

Muitas destas escritoras oitocentistas encontram um maior espaço para suas produções no estilo literário conhecido por romance. Primeiramente como leitoras assíduas, este estilo literário tinha como principal público as mulheres.

Os primeiros cinquenta anos do século XIX presenciaram um enorme florescimento de todas as artes. Nenhum outro momento reuniu um tão grande número de bons artistas em todas as áreas e foi tão difundido no mundo Ocidental. O que marca essa produção e aquele século é o desenvolvimento da literatura. Homens e mulheres notáveis escrevendo em prosa fizeram com que este fosse o século do romance (TELLES, 2012, p. 83).

Nas produções literárias escritas por mulheres deste período, uma característica comum é ressaltada, o uso de pseudônimos para assinarem suas

publicações, quer seja em formato de folhetins, poemas, matérias em jornais ou livros.

O romance consistiu em um estilo literário muito comum entre os escritores do século XIX. Inicialmente, volta-se às temáticas que defendem um retorno ao passado de laços fortes com a nobreza.

Os exemplos mais persuasivos vêm dos melhores escritores. O romance colonial de Alencar e a poesia indianista de Gonçalves Dias nascem da aspiração de fundar em um passado mítico a nobreza recente do país, assim como – *mutatis mutandis* – as ficções de W. Scott e de Chateaubriand rastreavam na Idade Média feudal e cavaleiresca os brasões contrastados por uma burguesia em ascensão. De resto, Alencar, ainda fazendo “romance urbano”, contrapunha a moral do homem antigo à grosseria dos novos ricos; e fazendo romance regionalista, a coragem do sertanejo às vilezas do citadino. (BOSI, 2013, p. 96).

Num segundo momento, o romance no Brasil se volta para temáticas que envolviam amor, morte, dúvidas, ironia, tédio, entusiasmo (BOSI, 2013) sem perder o foco que era o sujeito, centro na visão romântica. O romance tem larga produção em todo território nacional. Bosi (2013) divide os principais produtores de romances em quatro grupos: fluminenses, os paulistas, os maranhenses e pernambucanos. E destaca que as produções diferenciavam-se dependendo do local de sua produção. Sobre o grupo dos romancistas maranhenses afirma que são mais “*liberal no espírito, ilustrado na cultura e ainda clássico na linguagem*”. (BOSI, 2013, p. 164).

São marcantes nos romances brasileiros do século XIX, antinomias que marcam as obras como corte e província, poderes central e local, campo e cidade, trabalhos escravo e livre. Dentro desta última contradição sobre a forma de trabalho desenvolvida no Brasil, observamos que do Maranhão surgem as primeiras correntes de críticos ao sistema de escravismo e defesa do sistema republicano.

“*Já as formas de pensamento que exprimem conflito configuram-se em primeiro lugar no Nordeste, onde precocemente surgem correntes abolicionistas e republicanas*”. (BOSI, 2013, p. 164).

O romance torna-se palco para questionamentos, inclusive de cunho social. Não operando apenas como instrumento ideológico de manutenção de uma ordem vigente.

Observaremos adiante como estas mudanças ressurgiram no contexto maranhense, destacando algumas características da difusão de informação e comunicação neste território.

### **3.3 A produção do romance e o contexto maranhense no século XIX**

A produção literária brasileira é bastante significativa e importante, sendo utilizada muitas vezes como instrumento de nacionalidade e mobilização social sobre alguns temas de relevância no momento da escrita. Partindo do entendimento que os escritores, de certa forma, eram vozes latentes dos acontecimentos políticos e sociais de determinadas época, alguns estudos observavam a literatura como reflexo do real<sup>19</sup>, cuja função, dentre outras, era capturar como numa fotografia as diversidades dos processos sociais. Podemos observar dois estudiosos da literatura que tendem a vê-la como reflexo da realidade: Sílvio Romero e José Veríssimo. (VELLOSO, 1988).

Sílvio Romero, crítico literário, filósofo, professor e folclorista, importante nome da Escola de Recife na década de 1870, contribuindo de forma crítica para expansão de campos como a sociologia, crítica literária, antropologia e estética. Adepto dos ideários positivistas foi responsável por um estudo sobre a literatura brasileira e destacou nas primeiras páginas qual era seu principal o objetivo com a obra. Escreve:

Empreendo, declaro-o de princípio, a história literária nacional com uma idéia ministrada por estudos anteriores. Pode ser um mal; mas é necessário; são precisos tentamens destes para explicar o espetáculo da vida brasileira. (ROMERO, 1960, p.7).

Observamos em toda obra, a tentativa de estabelecer uma visão quase generalista da literatura brasileira e quais os aspectos de nossa cultura que dela poderiam ser extraídos. A referida obra é composta por nove capítulos que vão destacar campos da sociedade brasileira como percepção sobre a constituição étnica, folclore, história, influência da literatura estrangeira, principais período de

---

<sup>19</sup> O real nestas análises tende a ser observado como algo homogêneo e estático, que pode ser captado e representado. Aqui observaremos tais aspectos em sua dinâmica, percebendo as interrelações presentes entre as obras literárias e os contextos sociais do qual elas são produtos e produtoras.

nossa literatura e nomes de destaque. Convoca poetas e romancistas a descreverem este Brasil.

Não sonhemos um Brasil uniforme, monótono, pesado, indistinto, nulificado, entregue à ditadura de um centro regulador das idéias. Do concurso das diversas aptidões dos estados é que deve sair o nosso progresso. A grande alma nacional, apesar de muito batida de infortúnios, não caiu ainda na imobilidade chinesa. Continuai, continuai, poetas e romancistas, estudai os costumes reproduzi nos vossos cantos e nas vossas novelas o bom sentir do povo, quer do Norte, quer do Sul; marcai as diferenças e os laços existentes entre estas gentes irmãs, que são o braço e o coração do Brasil. Não é de vossos estudos, interessantes ao observador e ao psicólogo, que nos pode vir o mal. Que seria melhor: uma pátria uniforme, morta, gelada, ou vivace e múltipla em suas manifestações? Daí não vem perigo. Não se chama isto dividir a literatura nacional em duas; é apenas afirmar a unidade na multiplicidade. Destarte, quando falam nas dissonâncias existentes entre as populações da *langue-d'oil*, e as da *langue-d'oc*, em *trouvêres* e *troubadours*, os críticos não dividem a antiga literatura francesa em duas. No Brasil os estados do Norte e os do Sul têm a plena consciência do fato assinalado; e não se lhes dá disso; porque sabem ser um bem e conhecem nas suas próprias tradições, de lado a lado, recursos para as produções literárias. Tenhamos, sim, muito cuidado com as pretensões compressoras da capital; estejamos alerta contra o *parisismo* e contra a almejada *ditadura científica* de um centro regulador das idéias... É uma nova fórmula do jesuitismo!. (ROMERO, 1960, p. 42).

Para Romero (1960), através da literatura poderiam ser captados reflexos da sociedade na qual estavam inseridos os autores. Desta forma, deixa claro que sua investida tem justificativa por tentar explicar o Brasil pela ótica dos letrados. Destaca a necessidade de observarmos a história da literatura brasileira, através da construção dos traços históricos e literários. Sua elaboração intelectual é importante para a produção de ideias sobre a relação nacionalismo/literatura.

Em contraponto a Romero estava José Veríssimo que observa a história de nossa literatura em apenas dois períodos. O *colonial* marcado pela influência europeia, sobretudo portuguesa; e o *nacional*, a partir do século XVIII, quando se começa a produzir obras e textos com características mais locais e sobre tema de cotidiano brasileiro.

Necessariamente nasceu e desenvolveu-se a literatura no Brasil como rebento da portuguesa e seu reflexo. Nenhuma outra apreciável influência espiritual experimentou no período da sua formação, que é o colonial. Também do próprio meio em que se ia daquela formando lhe não proveio então qualquer influxo mental que pudesse contribuir para distingui-la. (VERÍSSIMO, 1915, p. 9).

Observamos que o crítico literário é firme em seu posicionamento sobre a influência portuguesa e denuncia que esta foi cara para o desenvolvimento da literatura com traços nacionais e sobre temas locais.



Salvaguardadas a importância destas elaborações teóricas e do papel de incentivador de debates em seus contextos sociais, Romero e Veríssimo tendem a observar a literatura como um espelho de sua sociedade.

Não há, portanto, um mundo dos fatos pairando acima do indivíduo. Essa relação unilateral e objetiva entre os termos não existe. Existe, sim, uma profunda dinâmica entre indivíduo e sociedade feita de interações, deslocamentos e modificações. A produção literária é um fenômeno social, na medida em que resulta de convicções, crenças, códigos e costumes sociais. Enquanto tal exprime a sociedade, não *ipsis litteris*, mas modificando-a e até mesmo negando-a. Se a literatura emerge de uma determinada realidade histórica, isso não implica que deva ser o seu registro fiel, ou a sua fotografia. Ao contrário: a literatura tende frequentemente a insurgir-se contra este real, apresentando dele uma imagem em que a própria sociedade muitas vezes se recusa a reconhecer. (VELLOSO, 1988, P. 240).

Atualmente, esta relação arte/real é analisada tendo como parâmetro serem compostas de inúmeras determinações, não podendo ser engessadas como simples reprodução do real. A obra literária e seu autor estão imersos nesta teia de complexidade, que ora determinam, ora são determinados mutuamente. Entender a produção literária a partir deste prisma nos leva a compreender a relação objetiva e subjetiva que o autor tem com aquilo que se apresenta como real e suas decisões em retratá-lo em sua obra, pela forma da crítica, reprodução ou negação.

Ressaltamos que o autor está inserido num contexto maior de produção de discursos, que o levam a escolher o que dizer, o que retratar, quais os mecanismos que irá acionar e quais elementos irá reproduzir. Fato é que uma obra literária pode operar para a manutenção de uma ideologia hegemônica ou buscar quebrar paradigmas e questionar postulados. Foucault (2014) nos propõe observar aquelas lacunas importantes na produção dos enunciados e, conseqüentemente, dos discursos.

O domínio sobre o livro, a leitura e o conhecimento é usado como instrumento de poder por vários séculos. Observamos que em algumas sociedades, como a europeia medieval, as bibliotecas eram guardadas como tesouros e o conhecimento destinado a grupos bastante seletos como o clero e nobreza. Bibliotecas, espaços para leitura e aula eram montados em mosteiros ou nas residências de nobres que incentivavam seus filhos para formação erudita. (ARIÉS; DUBY, 1990).

Entretanto, as mudanças ocorridas com o passar dos séculos e modificações nas configurações sociais levaram a uma ampliação do acesso à educação. Não podemos afirmar que tais conquistas se deram para todos os indivíduos de forma igualitária. As diferenças são marcadas de acordo com a classe social, etnia, posições de gênero e localidades.

Entretanto, salvaguardadas estas especificidades, podemos afirmar que o século XIX foi bastante permissivo para o advento de novos estilos literários, bem como uma tímida popularização dos livros.

No Maranhão, a transição do século XVIII para o século XIX foi pautada por um desenvolvimento econômico, fruto das iniciativas e riquezas produzidas pela atividade algodoeira e outras culturas agrícolas. O ideal de modernidade pautava muitas relações das elites maranhenses. Alguns avanços nas principais cidades da Província como São Luís e Caxias revelam elementos deste ideal modernizador, como praças, escolas, iluminação pública, estradas e bondes<sup>20</sup>.

Assim como ocorreu em diversas partes do mundo, o Maranhão, também, experimentou mudanças substanciais em seu modo de vida. São Luís, no final do século XIX, deu os seus primeiros sinais da modernidade.

Em São Luís, a modernidade pintou um painel bastante específico e multifacetado, formado de aspectos como a industrialização, a reforma urbana, novos entretenimentos, novas manifestações literárias, a remodelação dos parâmetros jornalísticos, uma nova fé cristã, o surgimento de uma nova classe de trabalhadores. Não uma modernidade *latu sensu*, mas os ecos do que ocorreu no Rio de Janeiro e, mais amplamente, no resto do mundo. (MATOS, 2010, p. 54).

Matos defende a ideia que São Luís, no século XIX, a partir da abolição da escravidão e mudanças na economia, viveu algumas mudanças em seu modo de vida, o que para o autor são sinais da modernidade.

Concordamos que, segundo Giddens (1991) e Berman (2007), a modernidade não pode ser observada como uniforme, ela é composta por múltiplos fatores, apresentando aspectos específicos e diferentes de acordo com o local de onde falamos. Desta forma, em São Luís a modernidade teve nuances diferenciadas.

---

<sup>20</sup> Todos estes avanços arquitetônicos e no ramo dos serviços são restritos ao público detentor de capital e bens, não sendo acessível a grande maioria da população que via “bestializada” as transformações da cidade.

É em 1888, ano da abolição da escravatura, que a cidade começa a vivenciar um dos principais aspectos do seu processo modernizador: a instalação das fábricas. Consequência direta da abolição (que representou o ocaso da economia agroexportadora do Maranhão) e da política do Encilhamento, a construção do parque fabril da capital trouxe algumas implicações para o campo das atividades produtivas: em primeiro lugar, instaurou uma nova ordem econômica na cidade, agora dependente das máquinas, do pagamento do trabalho humano com salário, da instituição de jornadas de trabalho, da ação de novas classes de trabalhadores – os operários e operárias e os trabalhadores mais qualificados; em segundo lugar, trouxe uma modificação substancial ao panorama arquitetônico da cidade, com o aparecimento das grandes construções de tijolos, das chaminés e até dos bairros operários no entorno das fábricas (como os bairros da Madre-Deus e do Anil, que se formaram em torno, respectivamente, das fábricas São Luís e Cântamo, localizadas na Madre - Deus e da Companhia de Tecidos Rio Anil), distendendo a cidade para além do seu centro comercial colonial (o bairro da Praia Grande e os bairros vizinhos); em terceiro lugar, instaurou uma nova relação entre o homem e sua forma de produção, quando instituiu a mediação da máquina para o estabelecimento da transformação de matéria-prima em produtos – antes, quase toda a prática da produção estava relacionada ao trabalho braçal, efetivado pelo escravo. (MATOS, 2010, p. 54).

Na segunda metade do século XIX, o tema da escravidão já era sentido e discutido, de forma tímida, na capital maranhense, com defensores da manutenção do regime de escravidão e grupos contrários que usavam os mais diversos instrumentos para buscar abrir o debate sobre a questão.

São observadas vozes na literatura como são os casos de Gonçalves Dias, Maria Firmina dos Reis, Castro Alves e Trajano Galvão que iniciam o tratamento de questões sobre a condição do negro. Alguns como Trajano Galvão, apesar de esboçarem críticas sobre o tema, ainda mantinham sobre sua tutela escravos como mão de obra em suas propriedades. (SILVA, 2013)

O tema ainda é recorrente nos jornais que circulavam na capital maranhense. A tese defendida por Josenildo Pereira (2006) aborda a história da imprensa no Maranhão, dando enfoque aos jornais *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* e o *Paiz* na temática sobre o negro. Destaca

A análise comparativa entre os discursos apresentados nesses periódicos indica que não diferiam entre si quanto à proposição de mudanças superficiais nas relações de dominação ainda vigentes, pois nenhum deles sugeria um programa de transformações sociais que incorporasse à abolição do trabalho escravo uma reestruturação fundiária com base na defesa do fim da grande propriedade, o livre acesso à terra, a apropriação e usufruto da riqueza produzida pelos trabalhadores. Contudo, em geral, eles foram unânimes na crítica à escravidão. (PEREIRA, 2006, 122).

Além destes jornais citado por Pereira (2006), encontramos no jornal *Echo da Juventude*, publicação maranhense destinada à literatura, vozes como da escritora Maria Firmina dos Reis que denunciavam as condições de vida indigna dos

negros no Maranhão através de contos e poemas. No mesmo periódico, identificamos textos filosóficos que refletiam sobre as condições e desigualdades humanas como a escravidão. São textos assinados por literários, filósofos e outros sujeitos sociais que buscavam refletir a vida em sociedade com objetivo era suscitar novas formas de pensar.

Estas iniciativas objetivavam resgatar os valores culturais e literários vividos no passado, sendo um signo da modernidade ludovicense. A tentativa de sistematização do conhecimento e incentivo a produção intelectual da capital reflete o momento que vivia a cidade, ávida por modernizar-se.

Uma importante iniciativa, deste período é a Revista Maranhense: Artes, Ciências e Letras, que surge em 1887 como primeiro veículo de divulgação científica no Maranhão. O objetivo de seus mentores era discutir a cultura, a literatura, a educação na sociedade maranhense. (OLIVEIRA; COSTA, 2011).

A Revista Maranhense: Artes, Ciência e Letras integra este processo de efervescência cultural, promovendo debates sobre questões científicas e de desenvolvimento: econômico, social e político do Maranhão, com matérias diversificadas, com textos e poesias que dissertavam sobre a guerra, Naturismo, Bacterioterapia, Matemática, Física, Química, Medicina, entre outros assuntos de interesse para a sociedade da época. (OLIVEIRA; COSTA, 2011, p. 105).

Além de uma reflexão sobre a sociedade da época, ainda servia como veículo de inquietação sobre os problemas sociais vigentes no Maranhão. Firmina publica nesta revista, no ano de 1887, o conto *Escrava* (Revista Maranhense, número 3) onde denuncia a posição social indigna do escravo na sociedade. Vejamos o que nos diz Firmina.

Em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade e depois de versar a conversação sobre diversos assuntos mais ou menos interessantes, recaiu sobre o elemento servil. O assunto era por sem dúvida de alta importância. A conversação era geral; as opiniões, porém, divergiam. Começou a discussão.

- Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionistas; faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove! A moral religiosa, e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira!

Levantai os olhos ao Gólgota, ou percorrei-os em torno da sociedade, e dizei-me:

Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exaltou seu derradeiro alento? Ah! Então não é verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ser esse sangue comprado a liberdade!? E depois, olhai a sociedade... Não vedes o abutre que a corrói constantemente!... Não sentis a desmoralização que a enerva, o cranco que a destrói?

Por qualquer modo que encaremos a escravidão ela é, e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio: porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbio, a vergonha; porque de frente ativa e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Em balde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que suas veias não gira uma só gota de sangue escravo.

Neste fragmento, percebemos um tom crítico e militante de Maria Firmina e como ela leva o leitor pela cena em questão. A primeira argumentação apresentada leva-nos a compreender que os indivíduos oitocentistas tem o que Matos (2010) sinaliza em seu trabalho: a modernidade como elemento definidor de novos costumes.

Afirma, pela voz de uma de suas personagens, que a escravidão é anacrônica ao século XIX. Não cabia em uma sociedade tão moderna usar o trabalho escravo que é característico de momentos históricos anteriores. Não deveriam mais discutir a permanência ou não deste modelo de mão de obra, visto que em outros países tal momento já havia sido superado. Afirma, usando elementos diplomáticos, que ao se relacionar com outros países, o Brasil que ainda preserva a escravidão em seu processo produtivo, fica em posição desigual, humilhado e não tendo muito poder de negociação. Sabemos, na atualidade, que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão africana que muito sustentou as economias em desenvolvimento nos séculos XV, XVI, XVII, XVIII e XIX. (PEREIRA, 2006).

Ainda identificamos elementos religiosos ao referir-se à salvação e libertação pelo Cristo que a tradição cristã divulga. Questiona que se o Cristo foi sacrificado para salvar aos homens, por quais motivos os escravos ainda permaneciam nas condições indignas de vida? Não seriam eles humanos também? Denuncia ainda que estes escravos são vistos como subcategorias humanas ou de índole duvidosa, o que não é aceitável pelos valores morais e religiosos e ironiza ao dizer que tal pensamento é comum em às senhoras e senhores daquele momento.

Nascimento Mores Filho (1975) afirma que Firmina era uma defensora forte da mudança no modelo da escravidão no Brasil. Em entrevista à Sra. Nhazinha Goulart, que conheceu a escritora e foi sua contemporânea coletou a informação, presente em sua obra Maria Firmina: fragmentos de uma vida, que Firmina tinha como características não apenas a denúncia às condições dos negros, mas

mantinha relações pessoais com os mesmo. Relações de amizade e que demonstravam sua vontade de igualdade social. Em outro poema, publicado no jornal literário *A Verdadeira Marmota*, 1862, fez menção tímida às desigualdades e sofrimentos do negro. No poema *Elvira*<sup>21</sup> ao relatar a história de uma donzela e um amor conturbado insere nos versos, de forma sutil, a questão do negro de forma a expor sua condição de sofrimento.

E cantavam na senzala,  
Os negros, canção chorosa  
E dizia a voz sentida:  
'Oh! Doce amante extremosa'. (REIS apud MORAES FILHO, 1975).

No mesmo poema, que foi publicado entre fevereiro e março de 1862, mas em publicação posterior<sup>22</sup>, traz outra percepção sobre a condição de vida dos negros.

E na triste senzala a mesma voz  
Com que prosseguia em seu cantar  
Tinha pranto na voz, que era queixosa,  
Que revela angústia, e aflito azar. (REIS apud MORAES FILHO, 1975).

O negro é apresentado numa postura de sofrimento, característica comum nas obras de Firmina. Há uma idealização da terra natal e a construção de uma memória da África idealizada na memória de seus personagens.

A produção jornalística e literária no Maranhão, durante a segunda metade do século XIX foi intensa através da abertura e manutenção de diversas casas de impressão ou tipografias o que favoreceu o envio de material para publicação em jornais e revistas aqui veiculadas.

A abertura de jornais, revistas, abertura de escolas, implantação de linhas de bondes puxados por burros, chegada do telefone e mudanças importantes na arquitetura e infraestrutura dão um novo ritmo à sociedade ludovicense, que passa a vivenciar uma mudança cultural importante que insere hábitos novos como a leitura.

Através dos jornais se vendia, alugava, comprava, informava, denunciava. As ofertas presentes nos anúncios dos jornais: escravos para serem vendidos, escravos para serem alugados, senhoras e senhores ofertando postos de trabalhos

<sup>21</sup> Maria Firmina dos Reis apud Nascimento Moraes Filho (1975)

<sup>22</sup> Os poemas, contos e romances eram publicados de forma fragmentada nos jornais do século XIX. Gupeva, Escrava e Úrsula, por exemplo, foram publicados em edições sequenciais. Os leitores eram visados ao final do texto publicado no dia que outras publicações ainda viriam. Geralmente era usados, pelos editores, como forma de alertar o leitor a palavra "(*Continúa*)" que indicava continuação em edições posteriores.

domésticos para escravos e escravas, homens e mulheres livres. Os serviços oferecidos pelos senhores e senhoras das classes mais favorecidas através dos jornais são menino de recado, ama de leite, lavadeira, cozinheira e doméstica. Ainda pudemos observar propagandas sobre remédios - sempre milagrosos, alfaiataria, costureira, venda de bebidas como cerveja e vinhos, comércio de alimentos. Ali também se divulgavam oferta de serviços médicos, prestação de contas sobre instituições de saúde e notícia de óbitos. Isto demonstra que a cidade era informada através destes veículos de comunicação.

No campo das letras observamos a abertura de bibliotecas, escolas e livrarias que permitiam o acesso à literatura.

Para o público leitor, a cidade [São Luís] contava também com algumas livrarias como a Livraria Commercial de Magalhães Pinto, na Rua do Trapiche, a Livraria Magalhães & Neves, na Rua de Nazaré, a Livraria Universal de Antônio Pereira Ramos d'Almeida, na Rua da Palma, além de algumas salas como a Biblioteca Pública e o Gabinete Português, que representavam possibilidades de leitura. Costumava-se ler no Maranhão romances românticos publicados em livros e principalmente nos folhetins dos jornais locais. (DINIZ, 2008, p.24).

Os folhetins em jornais eram uma importante fonte de divulgação das obras literárias. Esta prática foi percebida na Europa, primeiramente, chegando ao Brasil no século XIX, sendo bem aceita e divulgada pelos jornais da época. Os romances passaram a ser publicados nas edições diárias dos jornais, em formato de folhetins presentes, que permitia ao leitor acompanhar a trama continuamente. Esta foi uma importante estratégia de divulgação das obras literárias, bem como de venda dos jornais, que passaram a ser adquiridos de uma maneira mais ampla.

Os romances veiculados foram, em sua maioria, destinados ao público feminino, pois reforçavam um ideário da boa esposa, subserviente e obediente, padrões criados e destinados à mulher naquele período. As histórias perpassavam temas como conflitos amorosos, querelas por amor, traições, amores impossíveis, brigas entre famílias, mas haviam aqueles que nas páginas do romance imprimiam temas de relevância social, como a escravidão. (DINIZ, 2008).

As mulheres que tinham acesso à leitura eram uma parcela bem pequena quando comparadas ao número geral, visto que estamos retratando uma sociedade cujo letramento era muito superficial para as mulheres que faziam parte das famílias abastadas. Quando nos referimos às mulheres das classes pobres, esta realidade

fica quase insustentável. Mulheres leitoras ou escritoras entre os menos favorecidos eram quase inexistentes, visto uma ausência de educação formal<sup>23</sup> para estes grupos.

Sobre a educação no Maranhão na segunda metade do século XIX escreve César Marques, que vivenciou a sociedade oitocentista como médico e escritor.

Não carece a Instrução Pública de simples melhoramento, mas de grandes reformas. [...] que quase sempre entre nós tem sido a Instrução Pública, especialmente a primária, uma arma política e muito poderosa para ferir adversários e sentar na cadeira do magistério com raras exceções, homens sem os conhecimentos necessários". (MARQUES apud MORAES FILHO, 1975).

César Marques afirma que na Província inspetores e diretores não estavam atentos às exigências atuais, tampouco às necessidades urgentes da “mocidade”. Denuncia que é importante uma mudança radical na Instrução Pública, caso se almejasse uma sociedade melhor e mais dinâmica. As relações que se estreitavam com a Inglaterra, por exemplo, era um impulsionador para o ensino de língua estrangeira, no caso o inglês. Demonstra, por meio de levantamento feito em escolas de São Luís, como se apresentava o ensino aqui entre os anos de 1857 à 1879.

Tabela 2: Ensino Público Primário

| <b>ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO EM TODA A PROVÍNCIA</b> |     |
|----------------------------------------------------|-----|
| Escolas/ masculino                                 | 65  |
| Escolas/ feminino                                  | 44  |
| Total                                              | 109 |
| <b>ENSINO PRIVADO PRIMÁRIO NA CAPITAL</b>          |     |
| Escolas/ Masculino                                 | 10  |
| Escolas/ Feminino                                  | 4   |

Fonte: MARQUES apud MORAES FILHO, 1975

<sup>23</sup> Raríssimos são os casos de educação formal e de qualidade para mulheres na Província do Maranhão. O letramento era feito para suprir a necessidade da administração do lar, não sendo estas “mulheres” incentivadas para acessarem a educação superior, tão pouco adentrarem no campo do jornalismo e produção literária. Exemplos que destoam essa matriz são identificados como raros, como a história de Maria Firmina dos Reis, que publica suas obras em meados do século XIX, assinando sua produção como uma mulher, maranhense. As produções de mulheres, geralmente eram assinadas com pseudônimo masculino para que conseguissem espaço nas publicações.



Através destes dados apresentados por Marques à Assembleia Legislativa para fundamentar sua argumentação sobre o ensino precário no Maranhão, podemos observar que a Instrução Pública no século XIX se formatava de forma insuficiente, visto a demanda. Identificamos ainda que os investimentos para o ensino de mulheres, na educação primária é menor, quando relacionamos aos investimentos públicos para homens.

Tabela 3: Ensino Público Secundário

| <b>ENSINO PÚBLICO SECUNDÁRIO EM TODA A PROVÍNCIA</b> |   |
|------------------------------------------------------|---|
| Escolas                                              | 4 |
| <b>ENSINO PRIVADO “SECUNDÁRIO” NA CAPITAL</b>        |   |
| Escolas/ Masculino                                   | 5 |
| Escolas/ Feminino                                    | 5 |

Fonte: MARQUES apud MORAES FILHO,1975

No Ensino Secundário, percebemos uma carência ainda maior, com escolas públicas localizadas em apenas três localidades: São Luís, na Casa do Educando e no Liceu; Alcântara; e Caxias. No Liceu eram ministradas dez disciplinas: Latim, Francês, Inglês, Geografia, Gramática, Filosofia, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Matemática Elementares, Comércio, História Universal. Percebemos que esta estrutura curricular é mais ampla, com intuito de preparar o aluno para o ingresso no ensino superior. Observemos a estrutura curricular da Casa do Educando que era composta por três cadeiras: Desenho, Geométrica e Mecânica. Consistia em um ensino mais voltado para aquisição de habilidades técnicas e ingresso no mercado de trabalho imediato. Em Alcântara, o ensino era apenas de Latim e em Caxias uma disciplina voltada para o ensino de Francês. Podemos observar que na província o ensino regular é ainda permeado por limitações como denuncia Marques em seu relatório.

Vejamos através de outros dados a divergência da formação entre homens e mulheres. Mesmo com a quantidade de escolas em números equivalentes, as vagas ofertadas são bem desiguais.

Tabela 4: Quantidade de alunos matriculados por segmento de ensino

| <b>ALUNOS MATRICULADOS</b> |                                  |                                 |                          |
|----------------------------|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------|
| <b>Ano</b>                 | <b>Ensino Primário Masculino</b> | <b>Ensino Primário Feminino</b> | <b>Ensino Secundário</b> |
| <b>1857</b>                | 1849                             | 347                             | 213                      |
| <b>1858</b>                | 1870                             | 387                             | 176                      |
| <b>1859</b>                | 2115                             | 433                             | 200                      |
| <b>1860</b>                | 2185                             | 432                             | 171                      |
| <b>1861</b>                | 2184                             | 457                             | 194                      |
| <b>1862</b>                | 2443                             | 545                             | 150                      |
| <b>1863</b>                | 2451                             | 636                             | 145                      |
| <b>1864</b>                | 2214                             | 705                             | 160                      |
| <b>1865</b>                | 2498                             | 730                             | 218                      |
| <b>1866</b>                | 2662                             | 870                             | 167                      |
| <b>1867</b>                | 3029                             | 983                             | 239                      |
| <b>1868</b>                | 3241                             | 995                             | 275                      |
| <b>1869</b>                | 3339                             | 1038                            | 230                      |
| <b>1870</b>                | 3739                             | 1349                            | 585                      |

Fonte: MARQUES apud MORAES FILHO,1975

Os dados acima apresentados são referentes à iniciativa pública e privada. Marques denuncia que

foi absolutamente impossível separar os alunos das aulas públicas das particulares, já que por falta de esclarecimento e já por notável incúria de alguns inspetores que parece que bem poucos cuidaram deste ramo do serviço público. (MARQUES apud MORAES FILHO,1975).

Os dados sobre o funcionamento dos serviços de educação não foram devidamente cuidados e organizados, o que nos permite concluir que havia uma parcela de descaso e percepção equivocada sobre a importância do estabelecimento de um sistema educacional regular. As mulheres adentram em número significativamente menor ao ensino primário e por isso afirmamos que sua educação é limitada e voltada, principalmente, para os cuidados com o lar ou para adentrarem na carreira do magistério.

Diante deste quadro de instrução precária, a produção do romance no Maranhão deveria atender a públicos bem diferenciados. Aluísio Azevedo,

importante romancista naturalista do século XIX, escreve no Jornal “*A Gazetinha*”, Rio de Janeiro, em 1882:

Aqueles querem estilo, frade elegante e verdade nas descrições; estes não ligam importância à forma: gostam que os enganem, e adoram o falso, o imprevisto e o maravilhoso. E o escritor, entalado entre estas duas vontades tão opostas, cruza os braços e pergunta a qual das duas deve atender. A primeira é quem faz a crítica, é quem pensa, é quem sabe; mas a segunda é quem lê, quem sustenta o romance e quem palpa com ele. (AZEVEDO apud DINIZ, 2008, p.31).

Nesta complexa interação com o público encontrava-se o escritor, que devia atender a anseios distintos. Em uma situação de erudição elevada estavam escritores, jornalista e público com leituras refinadas. Do outro lado, uma grande parcela de cidadãos com formação deficitária, mas que tinham na leitura uma válvula de escape para as tensões do cotidiano.

Além disto, na concepção de Aluísio Azevedo em pior situação estavam as mulheres maranhenses que dentro dos padrões aqui vigentes não tinham perspectiva diferentes daquelas que foram exercidas por suas antecessoras. (SILVA, 2013).

Se a crítica literária já era bem severa com os escritos produzidos por escritores, marcadamente masculinos, como era a situação de escritoras, marcadamente femininas? Pensar a escrita de uma mulher no século XIX, é refletir sobre as condições sociais que envolvem esta produção, as manifestações de exclusão e as mediações e concessões realizadas para que esta obra chegasse às vias do público em geral. Compreendermos expressões deste processo no tópico seguinte, onde discutiremos a trajetória de Maria Firmina dos Reis e seu olhar sobre as “mulheres” de seu tempo histórico.

### **3.4 Uma maranhense...**

Maria Firmina dos Reis foi escritora, professora e folclorista maranhense. Viveu no Maranhão oitocentista, nascendo em 11 de outubro de 1825, segundo os registros encontrados nas obras de Sacramento Blake (1900), biógrafo que desenvolveu um levantamento importante de figuras dos campos das artes e ciências no Brasil, século XIX e início do século XX; e na obra de Nascimento

Moraes Filho (1975), jornalista que na década de 1970 desenvolve uma pesquisa sobre vida e obra de Maria Firmina dos Reis, no momento das comemorações do sesquicentenário da escritora maranhense.

Firmina foi designada ao quase esquecimento por décadas, inclusive por seus contemporâneos. Sua morte foi atestada em 11 de novembro de 1917, aos seus 92 anos de idade, na cidade de Guimarães. No registro de óbito<sup>24</sup>, lavrado na comarca de Guimarães, no mesmo dia de seu falecimento observamos alguns traços da vida de Maria Firmina dos Reis.

No documento estão ocultadas a causa da morte, profissão e cor de nossa romancista oitocentista, mas saltam aos olhos fatores como a condição civil de solteira e sua filiação: João Pedro Estevão (ou Esteves em outros documentos) e Leonor Reis (ou Leonor Felipe dos Reis).

Como dissemos, Firmina passou no anonimato durante muitas décadas de sua existência. Ao publicar o romance “Úrsula”, em 1859, inicia sua obra afirmando:

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e riso mofador de outros, e ainda assim dou lume.

Não é vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Seu que pouco vele este romance, porque escrito por uma mulher e mulher brasileira, de educação acanhada e sem trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução missérima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o sei cabedal intelectual é quase nulo, Então porque o publicas? Perguntará o leitor.

Como tentativa, e mais ainda, por este amor materno, que não tem limites, que tudo desculpa – os defeitos, os acharques, as deformidades do filho – e gosta de enfeitá-lo e aparecer com ele em toda parte, mostrá-lo a todos os conhecidos e vê-lo mimado e acariciado. [...]

Deixai pois que minha ÚRSULA, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites e louçanias d’arte, caminhe entre vós.

Não a desprezeis, antes amparai-vos nos seus incertos titubeantes passo para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir cousa melhor, ou quando menos, sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós. (REIS, 2004, p.13).

Percebemos que Maria Firmina tem a dimensão da investidura de sua ação como escritora, na Província do Maranhão. Observamos inúmeros elementos que marcam as relações de gênero nesta fala inicial de Maria Firmina dos Reis.

<sup>24</sup> Documento que compõe o conjunto de registro sobre Maria Firmina dos Reis, registrado na obra de Nascimento Moraes Filho (1975).

Damos destaque, primeiramente, para a composição das relações que perpassavam o campo educacional. Operando nas relações binárias, masculino e feminino, a escritora e professora de primeiras letras afirmou que a educação das mulheres era muito inferior que aquela destinada aos homens. Firmina tem conhecimento sobre sua afirmação, visto sua inserção em 1847 na educação, por meio de sua aprovação no Concurso Estadual para a Cadeira de Instrução Primária, na Vila de Guimarães. Logo aos 22 anos de idade passa a ser responsável pelo ensino de inúmeras crianças naquela localidade. Lecionou em Guimarães entre agosto de 1847 à março de 1881. Pouco antes de seu afastamento das aulas na Instrução Pública Primária, por ocasião de sua aposentadoria, fundou uma escola para meninos e meninas que foi considerada a primeira escola de ensino misto da província. *“Em 1880 fundou uma aula mixta em Maçarico, termo de Guimarães, cujo ensino era gratuito para quasi todos os alumnos, e por isso foi a professora obrigada a suspendel-a depois de dous annos e meio”*. (BLAKE, 1900, p. 232).

Esta inovação de ofertar um ensino gratuito a turmas compostas por meninos e meninas fez Firmina ser conhecida no campo educacional, sendo desenvolvidas inúmeras pesquisas no Maranhão que ressaltavam a contribuição desta mulher para a educação maranhense. Importante expoente das pesquisas sobre Firmina na área educacional foi a Doutora em Educação Diomar das Graças Motta, docente do Departamento de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão e do Programa de Pós Graduação em Educação. Motta (2002) defende a ideia que Firmina foi uma mulher à frente de seu tempo, por ter inovado com a abertura de uma turma mista de ensino, para pessoas pobres e se motivado a mover recursos para garantir a permanência destas crianças nas escolas. Certo é que Firmina era ciente da necessidade de contribuir para a educação de sua província, principalmente o ensino destinado às meninas.

Como alertamos no tópico anterior através dos dados expostos por César Marques, a quantidade de meninas que eram inseridas no ensino regular era bem menor que a inclusão dos meninos. Além da relação de profunda desigualdade nas condições de acesso ao ensino, Firmina aponta para a deficiência da educação no Brasil, quando afirma que pela condição de brasileira a situação do seu grau de instrução é agravada.

Tem uma postura consciente em relação a sua produção, inicia fazendo a autocrítica, localizando sua obra num grupo que não compõe as célebres

publicações e não estará nas rodas dos grandes escritores. Como apontamos no capítulo anterior, o Maranhão fora considerado pela crítica brasileira um celeiro de grandes autores na literatura e demais artes. A difusão deste material foi favorecido com a expansão da imprensa e com as normativas legais que abrandaram a censura sobre as publicações. Entretanto, as publicações feitas por mulheres não tinham grande notabilidade. Numa postura que beira ao ativismo político, Maria Firmina esclarece que sua atitude, deverá servir, na mínima das intenções, como incentivo às futuras publicações de outras mulheres

Na publicação do romance *Gupeva*, em 1865, a nota de apresentação do texto demarca que Firmina tem prestígio, sendo respeitada por alguns editores e críticos literários. Ressalta que a postura de manter suas publicações periódicas dá margens às demais mulheres para que iniciem suas escritas e as publiquem. Vejamos.

Começamos hoje a estampar o romance *Gupeva*, trabalho da talentosa maranhense, Maria Firmina dos Reis, cuja tenacidade nos labores literários, e amor aos estudos são bem conhecidos do público.

Essa composição ligeira, porém onde revela-se o talento de sua hábil auctora foi-nos ofertadas por a mesma, que cuidadosamente a corregio para ser publicada neste jornal.

Seja a publicação de *Gupeva* um estímulo às mais senhoras, que cultivão as letras, porem uma modéstia cômendnável as tem conservado no silencio e obscuridade.

Aos ilustrados leitores recomendamos que o leião e sejão indulgentes para as lacunas, que por ventura encontrem. (*Jornal Echos da Juventude*, 12/03/1984).

O jornal apresenta Maria Firmina como escritora de grande qualidade, porém sem o devido reconhecimento. Ainda alerta para a necessidade de torná-la mais conhecida e admirada pelos leitores. Conclama os letrados à leitura da obra e faz um chamado às demais mulheres produtoras de textos literários para que saiam da “clausura” que há muito são destinadas.

Ser mulher escritora no século XIX, como já dissemos, consistia em grande desafio. Como observamos, Firmina é aclamada por alguns, mas esquecida por muitos outros. Na edição Fac-Similar de “*Úrsula*”, publicada em 1975, Horácio de Almeida<sup>25</sup> alerta para o fato de alguns biógrafos e críticos literários terem excluído ou citado como personagem secundário Maria Firmina dos Reis de suas publicações.

O primeiro que é retratado por Horácio Almeida é Antônio Henrique Leal, na sua obra *Pantheon Maranhense*, publicada entre os anos de 1873 e 1875, em

---

<sup>25</sup> Prólogo da edição Fac-Similar de *Úrsula* (1975)

quatro volumes. A obra resgata os principais autores maranhenses e suas principais contribuições para a construção da literatura na província. Em quatro volumes, destina uma nota bibliográfica à Maria Firmina dos Reis, se referindo ao poema *Cantos à Beira Mar*, homenagem da escritora a Gonçalves Dias, com enfoque para o escritor.

Ainda sobre os silêncios em torno da figura de Firmina, é destacado Francisco Sotero dos Reis, mais conhecido como Sotero dos Reis, importante escritor oitocentista que considerava literato os adeptos ao Classismo, que não desviavam das normas da língua culta. Elaborou um Curso de Literatura Brasileira onde dá destaque aos escritores brasileiros, destacando alguns maranhenses como Odorico Mendes, Gonçalves Dias e João Lisboa. Sobre Maria Firmina, da qual era parente, não faz menção às suas obras e sua importância como romancista.

José Ribeiro do Amaral, literário e professor do Liceu Maranhense, elaborou um trabalho sobre a história literária maranhense, publicado no *Dicionário Geográfico e Etnográfico do Brasil*, em 1922. A obra foi elaborada em comemoração ao centenário da independência do país e buscava retratar o Brasil, através de vários campos. Ribeiro do Amaral escreve outra tímida nota sobre Maria Firmina dos Reis, sobre a morte da escritora, em 1917. Não expõe a sua obra literária, com relação à cultura ou educação no Maranhão.

Horácio Almeida ainda cita a ausência de informação sobre Maria Firmina na obra de Mário Meirelles, *Panorama da Literatura Maranhense*.

Todos estes silenciamentos refletem o que foi vivenciado pela autora e exposto na apresentação de seu romance “Úrsula”, que demos destaque anteriormente. Firmina publicava em vários veículos de comunicação, mas era desafiada pela crítica negativa e pelo quase esquecimento de seus contemporâneos.

Horácio Almeida (1975) destaca sobre a obra de maior expressão da escritora. Sobre *Úrsula* escreve:

Aqui e ali, como uma pedra de tropeço, topa o leitor com uma palavra fora de uso, exumado dos clássicos. No mais, carece o romance de outros requisitos, como o colorido das descrições, a fixação dos costumes, a espontaneidade do estilo coloquial. Com relação ao coloquial, predomina o tratamento do vós entre todos os personagens, até mesmo os mais humildes, os escravos, que não claudicam nas formas verbais. Porventura, não são também artificiosas as obras literárias dos tempos românticos (ALMEIDA, 1975, p. 7).

A crítica quanto ao estilo da escritora é pontual na apresentação de Horácio Almeida ao romance “Úrsula”.

Cabe toda via, à Maria Firmina dos Reis o privilégio de produzir o primeiro romance no Brasil, como pioneiro da seara feminina, sem influência alienígena, onde o escravo por seu caráter, por sua alma branca, ocupa lugar de destaque em sua obra. (ALMEIDA, 1975, p. 7).

Mesmo com todas as críticas feitas à obra, destaca a importância dela para a literatura maranhense e para a produção do romance brasileiro. Destaca os temas sociais que são retratados por Firmina, entretanto ao tentar ressaltar a importância do tema social destacado por Firmina, reafirma seu posicionamento marcado por ideias que veem o negro na perspectiva do bom e mau homem, daquele que quando se desenvolve por ter “alma branca”.

A postura de Maria Firmina dos Reis sobre a temática da escravidão é bem exposta em suas obras. Em “Úrsula”, destaca figura de dois escravos Suzana e Túlio que são tidos como amigos de Úrsula e D. Luiza B.. (falar das partes do livro que ela ressalta o negro)

Em ocasião de 13 de maio de 1888, data de assinatura da lei Áurea, Firmina compõe o Hino de Liberdade dos Escravos.

Salve Pátria do Progresso!  
Salve! Salve Deus a Igualdade!  
Salve! Salve o sol que ralou hoje.  
Difundimos a Liberdade!

Quebrou-se enfim a cadeia  
Da nefanda Escravidão!  
Aqueles que antes oprimias,  
Hoje terás como irmão!. (REIS apud MORAES FILHO, 1975).

Observamos o ideal de liberdade defendido por Firmina neste fragmento, publicado em diversos meios midiáticos. Ele auxilia na construção da percepção dos posicionamentos da escritora. Firmina vivencia uma sociedade escravocrata, que desde a segunda metade do século XVIII tinha o escravo como principal modalidade de mão de obra. Diversas rotas foram estabelecidas entre a África e Brasil, tendo como destino a Província do Grão Pará e Maranhão. Ter escravos tinha suas dimensões culturais e econômicas. Por um lado, a sociedade observava os possuidores de escravos como sujeitos que tinham prestígio e, portanto exerciam influência política e social. Por outro lado, tê-los consistia num investimento grande, visto os preços eram elevados, mas essencial para manutenção de um sistema



produtivo marcado pela desigualdade social e exploração do trabalhador. E sua denúncia pauta-se nas condições de extrema exploração. (PEREIRA, 2006).

A vida de escravo na área da grande lavoura, sobretudo dos homens era extenuante, salvo nos momentos de lazer propiciado, entre outros fatores, pela dança e pelo toque de tambor, pois como foi sublinhado, os trabalhadores escravos eram submetidos a uma longa jornada de trabalho que variava de 16 a 20 horas sob a vigilância e o rigor do chicote de um feitor, um escravo do senhor. (PEREIRA, 2006, p.50).

São estas condições que são denunciadas por Maria Firmina dos Reis em algumas de suas obras. Em “Úrsula”, destaca em uma memória de Susana, negra composta pela escritora como de personalidade forte, com sabedoria ímpar e que é bastante respeitada por Úrsula, D.Luiza B. e Túlio, também negro e empregado da família da protagonista. Firmina numa visão idealizada da África, comum nos discursos que saíam em defesa dos negros, dá voz à negra Susana como forma de lamúria e saudosismo de seu lugar de origem.

- Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade!... ah! eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais distosa que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! Meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz de meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em que me revia, em que tinha depositado todo o amor da minha alma: - uma filha, que era a minha vida, as minhas am-bições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! Tudo, tudo até a própria liberdade. (REIS, 2004, p. 115).

Observamos que a escritora estabelece ao leitor sua visão de uma África romantizada, com as características de paz e harmonia presentes. Estabelece um cenário que remonta as belezas naturais como praias e campos para ilustrar que Susana, negra já idosa havia vivido. Contrapõe à imagem de felicidade, a realidade de Susana quando assim a descreve:

Suzana chama-se ela: trajava uma saia de grosseiro tecido de al-godão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e des-carnadas com todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço em-carnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs. (REIS, 2004, p. 112).

São nítidas as fraturas entre o momento de Susana em sua terra de origem e seu cativeiro. Na descrição da África, leveza e alegria; o cativeiro é

desenhado com tom forte de sofrimento e dor, desespero e falta de esperança numa perspectiva de futuro. Sobre a captura destaca:

Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o mendubim eram em abundância nas nossas roças. Era um destes dias em que a natureza parece entregar-se toda a brandos folgares, era uma manhã risonha, e bela, como o rosto de um infante, entretanto eu tinha um peso enorme no coração. Sim, eu estava livre, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia vê-la. Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando o as-sobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo eminente que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era um prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe, filha e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo de minha alma, só vos pudeste avaliar. (REIS, 2004, p. 116).

A escritora continua sua denúncia trazendo as condições de transporte no negro às terras brasileiras, relatando o extremo sofrimento físico e psicológico do negro em condição de cativo.

No conto *Escrava*, posterior ao romance “Úrsula”, descreve um processo de resistência de uma escrava e através de diálogo expõe o aspecto físico e psíquico do negro.

Era quase uma ofensa ao puder fixar a vista sobre aquele infeliz, cujo corpo seminu mostrava-se coberto de recentes cicatrizes; entretanto sua fisionomia era branca, e agradável. O rosto negro e descarnado; suposto seu juvenil aspecto aljofrado de copioso suor, seus membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora lânguidos pela comoção de angústias que se lhe pintava na fronte, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada e incerta traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante.

No fundo do coração daquele pobre rapaz, devia haver rasgos de amor, e generosidade. (REIS, 2004, p. 247).

As características físicas, fruto da rotina de sofrimento, maus tratos, alimentação precária e condições insalubres de vida e trabalho, é uma constante nas obras da escritora. Sua postura de denúncia fica mais latente quando relata o trato com os feitores e as relações de poder que se estabeleciam naqueles espaços projetados por Firmina. Novamente em *Escrava*, ainda no mesmo diálogo exposto anteriormente, o negro fugido relata à senhora que o questiona.

- Quem és, filho? O que procuras?

- Ah! Minha senhora, exclamou erguendo os olhos ao céu, eu procuro minha mãe, que correu nesta direção, fugindo ao cruel feitor, que a perseguia. Eu também agora sou um fugido: porque há uma hora deixei o serviço para

procurar minha pobre mãe, que além de douda está quase a morrer. Não sei se ele a encontrou; e o que será dela. Ah! Minha mãe! É preciso que eu corra, a ver se acho antes que o feitor a encontre. Aquele homem é um tigre, minha senhora, -e uma fera. [...]

Amanhã, continuou ele, hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, hei de ter trezentos açoites; mas minha mãe morrerá se ele a encontrar. Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites; ela deitou a correr gritando. Ele correu atrás. Eu corri também, corri até aqui porque foi esta a direção que tomarem. Mas, onde está ela, onde estará ele? (REIS, 2004, p. 248).

Os escravos eram submetidos a dias exaustivos de trabalho, sendo produzido ao extremo a mais-valia. O tempo de vida de um escravo, após iniciar seu labor era curto, com números que indicam sete anos de vida útil ao escravo. (PERREIRA, 2006). Um patrimônio oneroso, que era explorado aos mais elevados níveis para que produzisse. Firmina expõe estas condições em algumas de suas obras das quais citamos alguns textos.

Outro tema recorrente na obra de Firmina é o amor. Vejamos alguns poemas publicados no jornal *Echo da Juventude*, em 1865, que falam das relações amorosas estabelecidas naquele momento e exaltam algumas características que discutimos anteriormente, como a visão de uma mulher que se posiciona de maneira mais paciente e que aguarda o alvorecer de uma grande paixão.

#### HOSANNA

Que diz o infante,  
Se rir d'um instante,  
Se muda inscontante  
N'um meigo chorar?  
Que dis a donzella,  
Que scisma TAM bella,  
Que sente, que anhela,  
No seo meditar?...

Que dizem os palmares,  
Que dóceis aos ares,  
Nos ledos folgares,  
Sorriem-se á gemer?  
Quês diz a rolinha,  
Qu'á tarde sósinha,  
Saudosa definha,  
Se o par vê morrer?  
Que dizem as flores  
Emblemas de amores,  
De infindos primores,  
De infindo gosar?  
Que diz meigamente,  
D'orvalho nitente,  
A gora cadente,  
Qu'a flor vem beijar?

Se brame raivo

O pélago iroso,  
 Se geme saudoso  
 Na praia, - o que diz?  
 Que dizem os cantos,  
 De magos encantos,  
 Que ensaia, sem prantos,  
 Mimosa perdiz?

Que diz a vaidosa  
 Gentil mariposa,  
 Qu' o suco da rosa  
 Fragante libou?  
 A loura abelhinha,  
 Que diz quando asinha,  
 Beijando a florzinha  
 Seu mel lhe roubou?

Que diz a erma fonte?  
 Que diz o horizonte?  
 Eo cume do monte,  
 Que se ergue altaneiro?  
 Que diz ternamente  
 A lua nitente  
 Se coroa indolente  
 O verde mangueiro?

Que diz todo o mundo,  
 N'um voto profundo,  
 Eterno, e jucundo,  
 Erguendo –se aos cos?  
 'diz grato – amoroso  
 Hosanna! E soidoso,  
 É tudo formoso  
 Concerto ao seo Deus. (REIS, 1865).

Outro texto que exalta este amor é o poema publicado no mesmo periódico *Echos da Juventude*, em 1865, é T...

T...  
 Mais bella hontem, que nos outros dias,  
 Mais bella eu vi-te; mais mimosa ainda,  
 Qu'a névea espuma coroando as vagas,  
 Que beijam a areia d'uma praia linda.

Mais bella eras, mais fluente, e pura  
 Mais doce, e meiga que d'uma harpa santa,  
 Um hymno sacro, - melodiosa nota,  
 Qu'ao rude peito de prazer encanta.

Mimosa, leda como doce brisa,  
 Que meigamente n'um jardim cicia,  
 Ou branda aragem perfumosa, errando  
 Por entre ervinhas, as nascer do dia.

Mystico enlevo, ao contemplar-te, sinto  
 Mulher, - ou anjo, - ou divinal visam!..  
 Typo ideal....eu não te creio fada,  
 Creio-te anjo de especial missam.

Co'os – pés na terra á divagar sonhando  
 Os ledos sonhos, do dizer dos céos;  
 Das brandas azas, derramando aromas,  
 Desses perfumes, que se esvaem de Deus.

Es tu, es tu que serenando o ar  
 Com'um teo sorriso, minha dos suavisas;  
 És tu qu'a mente do poeta exaltas;  
 És tu, da tarde merencórias brias.

—  
 Acolhe pois os meos cantos;  
 Vem, adornada de encantos,  
 Sustar os meos tristes prantos,  
 Uma hora em cada dia.  
 Qu'eu te veja ao por do sol,  
 Da manhã pelo arrebol,  
 Brando eysne – ou roxinol,  
 Cantando com melodia

Quando vires doce estrella  
 Já desmaiada – mas bella,  
 Scintillante – mais singella  
 Do que saphira – ou rubi:  
 Vem ao menos nessa hora,  
 Como a fada enganadora,  
 Como visam sedutora,  
 Collocar-se ao pé de mi.

Talvez assim os meos sonhos,  
 Merencórios, bem tristonhos,  
 Se volvam bellos, risonhos,  
 Risonhos cheios de amor.  
 Vem minha lyra fadar,  
 Vem minha mente inspirar,  
 Meo viver dulciferar,  
 Vem desterrar minha dor.

Ver-te,ouvir-te é meo praser:  
 Ti reanimas meo ser,  
 Que mais te posso eu dizer,  
 Anjo – mulher –ou visam!  
 Tens meos affectos, donzella,  
 Se te vejo assim tam bella,  
 Ou se te escuto singela,  
 Desferir terna cançam. (REIS, 1865).

Observamos que a narrativa ressalta uma perspectiva pacífica da mulher com exaltação ao amor impossível e à paixão avassaladora, característica do romantismo daquele momento.

A literatura, seja no contexto brasileiro, ou mais especificamente no maranhense, pode ser compreendida como uma maneira de captarmos as tensões e dilemas que os leitores daquele momento viviam. Desta forma, captar as expressões deste amor que julga, que aprisiona e liberta de um passado de melancolia e

tristeza, colocando a mulher como um objeto que se significa a partir da relação com o outro masculino é um dos movimentos que devemos fazer ao interpretar e usar tais textos como fonte de pesquisa.

Outro enfoque dado nos textos da escritora é o indígena, podemos perceber algumas características desta percepção no poema abaixo, publicado no *Echo da Juventude*, em 1865.

#### O CANTO DO TUPI

Sou filho das selvas – não temo o combate  
Não temo o guerreiro, - guerreiro nasci;  
Sou bravo, - eu invoco do bravo o valor,  
Sou filho d'um bravo, valente tupi.

Na marcha p'ra guerra, se invoco tupan,  
Tupan me responde na voz do trovam;  
Intesa-se o arco, - desprende-se a frexa,  
E o fraco reclinava seu rosto no cham.

Sou filho das selvas – nas selvas nasci,  
Sou bravo guerreiro, só amo o lidar,  
Se tribu inimiga correndo ahi vem,  
Ao campo, sanhudo, vou só, pelear.

Se sonho, nos sonhos eu vejo anhangá,  
Que vé-la a meu lado, qual vela tupan;  
Às vezes lhe escuto: guerreiro ao combate  
Vai lesto, vai forte, mal rompa a manhã.

Eu Vico nas selvas – nas selvas immensas,  
Que vastas se entendem nas terras do norte,  
Se corro à peleja, bem seu qu'a Victoria  
Pertence a meu braço, qu'ê grande, qu'ê forte.

E parto animoso: mal vejo o inimigo,  
Comêço das detas a ponta ervar,  
Ardendo nos brios de nova coragem,  
Contente o triumpho, comêço a cantar.

Nas selvas d norte, nasci – d'um guerreiro  
Qu'as tribus guerreiras fazia tremer,  
Herdei-lhes esse sangue, seos brios herdei,  
Vallente com'elle, só sei combater

Cem craneos expostos na taba, bem provam  
Qu'em terra cem vezes, cem homens prostei  
Quer deixe na seta seo ultimo alento,  
Quer caia vencido nos laços qu'arimei.

Eu vivo nas selvas – nas selvas do norte  
Soi índio valente, valente tupi  
Temido na guerra, o do bravo temido;  
Possante guerreiro, nas selvas nasci.

Se entam prisioneiros valentes eu trago,  
A tribu me applaude...que bravo sou eu!..  
De dentes imigos o número é tanto

Qu'attestam qu'o forte jamais me venceo.

Sou filho das selvas, - não temo o combate,  
 Não temo o guerreiro, - guerreiro nasci:  
 Sou bravo... eu invoco de bravo o valor;  
 Sou filho d'um bravo, valente tupi. (REIS, 1865).

O índio é retratado como guerreiro, oriundo de um espaço definido, a mata, tendo como característica primordial ser destemido. O tema é recorrente em outros tipos literários, como o romance da segunda metade do século XIX. A exemplo, podemos citar o romance de José de Alencar, *O Guarani*<sup>26</sup>, publicado em 1857. O retrato do índio como guerreiro é uma constante, tendo como variável a percepção acerca destes sujeitos que ora tendiam para uma exaltação, como no caso do poema de Maria Firmina dos Reis, ora tendiam para vê-los com traços negativos.

A primeira geração de escritores românticos tinha a inclinação para retratar o índio em paralelo à figura do colonizador, sem grandes traumas ou cisões, mas com uma superioridade do colono em face ao outro. Como exemplo, citamos Gonçalves Dias, em seu poema *Os Timbiras* que foi dedicado à D. Pedro II. Num segundo momento, já percebemos um desejo de ressaltar a bravura do indígena que já se dá conta dos perigos causados pelo colono, por isso é arredo e guerreiro. (BOSI, 2013) O poema acima, situa-se nesta perspectiva de exaltação à figura do índio guerreiro e destemido, que se relaciona com a natureza com respeito e cultuando-a como a uma divindade.

Firmina foi escritora atuante durante toda segunda metade do século XIX, tendo publicações em diversos periódicos deste período como *Echo da Juventude*, *Publicador Maranhense*, *Jardim dos Maranhenses*, *Parnaso Maranhense*, *Porto Livre* e *Revista Maranhense*. Entretanto, como afirmamos, ao final de sua vida, sua obra foi ignorada por muitos críticos literários que compuseram alguns panoramas sobre a literatura no estado e não incluíram a escritora.

Sendo esta, uma romancista que primeiro aborda o tema do negro e que ressalta as suas posições frente às relações destinadas às mulheres, dando voz às mesmas em suas obras, teriam seus sucessores que permitir que outras gerações a pudessem conhecer.

---

<sup>26</sup> ALENCAR, José de. *O guarani*. 20ª ed., São Paulo: Ática, 1996

Como já expomos, Sacramento Blake tem função importante nesta retomada às obras de Maria Firmina, em 1900, com seu verbete sobre a escritora, na obra *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*.

Outra importante envergadura sobre a obra de Maria Firmina foi levada a cabo em 1975 com a publicação de Nascimento Moraes Filho, fruto de uma pesquisa com sujeitos que viveram com a escritora, como foi o caso da senhora Nhazinha Goulart. A pesquisa consegue reunir vários “fragmentos” da vida e obra da escritora, embora o rigor metodológico e algumas ausências de referências levem o leitor da obra a ter algumas dúvidas sobre o sujeito que fala, se Firmina, as pessoas que conviveram com ela ou o próprio autor da obra. *Maria Firmina – fragmentos de uma vida* é apresentado pelo jornalista Nascimento Moraes Filho como a obra que resgata a memória desta escritora maranhense. O que percebemos é que após sua publicação, a exposição realizada por comemoração do sesquicentenário de seu nascimento e republicação de algumas de suas obras a partir da década de 1970, como o romance “Úrsula” e o conto “Escrava”, as publicações que buscaram compreender suas escritas, sua vida e sua importância para a literatura maranhense e brasileira se ampliaram.

No mesmo ano, 1975, Horácio de Almeida reedita e publica o romance “Úrsula”, dando conhecimento às gerações atuais da obra daquela escritora maranhense do século XIX que por muito foi esquecida pelos estudiosos da literatura e história brasileira.

Na atualidade, conseguimos mapear algumas teses, dissertações, monografias e inúmeros artigos sobre Maria Firmina dos Reis. Com enfoques sobre a percepção da mulher no século XIX, a sua militância em torno do negro, estilo de escrita e algumas biografias. São pesquisas que se desenvolvem em todo Brasil.

Em 2013, de pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão, saíram duas importantes pesquisas sobre Firmina. A tese de Doutorado em História Econômica, na Universidade de São Paulo, de Régia Agostinho, professora do Departamento em História. A tese teve por título “*A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX*”. O trabalho discute à luz do romance “Úrsula” e Gupeva e do conto Escrava, as representações sobre a mulher e a escravidão no Maranhão, século XIX. Apresentam dados sobre os processos econômico pautado na escravidão e como isto aparece nas linhas dos textos de Maria Firmina dos Reis.



Ainda em 2013, é defendida a dissertação de Melissa Rosa Teixeira Mendes, Mestrado em História Social, Universidade Federal do Maranhão. A dissertação numa perspectiva de estudos históricos sobre a mulher, apresenta as representações sobre as mulheres presentes na obra. Destacando através dos personagens modos de conduta e vivências das mulheres oitocentistas. Reflete ainda sobre a importância da literatura como produção de costumes para o público feminino.

Em 2009, Juliano Carrupt do Nascimento, elabora dissertação no Mestrado em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, com título *O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis: estética e ideologia no romantismo brasileiro*, onde desenvolve um estudo de crítica literária sobre a obra.

Em 2007, Adriana Barbosa de Oliveira, defende na Universidade Federal de Minas Gerais, dissertação com o título *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*, no Programa de Pós Graduação em Letras: Estudos Literários. No estudo, a pesquisadora elabora uma relação entre etnia e gênero, sendo concebido como estudos sobre mulheres. Expõe como no romance se estabelece estas relações entre as mulheres e as questões étnicas no século XIX, trazendo a figura de Tancredo como articulador entre estes dois temas discutidos.

No Rio Grande do Sul, em 2006, Algemira Macêdo Mendes defende sua tese que teve por título *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláquia na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. A pesquisa destinou-se a perceber os processos de inclusão e exclusão das autoras Maria Firmina dos Reis e Amélia de Freitas Beviláquia<sup>27</sup> dos estudos historiográficos que foram realizados no final do século XIX e século XX.

Ainda encontramos pesquisas que fazem referência indireta à Maria Firmina, como composição de um estudo mais amplo. São os casos de Zaidê Muzarte e Norma Telles. Ambas desenvolvem teses que discutem a escrita de mulheres nos séculos XIX e XX e apresentam Maria Firmina como uma destas escritoras que merecem destaque por suas composições e por suas posturas frente aos códigos que regiam os contextos sociais e políticos que estavam inseridas.

---

<sup>27</sup> Escritora piauiense, que viveu na transição do século XIX ao século XX, sendo a primeira mulher a se candidatar a Academia Brasileira de Letras, sendo seu processo indeferido pelos letrados por se tratar de uma mulher. Com base no estatuto da Academia, usaram o argumento de que só poderiam ingressar brasileiros, portanto uma brasileira não estava na lista de possíveis candidatos. (MENDES, 2006)

Eduardo Assis Duarte elabora uma importante investigação sobre os escritos de Maria Firmina dos Reis, dando margem à republicação de alguns de seus romances, como “Úrsula” pela Editora Mulheres e o conto *Escrava*. Publica obras que vão discutir a escrita e a literatura afro-brasileira, destacando personagens como Machado de Assis e Maria Firmina dos Reis.

A escritora Maria Firmina dos Reis está presente em dezesseis artigos que conseguimos mapear, em revistas e periódicos nacionais. Temos ciência que estes números são bem mais elevados, mas utilizamos como ferramenta de busca a base de periódicos Scielo – Scientific Electronic Library On line. Os artigos versam sobre a visão sobre a mulher, a escravidão, a loucura, a inserção dos hospícios na literatura e algumas biografias sobre a escritora. As formações dos pesquisadores variam entre cientistas sociais, historiadores, jornalistas e bacharéis em letras.

Tabela 5: Publicações recentes sobre Maria Firmina dos Reis

| <b>PUBLICAÇÕES RECENTES SOBRE MARIA FIRMINA DOS REIS</b>            |                                   |                              |                          |
|---------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|------------------------------|--------------------------|
| <b>ARTIGO ou RESENHAS</b>                                           | <b>PERIÓDICO</b>                  | <b>AUTORES</b>               | <b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b> |
| Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX                  | Estudos Feministas (vol. 11 n.1 ) | Zahidé Lupinacci Muzart      | 2003                     |
| Gênero e etnia no nascente romance brasileiro                       | Estudos Feministas (vol. 1,n. 2)  | Constância Lima Duarte       | 2005                     |
| O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo               | Estudos Feministas (vol. 14 n.1 ) | Eduardo de Assis Duarte      | 2006                     |
| Refutações ao feminismo: (dê)compasso da cultura letrada brasileira | Estudos Feministas (vol. 3)       | Rita Terezinha Schmidt       | 2007                     |
| Questões de gênero: incontáveis caminhos no universo da literatura  | Estudos Feministas (vol. 17 n.2 ) | Maria Inês de Moraes Marreco | 2009                     |
| O lirismo dissonante de uma afro-brasileira                         | Estudos Feministas (vol. 19, n.1) | Anselmo Peres Alós           | 2011                     |
| Feminismos no nordeste brasileiro: Histórias, memórias e práticas   | Polis vol.10 no.28                | Mary Ferreira                | 2011                     |

|                                                                                                                                                         |                                                         |                                                      |      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------------------------------------|------|
| políticas                                                                                                                                               |                                                         |                                                      |      |
| O uso de fontes no estudo de história: o livro Úrsula de Maria Firmina dos Reis na busca pelo escravo real.                                             | Revista História e Ensino (18,n. 2)                     | Janaína dos Santos Correia                           | 2012 |
| Palavra poética, cor e história                                                                                                                         | Revista Estudos Feministas(vol. 20,n. 3)                | Maria Aparecida Andrade Salgueiro                    | 2012 |
| Palavra poética, cor e história                                                                                                                         | Estudos Feministas (vol. 20 n.3 )                       | Maria Aparecida Andrade Salgueiro                    | 2012 |
| Trajetória das mulheres brasileiras na carreira das letras: Ensaio bibliográfico a partir de autores contemporâneos                                     | Caderno Espaço Femenino (vol. 25, n. 1)                 | Beatriz Alves Sousa, Joana Maria Pedro               | 2012 |
| A literatura afro-brasileira de autoria feminina: um estudo de Úrsula, de Maria Firmina dos Reis                                                        | Revista ao Pé da Letra (vol. 15.2)                      | Bárbara Loureiro Andreta                             | 2013 |
| Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica, Eduardo de Assis Duarte e Maria Nazareth Soares Fonseca (orgs.) Belo Horizonte, UFMG, 2011. | Estudos Literários. Brasileiros. Contemporâneo ( no.41) | Maria Carolina de Godoy                              | 2013 |
| Literatura e Loucura: a inserção do hospício no espaço literário com Maura Lopes Cançado                                                                | Pontos de Interrogação ( v. 3, n. 1)                    | Márcia Moreira Custódio; Alex Fabiano Correia Jardim | 2013 |
| Revisitando alguns aspectos teóricos que embasam a literatura afro-brasileira                                                                           | Revista Litteris (no. 14)                               | Omar da Silva Lima                                   | 2014 |
| A literatura comparada como instrumental para o cumprimento das Leis 10.639 e 11.645                                                                    | Revista Australífrica (v. 1, n. 1)                      | Shirley de Souza Gomes Carreira                      | 2015 |

Fonte: Pesquisa na base de dados da Scielo.

Outros dez artigos, nesta mesma base, ainda fazem alguma referência à obra de Maria Firmina dos Reis, em algum momento de sua análise. Seja em notas de rodapé ou citando a autora como argumento comparativo. Os artigos acima listados referem-se a obras que analisam mais detalhadamente a vida e/ou obra da escritora maranhense.

Percebemos que no final do século XX e início do século XXI houve um resgate da trajetória literária e de vida da maranhense, o que permite dizer que a mesma teve importância e contribuição na construção da história da literatura maranhense. Veremos no capítulo seguinte como Maria Firmina construiu em suas obras as suas percepções sobre as relações de gênero no seu contexto histórico.

#### 4. GÊNERO UMA CATEGORIA EM CONSTRUÇÃO

A mulher conquista maior espaço no século XX tanto como protagonista de suas vitórias e alvo de pesquisas que tendem analisá-la como sujeito dotado de valores, história e especificidades que não serviriam apenas para hierarquização e subclassificação<sup>28</sup>. Como vimos no capítulo anterior, este se configura como um período de efervescência teórica e metodológica com a revisão de paradigmas de análise nas ciências humanas e sociais. Ao se questionar alguns postulados presentes em diversos estudos e análises, o sujeito toma centralidade e passa a ser protagonista de sua história e das relações que estabelece na sociedade.

A subjetividade, as intenções políticas e outros elementos influenciam na produção dos discursos, mesmo no campo da produção científica. As mudanças paradigmáticas do século XX passam a observar, sobretudo, como estes determinantes, também, são produtores de enunciados<sup>29</sup>, o que era obscurecido em análises anteriores que priorizavam a neutralidade. A visão de mundo, projeto político, valores e crenças, também são importantes nas construções feitas a partir desses processos de rupturas. Desta forma, concordamos com Chartier, quando este afirma que

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

O indivíduo representa-se estabelecendo uma dinâmica entre ele e o mundo, do qual derivam interpretações do contexto social no qual está inserido, norteadas pelo conjunto de valores, crenças e ideologias que compõem a sua formação social.

Até o século XX, a interpretação histórica do homem sobre a sociedade era pautada em conceitos que priorizavam grandes eventos históricos, uma história de herói que subjugava outros sujeitos sociais. Esta forma de interpretar o mundo

<sup>28</sup> Como afirma Foucault em *História da Sexualidade: a vontade de saber* (2003), esta mulher é alvo de estudos desde o século XVIII, numa clara tentativa de subjugá-la e construir discursos que legitimassem uma dominação.

<sup>29</sup> *Enunciado* é uma categoria trabalhada por Michel Foucault em suas obras destinadas a perceber a construção dos discursos. Por enunciado Foucault compreende ser uma “função de existência” que imprime aos signos sentido, permitindo sua análise ou instituição. Mas tal, tentativa de definição do enunciado é aqui realizada para efeitos ilustrativos ou didáticos, pois o próprio Foucault reconhece a quase impossibilidade de elaboração deste conceito. Renega a perspectiva de unidade ou estrutura para o enunciado. (FOUCAULT, 2014)

modificou-se com a reconceituação dos paradigmas de análises das ciências humanas e sociais dando margem ao estudo e interpretação de categorias sócio-históricas importantes na dinâmica social. Temáticas como as mulheres, crianças, famílias, índios, negros, movimentos sociais, homossexuais, minorias religiosas passaram a fazer parte do campo analítico de muitos pesquisadores.

Neste conjunto, surge e ganha força a História Cultural que vai permitir o estudo de temas que a narrativa da civilização ocidental deixou de fora ou tornou invisível. Essa tomada de consciência permitiu a expansão dos estudos para áreas ainda pouco exploradas ou colocadas à margem das preocupações fundamentais da academia. A história das mulheres, trazendo elementos apontados pelo discurso feminista, teve neste contexto grande importância para se perceber as lacunas presentes no discurso historiográfico (BURKE, 2008).

É importante ressaltar que o movimento feminista iniciou-se no século XIX como um levante das mulheres das camadas sociais mais privilegiadas que lutavam pelo direito ao voto, observado como um mecanismo de emancipação. Observamos que as reivindicações eram bem específicas a uma determinada classe.

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento voltado para estender o direito de voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a “primeira onda” do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance destas metas (embora circunscritos a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. (LOURO, 2004, p. 14).

No século XX o movimento rumou para a conquista de outros direitos, como trabalho, escolaridade, saúde e sexualidade, mas continuavam partindo das necessidades de grupos específicos de mulheres. Conforme Louro (2004), é na “segunda onda”<sup>30</sup> do feminismo, na década de 1960, que às preocupações sociais e políticas serão acrescidas às necessidades de formular e elaborar teorias que

---

<sup>30</sup> A referência às ondas como fases do feminismo é uma opção textual da autora, em concordância com outras produções teóricas do âmbito do gênero. Ela indica, desta forma, um processo de esfriamento do movimento feminista em face a outros determinantes sociais. É importante ressaltar que não estamos compreendendo este processo histórico como composto por fases que se alternam de forma linear, mas como um processo permeado por rupturas e permanências, inserido numa realidade dinâmica e contraditória.

sustentassem os argumentos construídos no cotidiano de luta. Scott (1992) afirma que tal preocupação é produto de um momento histórico onde houve incentivos de faculdade, escolas de graduações e fundações que permitiram às mulheres maior especialização, através da qualificação acadêmica. Este estímulo já foi fruto das reivindicações do movimento feminista que durante décadas militou para os avanços da educação feminina.

As feministas na academia declaravam que os preconceitos contra as mulheres não haviam desaparecido, ainda que elas tivessem credenciais acadêmicas e profissionais, e se organizaram para exigir uma totalidade de direitos, aos quais as qualificações presumivelmente lhes davam direitos. (SCOTT, 1992, p. 69).

Tal “unidade” que orbitava em torno das bandeiras de luta do movimento feminista, passam a ser desestabilizadas quando grupos distintos, como as mulheres negras ou lésbicas, começam a não perceber-se inteiramente representadas e passam a questionar os próprios discursos homogeneizantes do movimento: a opressão sofrida pelas mulheres numa sociedade que tendia a moldá-las conforme parâmetros externos.

As críticas apontam para o fato da presença no interior do movimento feminista dos mecanismos de poder, com função de legitimação e/ou exclusão, que pautam as demais relações sociais. Tais mecanismos podiam ser observados quando o movimento permitiu a elaboração de um sujeito único. Neste contexto, as divergências e diferenças dos diversos sujeitos que compunham o termo mulher(es) passam a questionar estes novos posicionamentos sugeridos pelo feminismo. A unidade, tão divulgada, passa a não dar conta de todas as distinções entre muitas mulheres gerando tensões no interior do movimento feminista.

As militantes feministas, no início do século XX começaram a produzir obras que refletiam sobre o cotidiano e práticas de algumas mulheres de relevância em momentos históricos anteriores, a exemplo, o Renascimento. Tal iniciativa de pensar o sujeito feminino, a partir do prisma histórico, foi importante para a história cultural, visto que permitia a redefinição dos objetos de pesquisa.

“[...] o feminismo, teve implicações igualmente amplas para a história cultural, pois estava preocupado tanto em desmascarar os preconceitos masculinos como em enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível na narrativa tradicional” (BURKE, 2008, p.65).

O feminismo inicia um questionamento em torno das diferenças, no primeiro momento era interessante demarcar as hierarquizações feitas em séculos de história que localizavam as mulheres no segundo plano, em uma sociedade marcada por preconceitos.

Para suas construções discursivas de várias ordens, o feminismo partiu da existência de um sujeito único, político e homogêneo: a mulher. Inicialmente uma posição política, visto que a intenção maior era questionar séculos de construções discursivas e práticas sociais que delegavam à mulher condições de inferioridade<sup>31</sup>. A partir do questionamento da violência naturalizada contra as mulheres, as feministas passam a se posicionar e reivindicar condições de vida, trabalho e educação menos desiguais.

Todo este processo de segregação e hierarquização masculina sobre o feminino que é histórico, social, político e discursivo, teve fundamentação em vários campos do saber. Por isso, o primeiro momento desta luta foi marcado por uma necessidade de demarcação do espaço da mulher, sendo fundamental a produção da categoria mulher como sujeito “representativo” das lutas. Os grupos vão se especificando entorno das diferenças e produzindo suas demandas específicas, num movimento de aproximação e distanciamento das lutas mais gerais.

Tal fato pode ser compreendido como um posicionamento político de marcação das diferenças que discutia as pluralidades existentes nesta categoria mulher”, como quando o termo era colocado no plural, por exemplo. Entretanto, mesmo usando estes recursos linguísticos não se percebia, no interior dos diversos grupos do movimento feminista, o atendimento às necessidades distintas de diversos segmentos de mulheres.

Entretanto, é inegável a contribuição do feminismo para o reordenamento social e acadêmico no século XX, visto os avanços em torno das análises sobre as mulheres e demais grupos sociais que surgem com estes deslocamentos paradigmáticos.

---

<sup>31</sup> Não estamos pautando nossa análise numa matriz heteronormativa, tão pouco afirmando que este modelo conhecido por “patriarcal” seja a regra. O que ressaltamos é que o modelo onde as demarcações de gênero são baseadas em características biológicas que dão margem para divisões que segregam e hierarquizam os indivíduos foram sendo construídas discursivamente desde do século XVIII e naturalizada pelas sociedades ocidentais. (FOUCAULT, 2003).



[...] o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando um controle sobre seus corpos e sobre suas vidas (SCOTT, 1992, p. 67).

Os avanços trazidos por esta posição política denominada por feminismo são inegáveis, do ponto de vista dos direitos, das garantias e da ciência. Entretanto autoras como Joan Scott e Judith Butler questionam esse modelo homogêneo, que é defendido pelas análises de cunho feminista. A intenção dessas intelectuais não é negar as contribuições do feminismo, mas problematizar a categoria mulheres construídas neste contexto.

Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, de modo a formular uma política capaz de renovar o feminismo em outros termos. Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui. (BUTLER, 2003, p. 23).

A identidade, base deste conceito de mulher(es) passa a ser questionada<sup>32</sup>, não somente por intelectuais alocados nas academias, mas no interior do próprio movimento feminista. O sujeito que homogeneizava as lutas passa a ser problematizado e as variáveis que o constituem são trazidas para o centro das análises não comportando mais as ideias estáticas e permanentes que operavam na construção das análises anteriores.

A divisão sexo/ gênero funcionou por muitas décadas como um pilar da política e da teoria desenvolvida no movimento feminista. Como dissemos, demarcar as diferenças de gêneros era, para aquele momento inicial da luta, uma estratégia necessária. Em suas obras, Judith Butler desconstrói essa base da teoria feminista, suscitando inúmeros questionamentos como a presumida essência deste sujeito, a lógica do binarismo, as construções discursivas baseadas no discurso heteronormativo. Mudar o foco nas análises e lutas que tinham centralidade no conceito de mulheres foi a primeira grande investida nesta mudança paradigmática nos estudos de gênero.

---

<sup>32</sup> A adoção e defesa do termo mulher pelo movimento feminista têm implicações políticas. A categoria da identidade passou a ser questionada através dos estudos pós-estruturalistas como os desenvolvidos Judith Butler (2003), que gerou conflitos em diversos campos, mas são fundamentais para percebermos a construção do gênero por outras perspectivas.

Em sua obra *“Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”*, lançado nos Estados Unidos no início da década de 1990, a autora inicia pela desconstrução da ideia que muito fundamentou os estudos nesta área. Começa pela análise de um postulado bem naturalizado: o sexo era construído biologicamente e o gênero um construto social. Por algum tempo, observamos que ao se tentar fazer a diferença entre estes dois conceitos, recorriamos à ideia de que o sexo consistia num elemento formado pelas características físicas, com centralidade nas esferas ligadas as genitálias e todos os sistemas corporais que orbitavam sobre este corpo físico, esta matéria. Ao passo que ao nos referirmos ao gênero, afirmávamos que esta consistia num construto social, baseado em discursos, teorias e práticas sociais que demarcavam as diferenças entre os gêneros. O que observamos é que através destes argumentos, havia um reforço aos mesmos elementos que no século XVIII (FOUCAULT, 2003) construíram os discursos em áreas como a medicina, a justiça e a igreja sobre o feminino e masculino.

Uma das principais críticas realizadas pela filósofa Judith Butler (2003) é a de que as estruturas do discurso feminista moldam um “sujeito mulher”, que é construído pelos mesmos mecanismos que o deveriam libertar. As construções discursivas sobre esta mulher elaboradas pelo movimento feminista, tendem a sobrepor um modelo que buscava romper com todos os dogmas e regras que construíram a mulher “tradicional”<sup>33</sup>. A par desta construção, não eram ainda contempladas as demandas dos grupos de mulheres delimitadas por especificidades de orientação sexual, marcações étnicas, estatutos geracionais, diferenças de localização e condição social.

Contudo, além das ficções “fundacionistas” que sustentam a noção de sujeito, há o problema político que o feminismo encontra na suposição de que o termo *mulheres* denote uma identidade comum. Ao invés de um significante estável a comandar o consentimento daquelas a quem pretende descrever e representar, mulheres – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade. [...] Se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcenda a parafernália específica do seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidade raciais classistas, étnicas, sexuais e

---

<sup>33</sup> O termo “mulher tradicional” é usado para se referir às mulheres construídas pelos discursos construídos na medicina, no aparato jurídico e religioso a partir do século XVIII.

regionais de identidades discursivamente construídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2003, p. 20).

Esta noção de mulher, estaria para Butler, assentada na constituição de um sistema heteronormativo, que pressupõe um sujeito único e diferenciado pelo gênero. Isto implica dizer que as formas de opressão são semelhantes, que existiria uma sociedade patriarcal ou masculina suprema. Reforçar esta oposição binária seria construir o conceito de “mulher” usando os mesmo artifícios que foram utilizados pelas construções discursivas anteriores, já que não são percebidas algumas diferenças e especificidades, e partem de uma base comum que seria a diferença sexual, constituída pelas interpretações biologizantes.

Butler (2003) defende que a noção hegemônica da existência de um patriarcado não consegue explicar os mecanismos de opressão de gênero nos contextos culturais diversificados. Ressalta que houve um equívoco metodológico, já que estudos desta natureza tenderam a fazer análises superficiais de algumas sociedades para buscar elementos que reafirmassem suas hipóteses, excluindo fatores importantes na problematização desta teoria.

Esta forma de teorização feminista foi criticada por seus esforços de colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, instrumentalizando-se para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão, e também por tender a construir um “Terceiro Mundo” ou mesmo um “Oriente” em que a opressão de gênero sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental. (BUTLER, 2003, p. 21).

Defender a existência de um patriarcado, para opor a ele as perspectivas feministas, é para a filósofa usar os mesmos meios de produção do poder. A defesa do binarismo exaure a discussão ao estabelecer uma “noção singular de identidade”.

Esta discussão acerca da unidade na teoria feminista perpassa a discussão sobre a noção de sujeito no pós-estruturalismo. Nesta vertente, onde estão pautadas as elaborações teóricas de Judith Butler, o sujeito é observado como um construto sem origens e essência. Essa noção de sujeito que não é constituído como essência ou não unitário, é atualmente questionado dentro dos estudos feministas. Embora essa unidade, seja necessária muitas vezes para efetivar políticas representativas.

O discurso sobre o sujeito construído no século XVIII pelos iluministas era composto pela ideia de um sujeito social com as marcas da racionalidade, autonomia e liberdade. Este sujeito começou a ser criticado por Marx e Engels (1999), quando dizem em suas obras, que a sociedade é marcada pela luta de classe. Ao expor esta afirmação, os filósofos atacam a ideia liberal de igualdade, fraternidade e liberdade que marcou os estudos pós Revolução Francesa, afirmando que a sociedade é pautada em segregação social e exploração de classe. As feministas, por sua vez, se opunham a esta ideia liberal de sujeito, que consideravam preconceituosa, pois falava de um sujeito masculino e burguês.

Uma das estudiosas que iniciam este questionamento é Simone de Beauvoir, escritora, filósofa e feminista francesa. Em “Segundo Sexo”, obra escrita em dois volumes sob os subtítulos “*Fatos e Mitos*” e “*Experiências Vividas*”, é considerada um dos estudos mais importantes do discurso feminista. Nela, a filósofa afirma que a expressão mulher é composta por inúmeros significados e práticas sociais que convergem para uma definição destes sujeitos. Afirma ainda, que homens e mulheres são construídos por elementos que os hierarquizam e pressionam no exercício de funções e “papéis” sociais.

Alerta na apresentação da segunda parte de sua obra:

Quando emprego as palavras “mulher” ou “feminino” não me refiro evidentemente a nenhum arquétipo, a nenhuma essência imutável; após a maior parte de minhas afirmações cabe subentender: “no estado atual da educação e dos costumes”. Não se trata aqui de enunciar verdades eternas, mas de descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve toda a existência feminina singular. (BEAUVOIR, 1967, p. 7).

Beauvoir (1960) denuncia a existência de uma hierarquização social do sujeito, demarcada pela oposição a uma matriz considerada superior: o masculino, considerado o sujeito e absoluto, enquanto a mulher é vista como “o outro”. Há uma defesa da existência de dois sexos, demarcados pelo caráter biológico, que se constituem, posteriormente, enquanto humanos. Neste processo, um dos sexos, o masculino, consegue sobressair-se, por diversas construções sociais feitas sobre ele.

Butler (2003) questiona os postulados de Beauvoir (1960a; 1960b) e sugere que estas unidades formadas são simplificadas pelos discursos representacionais para o qual operam. Defende que a política representacional deve

ser questionada, pois o campo de poder no qual as estruturas jurídicas da linguagem e da política repousam devem ser combatidas no seu interior. Mas afirma

Obviamente, a tarefa política não é recusar a política representacional – como se pudéssemos fazê-lo. As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; conseqüentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação. Assim, o ponto de partida é o presente histórico, como definiu Marx. E a tarefa é justamente formular, no interior dessas estruturas constituídas, uma crítica às categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam e mobilizam. (BUTLER, 2003, p. 22).

A noção estável de gênero não dá sustentação para a política feminista, em vez disso o movimento feminista deveria pensar na construção variável da identidade como premissa metodológica, base para as ações políticas. É necessário, assim como fez Michel Foucault com as estruturas do discurso e do poder, elaborar uma genealogia feminista da categoria mulheres, desta forma as operações políticas que produzem o sujeito do feminismo se tornariam conhecidas. Portanto, a identidade do sujeito feminista, tal qual vem sendo reiterada, deveria ser superada, visto ser produzida pelo mesmo campo de poder a qual se coloca contrária, esta é a meta primeira para o movimento feminista na visão da filósofa.

#### 4. 1 A emergência do gênero na História

*“O que ocorre com o feminismo quando o movimento das mulheres está morto?”* (SHOWALTER apud SCOTT, 1992). A resposta sinalizada por algumas teóricas das análises sobre o gênero seria que este se tornou apenas estudo sobre as mulheres, apenas uma disciplina acadêmica. Entretanto, tal questionamento implica outras problematizações que surgiram quando houve a inserção das discussões sobre as mulheres no ambiente acadêmico. Como já ressaltamos, a partir da década de 1960, houve uma tentativa, muito significativa, de inserir teorização na vasta discussão política<sup>34</sup> em torno dos direitos das mulheres. A

<sup>34</sup> A expressão “política” tem vários sentidos que Scott (1992) distingue: a) como atividade direcionada para governos ou por governos e/ou autoridades. Tal concepção tende a representar uma coletividade e age por meios e estratégias bem direcionadas e definidas; b) como relação de poder que são acionadas para manutenção ou contestação da ordem; c) práticas de reprodução ou questionamento das ideologias. Utilizamos a definição de política usada pela historiadora, que

preocupação era criar novas bases teóricas e metodológicas para realizar a análise da história, dos hábitos, dos costumes, da vida em sociedade destas mulheres.

A pergunta também implica posicionamento ideológico que não percebe que a política extrapola os ambientes dos movimentos sociais. Quando questionamos o que ocorre com o feminismo, quando o movimento de mulheres deixa de ter a força de outrora, podemos incorrer em alguns equívocos, tais como, entender que as bandeiras de luta que vinham sendo defendidas não têm mais expressividade. Ora porque aquilo que era solicitado já fora atendido, o que não nos parece uma realidade se levamos em consideração estudos sobre as dimensões da vida das mulheres modernas; ora porque se tende a minimizar ou tentar novamente silenciar as vozes que ecoam dos movimentos. Dizer que o movimento de mulheres acabou é uma afirmação equivocada, e localizar a falência do feminismo neste contexto é um posicionamento marcado por posicionamento segregante, que constituíam o alvo das lutas iniciais. Logo, o que percebemos foi a pulverização das lutas dos diversos segmentos de mulheres em lutas mais particulares, o que em primeiro momento pode parecer uma diminuição da expressividade e vitalidade do feminismo e dos movimentos de mulheres, indica uma expansão desta luta.

O que foi observado, já na década de 1980, foi a emergência de uma nova categoria de análise, entendida como um passo muito importante nas mudanças que vinham sendo gestadas desde o início do movimento feminista. Percebeu-se que era necessário mudanças, não apenas nos aspectos práticos da vida social, como a inserção na academia, luta por espaços de trabalho, mudanças em estilos de vida. Era importante emancipar a discussão e criar categorias que pudessem dar conta das especificidades que norteiam estas análises.

Finalmente (assim prossegue a trajetória), o desvio para o gênero na década de 1980 foi um rompimento definitivo com a política e propiciou a este campo conseguir o seu próprio espaço, pois o gênero é um termo aparentemente neutro, desprovido de propósito ideológico imediato. A emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise. (SCOTT, 1992, p. 64).

Percebemos que a história das mulheres, como apontamos no capítulo anterior, é fruto das mudanças paradigmáticas que surgem com a história social e

---

observa que os limites conceituais da palavra política são indistintos, ou seja, é composto por todos estes conceitos anteriormente destacados, que convergem em práticas e discursos.

história cultural, além de estar inserida num contexto de emancipação feminina, produzida pelo movimento feminista.

Analistas do gênero têm posicionamentos distintos sobre este deslocamento parcial das lutas das mulheres para a academia. Alguns analisam como positivo tal ação, visto ter implicado em teorização, escolhas e produção de mecanismos de estudos e observação próprios e teorias que atendessem às necessidades específicas. Outros já observam como negativo, visto o empobrecimento das lutas e esvaziamento das discussões políticas.

Certamente, esta narrativa tem variações significativas, dependendo de quem a relata. Em algumas versões, a evolução é encarada positivamente como um resgate da história, tanto de princípios políticos de interesse estreitos, quando de um enfoque demasiado exclusivo sobre as mulheres ou de suposições filosoficamente ingênuas. Em outras palavras, a interpretação é negativa, a “retirada” para a academia (para não falar do desvio para o gênero e para a teoria) sendo encarada como um sinal de despolitização. (SCOTT, 1992, p. 65).

Percebemos que a inserção nos espaços acadêmicos é, também, luta política e necessária para a expansão dos direitos de todos os sujeitos destas relações sociais. Quando se reforça a existência de uma ruptura entre as dimensões políticas e acadêmicas, se empobrece as discussões que são feitas dentro destes espaços. A militância política não tem um *locus* privilegiado, portanto, podem ser vivenciadas em espaços que transcendem os limites dos movimentos sociais.

A problematização não pode ser minimizada por um entendimento da história das mulheres como algo linear, mas que toda análise deve compreender a relação complexa que se estabelece entre a posição assumida pelas mulheres nas diversas sociedades, contexto históricos e culturais, o movimento feminista e a disciplina História. E ressalta ainda, que a emergência do conceito de gênero, não extinguiu o movimento feminista tanto no interior das academias, quanto na sociedade em geral. (SCOTT, 1992)

É importante pensarmos no contexto de inserção destas feministas no espaço acadêmico e, principalmente, redimensionarmos o conceito de política. Por ativismo político não podemos compreender apenas o viés da militância feminista, pois recairemos nos modelos analíticos que distinguem e distanciam teoria e prática. O que se observa neste momento de inserção das feministas nas universidades e instituições de pesquisa é uma nova estratégia, que também é política, de

enfrentamento aos posicionamentos que hierarquizavam as relações sociais. Pensar sob este prisma permite dizer que a luta do movimento feminista alcançou patamares mais profundos que permitiram pensar na construção de novas teorias e abordagens, produto desta luta maior iniciada pelo movimento feminista.

Inicialmente, os estudos sobre as mulheres eram norteados pelos posicionamentos que defendiam um conceito unívoco de mulher, modelo que passou a ser questionado na década de 1960 através de estudos que eram marcados pela tentativa de estabelecer as diferenças entre os sujeitos, numa perspectiva heteronormativa de análise.

Nos anos 1970, observa-se considerável ampliação dos recursos metodológicos, permitindo documentar, através de fontes diferenciadas, o cotidiano e vida das mulheres no passado. Nas décadas seguintes, identifica-se maior utilização da categoria gênero, marcando seu distanciamento decisivo das interpretações orientadas pelas concepções unitárias e homogeneizantes do movimento feminista que situava o sujeito da política. Citando Michel de Certeau, Scott (1992) problematiza o relacionamento entre o historiador e os sujeitos estudados.

O que De Certeau aí enfatiza não é que apenas as mulheres possam escrever a história das mulheres, mas que a história das mulheres traz à luz as questões de domínio e de objetividade sobre as quais as normas disciplinares são edificadas. [...] E, o que é mais perturbador, abre à sondagem da crítica a verdadeira natureza da história como uma epistemologia centralizada no sujeito. (SCOTT, 1992, p.79).

Inicialmente, havia uma tendência a estabelecer “nichos” de análises sobre as mulheres, dos quais só deveriam fazer parte mulheres que escreveriam sobre mulheres. Uma espécie de segregação dentro da História, que reforçava mecanismo de dominação e hierarquização dos estudos sobre as mulheres.

A nova identidade coletiva das mulheres na academia anunciava uma experiência compartilhada de discriminação baseada na diferenciação sexual e também admitia que as historiadoras, como um grupo tinham necessidades e interesses particulares que não podiam ser subordinados à categoria geral dos historiadores (SCOTT, 1992, p. 69)



Tais divergências foram discutidas em profundidade nos diversos espaços<sup>35</sup> destinados a deliberações da categoria profissional, na perspectiva de imprimir à História um novo olhar para o que se estava produzindo sobre as mulheres. Não era aceitável, na visão das historiadoras, manter esta segregação, o que levou à mobilização e proposição de mudanças no interior da categoria profissional.

Todo este movimento implica em perceber que o discurso concebido por oficial e tradicional da História era permeado por lacunas. A provocação destes novos estudos ao modelo tradicional permitiu avançarmos na compreensão do cotidiano, citado desde as primeiras linhas deste texto.

Não era possível ignorar que ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX a mulher ocidental ocupou lugares públicos, ultrapassou os limites impostos pela sociedade excludente e passou a contribuir em vários campos da vida doméstica, a exemplo nas finanças, o que gerou relativa ascendência nas relações dentro dos lares. (CHALHOUB, 2001).

Como exemplo, as mulheres francesas nos séculos XVIII e XIX começam a experimentar condutas diferenciadas. Incluídas em um jogo de poder que ora enaltece, ora humilha, elas vão, paulatinamente, conquistando espaços e exercendo atividades distintas. (PERROT, 1988).

Seguem-se algumas observações rápidas sobre a evolução do uso sexuado do espaço urbano, principalmente em Paris, no século XIX. A sociedade dita 'tradicional' tinha elaborado uma estruturação bastante acentuada dos espaços masculinos e femininos, correspondendo, de maneira sutil, às tarefas e representações ligadas a cada sexo. [...] O forte impulso urbano dos anos 1760 – 1830, o afluxo dos migrantes, o desequilíbrio dos sexos (homens em quantidade, menos mulheres – e concentradas em bairros diferentes, o que aumenta a disparidade) embaralham os esquemas da sociedade rural. Eles não são esquecidos, pois as pessoas têm uma memória e procuram recriar na cidade o seu espaço vital. [...] Seja como for, parece ter havido nessas cidades populosas um período de fusão, de ter relativa incerteza onde as coisas são mais fluidas, as fronteiras – sociais, sexuais – mais indefinidas. (PERROT, 1998, p. 215).

As mudanças se estenderão para o campo intelectual, onde se abrem espaços para a atuação das mulheres que passam a contribuir com textos literários que refletem suas percepções sobre si e sobre os diversos fenômenos sociais na

---

<sup>35</sup> Scott (1992) cita a Associação Histórica Americana (AHA) para exemplificar um dos embates entre os historiadores e historiadoras sobre as discriminações ocorridas no interior da categoria profissional. Relata que destas reuniões dois produtos surgiram: um comitê para investigar e punir atos discriminatórios e produção de materiais que criticavam a condutas das mulheres como não profissional.

qual está incluída. Mapeamos, aqui no Brasil, através do site da Biblioteca Nacional, 35 escritoras, algumas obras mais conhecidas, outras com trabalhos menos divulgados. Os jornais e revistas sobre literatura foram, como observamos, um importante instrumento de divulgação das obras de autoria feminina. Nomes como Nísia Floresta, Maria Firmina dos Reis e Inês Sabino publicam no Brasil no século XIX.

No século seguinte, é notória a participação de mulheres realizando estudos e pesquisas relevantes para a construção da história das mulheres na sociedade.

[...] a pesquisa feminista recente por sua vez contribuiu para essa reavaliação do poder das mulheres. Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua 'cultura' e a existência dos seus poderes. (PERROT, 1998, p. 169).

A pesquisa sobre o modo de vida, os conflitos, o comportamento, as conquistas das mulheres ganhou assento nas universidades e movimentos sociais, não podendo mais ocupar posições secundárias.

Os surgimentos de novas categorias analíticas buscavam dar respostas satisfatórias às pesquisas sobre as mulheres e sua relação com a sociedade, visto a impossibilidade de manutenção das interpretações anteriormente utilizadas sobre as diferenças de gênero como opostas e complementares. Como Butler (2003) e Scott (1992) afirmam, o desafio das novas abordagens passa, sobretudo, pela problematização de postulados anteriormente naturalizados, secularizados e estabilizados.

Na segunda metade do século XX, as discussões no campo das ciências humanas e sociais passaram a constituir uma nova categoria de análise que buscava inicialmente marcar as diferenças entre os "sexos", numa perspectiva ainda bastante dualista.

'Gênero' foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Nos Estados Unidos, o termo é extraído tanto da gramática, com suas implicações sobre as convenções ou regras (feitas pelo homem) do uso da linguística, quanto dos estudos de sociologia dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. [...] A categoria gênero, usada primeiro para analisar as diferenças entre os sexos, foi estendida à questão das diferenças dentro da diferença. (SCOTT, 1992, p. 86).

Inicialmente, as concepções teóricas sobre esta categoria eram bastante limitadas, aproximando daquilo que era produzido e discutido no campo da

linguística, demarcados pelas distinções binárias. Surge no interior do movimento feminista norte-americano como uma forma de questionar a dualidade presente no termo “sexo” para referir-se às diferenças entre os sujeitos a partir dos componentes biológicos.

Michel Foucault (1993), em sua obra *História da Sexualidade*, nos apresenta que estas diferenças sexuais hierarquizadas são um construto do século XVIII, quando a moral religiosa, o determinismo científico e o controle exercido pelo direito passam a regular os corpos, pontuando as diferenças entre os sujeitos a partir das características físicas e demarcando uma série de costumes, regras, hábitos como pertencentes “naturalmente” a um ou outro.

Afirma que a ciência, a religião, o direito, as artes produziram um sujeito feminino a partir do século XVIII, com uma mudança intencional do olhar sobre os corpos, numa clara tentativa de regular e hierarquizar as relações sociais. Neste contexto, o sexo passou a ser observado de forma diferenciada, as práticas sexuais passaram a ser reguladas, os indivíduos foram mudando paulatinamente as formas de vivenciarem sua sexualidade e instrumentos de repressão e vigilância foram sendo produzidos a partir das produções discursivas do ordenamento médico. A medicina volta suas observações e pesquisas para a regulação dos corpos, hierarquizando as relações sociais a partir das demarcações biológicas e da produção do conceito do sexo. (FOUCAULT, 1993)

*“Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram.”* (FOUCAULT, 1993, p.33). Toda esta produção discursiva localizou o feminino numa posição de dependência ao referente masculino. Teorias e estudos foram realizados para legitimar uma condição inferior à mulher.

Neste bojo de construções, a medicina afirmou que as mulheres eram seres de nervos frágeis, incapazes de dominar seus sentimentos, analisaram a forma corporal feminina demarcando as funções da maternidade como exigências naturais do corpo da mulher, devido ao formato da pelve. O crânio com dimensões menores que o referencial masculino, denotava a incapacidade para pensamentos abstratos e, por conseguinte, não permitia o acesso à cargos públicos de relevância, nem o gozo da vida pública. (COSTA, 1996).

A regulação sobre os corpos e sobre as práticas sociais foi se especializando e tornando, paulatinamente, a hierarquização social, a partir das marcações sexuais como uma norma. Ao se hierarquizar, também se produz outro fenômeno: a regulação. É importante disciplinar, tornar estes corpos controláveis e controlados. *“A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)”* (FOUCAULT, 2002, p. 119).

Novas técnicas são empregadas para transformação destas forças. Mas estamos nos confrontando com formas diversas de poder “disciplinares” e “não disciplinares”. Foucault (2002), em “Nascimento do BioPoder”, afirma que uma não exclui a outra, mas se modificam parcialmente. O corpo foi dissecado em suas funções anatômicas, fisiológicas e funcionais, a “anátomo - política do corpo humano” do século XVIII. A “biopolítica da espécie humana” surge, posteriormente, como uma nova tecnologia do poder que agrega processos de controle em torno da natalidade, mortalidade e longevidade. A preocupação central é com a vida e a população, em identificar eventos e compensar suas consequências.

A regulação dos corpos, neste contexto, é importante para o processo de produção discursiva sobre a sexualidade. Nos séculos XVIII e XIX são intensificadas as tentativas de se sistematizar o saber sobre a sexualidade, compreender seu funcionamento e suas variantes, aquilo que fugia dos padrões estabelecidos. Diversas instituições já citadas se voltam para produção de construtos discursivos que definiram os padrões de normalidade. No bojo destas formulações, os sujeitos marcadamente femininos passam a ser alvo de toda forma de controle e vigilância.

É recorrente, em documentos do século XVIII e XIX, observarmos códigos de posturas, processos jurídicos e canônicos, tratados de medicina e psiquiatria onde a mulher é o centro das discussões ou acusações. Há uma tentativa de tornar este corpo feminino dócil, capaz de ser controlado e conduzido. Mas como Foucault (1993) aponta, nestes mesmos espaços, são observadas experiências de resistência. Não há possibilidade de se pensar nas mulheres setecentistas e oitocentistas como blocos homogêneos, como sujeitos unificados que trazem exclusivamente as marcas da submissão, do secundarismo ou do silêncio em suas relações.

Ao se criar esta nova categoria, o gênero, as feministas que buscavam uma teorização sobre as mulheres almejavam romper com estas construções, consideradas por elas discriminatórias.

A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso dos termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para produzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. (SCOTT, 1989, p. 3).

A intenção desta nova proposta era ampliar o debate em torno das marcações sexuais e do que representava a sexualidade na sociedade ocidental, como instrumentos de poder e manutenção de discursos, além de perceber que os estudos de gênero implicariam em um deslocamento do eixo central de diversas disciplinas, visto provocarem a necessidade de uma reavaliação crítica das bases e pilares das produções científicas, das metodologias e categorias de análise. (SCOTT, 1989).

Pensar a “diferença dentro da diferença” permitiu criar uma categoria de análise que buscou refletir sobre as diversas configurações do gênero, com histórias, memórias e experiências fundamentais para a construção de uma análise histórica e social dos sujeitos sociais.

Scott (1989) reafirma a diferença entre o uso do termo gênero e história das mulheres. Destaca que os historiadores, quando designam realizar trabalhos no campo da história das mulheres, partem de uma premissa de que há uma construção mais ampla, centrada na produção histórica dos feitos dos homens. Desse modo, não privilegiava estes sujeitos, por isso a necessidade de demarcar que aquilo que estão produzindo diz respeito a um grupo em específico: as mulheres. Tais especialistas tendem a valorizar, numa atitude política, que as mulheres são sujeitos históricos, demarcando suas vivências em processos sociais, destacando seus hábitos e costumes.

O uso da categoria do gênero nos indica que há uma motivação em se distanciar destes posicionamentos que demarcam a diferenciação sexual, não restringindo as análises em torno da mulher, mas incluindo as discussões e debates com um rigor teórico que problematize os enunciados já naturalizados. Scott (1989, p. 6) afirma *“este uso do ‘gênero’ é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980”*, e

ainda, é uma proposta ousada de analisar criticamente as relações sociais entre os sujeitos. É trazer para a discussão os conceitos de homens, mulheres, homoafetivos, transexuais e demais identidades pautando a análise nas relações que se estabelecem para a produção destes sujeitos.

Para Butler (2003) o conceito de gênero passa, sobretudo pela percepção sobre o sujeito. Seu ponto de partida na obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade* é a questão: teria o sexo uma história ou uma estrutura? Questiona e critica as análises que partem da percepção do gênero através do uso de matrizes heteronormativas, que perpetuam as grades de exclusão e discriminação dos sujeitos. Partindo da genealogia proposta por Michel Foucault, a filósofa norte-americana propõe uma problematização profunda sobre as categorias do sexo e do gênero e da dicotomia que foi construída em torno destas duas categorias, como se o sexo pertencesse ao biológico, e o gênero ao social.

Inicia suas discussões realizando a problematização de alguns postulados bem naturalizados nas análises no campo científico, a citar: a categoria unidade – que já discutimos anteriormente –, do binarismo feminino/ masculino e corpo/mente. Afirmar que tais dicotomias foram construídas para legitimar discursos excludentes e naturalizar relações pautadas em jogos de poder diversos.

Define gênero como um “[...] fenômeno inconstante e contextual, o gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações cultural e historicamente convergentes”. (BUTLER, 2003, p. 29).

Não podemos definir a categoria analítica do gênero como uma dimensão cultural do sexo. Butler (2003) propõe a análise crítica dos aparatos que o estão produzindo. O gênero não seria delimitado pelas categorias linguísticas que produzem o masculino e o feminino, mas deve ser observado como uma convergência de enunciados que produzem os sujeitos engendrados.

O que Butler (2003) rejeita é a ideia de um sujeito dotado de essência, que marcaria o que seria o feminino e o masculino. Denuncia que tal compreensão foi cara para os sujeitos, pois junto com a reafirmação deste binarismo foram construídas práticas sociais e ideológicas hierarquizantes.

Tal proposta está nas bases de indicações metodológicas propostas por Foucault, que defende que o maior desafio não é buscar as bases históricas,

tampouco seguir uma ordem cronológica, mas o que se busca perceber é quais instrumentos são usados para manter um discurso, para legitimá-lo ou excluí-lo, quais determinantes são acionados para tais feitos, quais intenções existem, quais as relações de poder são estabelecidas para afirmar ou negar certos processos. Como proposto por Foucault, Butler(2003) afirma que pensar a categoria do gênero como “um ponto relativo de convergência” nos possibilita reconhecermos as lacunas presentes nos diversos discursos, a diversidades dos sujeitos e todas relações aparentes ou não que ladeiam tais configurações de gênero.

Partindo desta compreensão dos estudos de gênero no contexto histórico como categoria de análise, buscaremos compreender as construções discursivas presentes na obra “Úrsula” de Maria Firmina dos Reis. O que nos interessa analisar são os discursos presentes na obra que demarcam as relações de gênero entre os personagens compostos por Maria Firmina, identificando as demarcações feitas sobre a mulher na segunda metade do século XIX, quais os lugares de fala dos diversas personagens e como eles se relacionam.

#### **4.2 Discursos e relações de gênero no romance Úrsula**

No século XIX, o romance foi utilizado como difusor de ideias e produtor de hábitos e costumes. A leitura passou a ser consumida de uma forma mais rotineira através dos livros, jornais e revistas que passaram a circular na sociedade brasileira.

Escritores passam a ter suas publicações divulgadas em maior escala. Um fator que contribui para esta mudança é a emancipação da imprensa no Brasil, com algumas mudanças legais que vão permitir a abertura de casas de impressão e a menor censura às publicações. O que se observa anteriormente era uma política de controle bem forte para com os escritores e autores nas Colônias, e no Brasil não foi diferente. Como afirma Chartier

Foucault, atribui a origem da “função-autor” não apenas à invenção do *copyright* no século XVIII, mas também à responsabilidade judicial no escritor, conforme previamente definida pela censura da Igreja e do Estado: “Discursos e livros passaram a ter realmente autores[...] quando o autor passava a ser sujeito de punição e na medida em que seu discurso era considerado transgressor”. (CHARTIER, 2012, p. 55).

O escritor é inserido numa lógica de apropriação de suas produções e responsável pelo conteúdo de seus textos. Entretanto, como o caso do romance que

estamos analisando, a autoria foi mantida em silêncio, por algumas décadas. Firmina ao publicar seu primeiro romance, pela *Typographia Progresso*, assina como “Uma Maranhense”, prática usual no momento de sua escrita, mas através desta obra a escritora permite observarmos algumas questões sobre sua percepção das relações sociais naquele momento. Firmina, portanto é produtora de discursos.

Suponho que em toda sociedade a produção de discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo números de procedimentos que têm função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2014, p 8).

São estabelecidos três procedimentos de exclusão na produção dos discursos nas sociedades ocidentais: a *palavra proibida*, aquela que é interdita por não ser aceitável, de acordo com os padrões construídos. Em suma, é aquilo que não pode ser dito; a *segregação da loucura*, visto não ser conferido ao louco a autoridade da fala, exceto quando esta é usada para classificá-lo como tal; a *vontade de verdade*, aquela vontade de localizar o discurso como verdadeiro, distinguindo-o de discursos falsos, cisão estabelecida desde as elaborações filosófica de Platão.(FOUCAULT,2014).

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isso a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (FOUCAULT, 2014, p. 10).

Vários são os objetos do desejo dos quais são produzidos os discursos que estabelecem modalidades de discursos que são apropriadas e classificadas de maneira equivocada, quando se confere a um ou a outro as marcas da verdade, estabelecendo assim aquele que pode ser tomado como científico e aquele que é literário, como se este tivesse menor valor social. A historiografia, por longo tempo, pautou-se nestas distinções para conferir valor de verdade a alguns temas e objetos e desautorizar outros. Chartier (2012), analisando Foucault afirma.

Ao discutirmos a validade da reversão entre o discurso “científico” e “literário”, situados em Foucault nos séculos XVII e XVIII, é necessário observarmos que ele foi cauteloso ao aludir às distinções entre essas suas categorias de discursos, utilizando expressões como “os textos que chamamos de ‘literários’” (“*cer textes qu’aujourd’hui nous appellerons ‘littéraires’*”) ou os textos que chamamos ‘científicos’ (“*lès textes que nous dirions maintenant ‘scientifiques’*”). [...] Por trás da conveniência desleixada de vocabulários, precisamos reconhecer marcadores históricos, distribuições específicas e sistemas particularizados de exclusão. A partir desta perspectiva de Foucault, a discussão entre “ciência” e “literatura” não pode ser universal ou estável. (CHARTIER, 2014, p. 43).



Na perspectiva foucaultiana, o limiar entre os discursos é tenso e bem flexível, e sugere que estas classificações sejam feitas com muita cautela. Afirma que um dos sistemas de exclusão, *a vontade de verdade*, pressiona a literatura e outros discursos.

*“Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma -, no discurso verdadeiro”.* (FOUCAULT, 2014, p. 17).

A produção do discurso de Maria Firmina dos Reis é perpassada por estas necessidades ou pressões que Foucault afirma existirem, visto que o romance brasileiro é permeado por textos que exaltam a cultura, a história, os personagens sociais. Na escrita de Firmina, temas de relevância social dão o tom de sua obra, quando dá voz às mulheres, negros e negras, a escritora permite uma reflexão social sobre as posições que estes sujeitos ocupam naquela sociedade.

Assim é apresentada a obra “Úrsula” no *Jornal do Comércio*, de agosto de 1961, destinado a assuntos políticos, econômicos e noticiário em geral.

Com o título ÚRSULA publicou a Sra. Maria Firmina dos Reis um romance nitidamente impresso que se acha à venda na tipografia do Progresso. Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento na autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados. É pena que o acanhamento mui desculpável da novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as das escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas. A não desanimar a autora na carreira que tão brilhantemente ensaiou, poderá para o futuro, dar-nos belos volume.

O discurso produzido por Firmina é, também, político quando reafirma posicionamentos sobre sua vida social, quando denuncia o isolamento a que muitas mulheres são submetidas após o casamento, quando destaca os jogos de poder que envolvem um matrimônio, quando mostra a face do negro, sem as marcações comuns nos textos literários daquele momento (o negro pelo prisma negativo), quando fala do sofrimento do escravo separado à força de um cotidiano e uma história em suas terras de origem, quando afirma que seu romance é mesquinho, mas que o publica como incentivo a outras escritoras. Como afirmou Foucault, (2014b) o discurso é composto, inclusive, pelo objeto do desejo, por aquilo que se luta, e desta forma Firmina estabelece em suas linhas e páginas a vontade de viver em um mundo menos desigual. Não apenas através da literatura, mas nas

canções que compõe, nas suas práticas pedagógicas. Todas estas dimensões são elementos do discurso firminiano que apresentamos neste trabalho.

Perceber como as relações de gênero se estabelecem neste romance e como Firmina é apresentada pela sua sociedade, assim como são suas percepções sobre diversos temas presentes em seu contexto social é nosso desafio nas páginas que sucedem.

#### **4.2.1 O enredo**

O romance “Úrsula” foi escrito no final da década de 1850 e conta a história de um amor entre dois jovens, que teoricamente pertenciam as classes dominantes. Úrsula e Tancredo são filhos de um passado áureo de fazendas que desenvolviam práticas agrícolas. Seus pais mantêm terras e escravos como patrimônio familiar o que indica a origem nobre de ambos. O distanciamento social entre os dois se dá na manutenção deste patrimônio. No caso de Úrsula, a gestão do patrimônio ficou sob a responsabilidade de sua mãe D. Luísa B., que logo após a morte de marido Paulo B., ocasionada por um assassinato cujo autor foi seu próprio irmão – o comendador Fernando P., prostrou não podendo mais exercer com rigor as atividades administrativas de uma fazenda. A fortuna da família de Tancredo foi administrada pelo seu pai, que mesmo após a morte de sua esposa, continua fazendo prosperar aquele patrimônio.

A trama se desenrola a partir de um grave desentendimento amoroso entre Tancredo e sua primeira noiva, Adelaide, órfã e sobrinha de sua mãe. O amor que Tancredo nutre por Adelaide surge ainda na adolescência, sendo reprovado por seu genitor, que estabelece como condição para dar sua benção ao amor dos dois, que seu filho primeiro conclua seus estudos, numa faculdade que ficava fora desta província. O pedido foi intermediado por sua mãe, que temente ao esposo, teme pela integridade de seu filho na insistência de efetivação deste amor. Não vendo outra perspectiva, Tancredo aceita estudar em outro local, longe de sua amada e de sua mãe, e parte para sua nova missão, pedindo apenas que seu pai cuide dos seus dois maiores amores: sua mãe e noiva.

Ao retornar de sua missão, Tancredo se depara com um cenário desestabilizador. Sua mãe falecera e sua noiva, passou a ser sua madrasta, fora desposada por seu pai. Num ato de fúria e sofrimento pelo amor rompido, sai em

busca de aliviar suas tensões, cavalgando pelos campos, sem destino. Envolva-se em acidente que o quase deixa sem vida, sendo socorrido pelo negro Túlio, de quem torna-se amigo, ao reconstituir sua saúde. Tancredo é levado à casa da senhora Luísa B., mãe de Úrsula, chegando desfalecido e assim permanecendo por algumas semanas. Desperta, neste interstício de tempo, a admiração de Úrsula, sua cuidadora, e quem vai presenciar inúmeros momentos de delírio do jovem Tancredo, ocasionados pela gravidade de seu acidente.

Ao acordar o jovem depara-se com uma bela donzela por quem desenvolve um sentimento puro e nutre uma paixão, revelada somente nos últimos momentos na residência de D. Luísa B.. Ao anunciar sua partida, Tancredo liberta duas pessoas, aprisionadas naquela realidade de decadência e melancolia que era a fazenda que o acolheu: Úrsula e Túlio. Ao negro é prometida a liberdade, através da alforria, como gratidão ao socorro prestado. À Úrsula é prometido o amor e o cuidado para o resto de sua vida, ao que, no primeiro momento é visto com cautela pela mãe da donzela, que vê seus dias findando e teme pelo futuro de sua filha. Sob estas duas libertações, põe-se o jovem a retornar para sua residência e apossar-se dos bens que lhe é de direito.

Úrsula permanece na fazenda, com sua mãe e Suzana, sendo logo nos primeiros instantes surpreendida pela chegada inesperada do comendador Fernando P., a quem ainda não conhecia, apesar de ser seu tio. Este estabelece contato com a donzela, quando a mesma encontrava-se na mata, chorando pela saudade de seu prometido, Tancredo. Úrsula atordoada consegue chegar a sua residência, mas sem esquecer os momentos de aflição que viveu ao deparar-se com aquela figura masculina momentos antes.

Sua mãe está bastante debilitada e, por isso, Úrsula adia a conversa sobre aquele misterioso homem que a indagou na mata e jurou amor eterno por ela. Entretanto, para sua surpresa, Fernando adentra sua residência para falar com sua mãe e naquele momento se encerram muitos sonhos da jovem. O comendador, num discurso de pedir perdão pelos males que fizera a família, pede a mão de Úrsula em casamento, ao que sua mãe não aprova, por conhecer a índole de seu irmão. Horas depois, tendo instruído sua filha para fuga, D. Luísa B. chega ao final de sua existência.

Úrsula reencontra Tancredo e sai em fuga, tentando escapar de Fernando P. a quem teme e sabe que significa seu cativeiro. Para que esta fuga se efetive,

Suzana, Túlio e o próprio Tancredo tombam, fruto do ódio gestado pelo comendador. Ao final do romance, Úrsula, numa postura clara de resistência às determinações e vontade de seu tio, fica louca e não se casa com nenhum de seus pretendentes. Fernando, por sua vez, inundado pelo sentimento de remorso transforma-se em um homem apático e solitário.

#### **4.2.2 Personagens e relações de gênero**

“Úrsula” é um romance que constitui o cenário social de uma província no norte do Brasil, com características tropicais. Sua trama foi desenvolvida pela escritora maranhense Maria Firmina que descreve na narrativa o amor de Úrsula e Tancredo.

Através da trajetória de Tancredo e Úrsula, outros personagens ganham vida e as relações são estabelecidas. Desta forma, são descritos por Firmina, as histórias de Luísa B., negra Suzana, Adelaide, Comendador Fernando, negro Túlio, negro Antero, o pai e mãe de Tancredo.

D. Luisa B., a mãe de Tancredo, Adelaide, Suzana e Úrsula são as vozes representativas das mulheres na obra de Firmina dos Reis. Através destas personagens podemos compreender como se configuravam as relações sociais no contexto em que a escritora maranhense estava inserida.

Neste romance, considerado o primeiro que discute a questão do negro, escrito por uma mulher, a escritora expõe diversas percepções sobre a sociedade maranhense, em meados do século XIX, marcada pelos traços da escravidão, supremacia masculina e segregação social. Percebemos que todos os personagens são reafirmados e ganham espaço na narrativa a partir da presença de uma mulher.

##### **4.2.2.1 A Maternidade e o Casamento**

As mulheres das classes mais privilegiadas gestavam o sonho do bom casamento desde sua infância, quando eram orientadas através de discursos produzidos pela igreja, família e escolas (para moças).

*“De acordo com essas concepções a mulher deveria ficar restrita ao espaço privado e dedicar-se a sua função de administradora do lar e educadora dos filhos, enquanto que o sustento da família caberia ao marido.”* (SOUSA, 2010, p. 49).

Outra concepção bastante forte neste momento, meados do século XIX, são as construções feitas sobre o corpo feminino, que estava muito destinado a função do exercício da maternidade. Como Costa (1996) expõe, a mulher foi alvo de muitos estudos no campo da medicina que buscavam legitimar, por meio da análise de suas estruturas físicas, a função da maternidade. Afirmava-se que o corpo feminino era estruturado para as funções menos intelectuais e abstratas, como aquelas exigidas na vida pública e política. O corpo ser destinado a atividades mais práticas e a maternidade aparece como uma das principais funções que deveriam ser exercidas pela mulher.

Na narrativa, a maternidade é exposta por Maria Firmina, apresentando-nos algumas mulheres que irão de formas distintas exercer esse “papel”. São elas: a) D. Luísa B. que é mãe de Úrsula, a principal personagem do romance; b) a mãe de Tancredo, rapaz que compõe com Úrsula o principal par romântico; c) negra Suzana, que era escrava na fazenda da mãe de Úrsula; d) a mãe da negra Suzana, que aparece muito timidamente na narrativa, mas que merece ser aqui citada. Podemos identificar que Firmina descreve vários exemplos para expor as relações maternais estabelecidas em meados do século XIX.

Na trama escrita por Firmina, D. Luísa B. (mãe de Úrsula) fica órfã e os cuidados a ela são de responsabilidade de Fernando P., seu irmão mais velho. Após a morte dos pais deles, é Fernando quem vai organizar a vida e ser responsável pelos negócios da família, por isso Luísa devia obediência ao irmão, visto o cuidado que o mesmo tinha para com ela. Na narrativa, as relações entre os irmãos eram estáveis, até Luísa encontrar Paulo B. e se apaixonar pelo mesmo. Contrariando seu irmão, Fernando P., Luísa casa-se com Paulo B. Nesse sentido Firmina destaca a fala de D. Luísa B.:

esse homem [Fernando P.] tão implacável como o vedes, era um terno e carinhoso irmão. Amou-me na infância com tanto extremo carinho que o enobrecia aos olhos de meus pais, que o adoravam, e depois que ambos caíram no sepulcro, ele, continuou a sua fraternal ternura para comigo. Mais tarde um amor irresistível levou-me a desposar um homem que meu irmão no seu orgulho julgou inferior a nós pelo nascimento e fortuna. Chamava-se Paulo B.

Ah! Senhor! – continuou a infeliz mulher – este desgraçado consórcio que atraiu tão vivamente sobre dois esposos a cólera de um irmão ofendido, fez toda a desgraça da minha vida. Paulo B... não soube compreender a

grandeza de meu amor, cumulou-se de desgosto e de aflições domésticas, desrespeitou seus deveres conjugais, e sacrificou minha fortuna em favor de suas loucas paixões. Não tivera eu uma filha, que jamais de meus lábios cairia sobre ele uma só queixa! Mas ele me perdoará do fundo do seu sepulcro; porque sua filha mais tarde foi o objeto de toda sua ternura, e a dor de francamente poder reabilitar sua casa em favor dela lhe consumia, e ocupava o tempo. (REIS, 2004, p 102).

Fernando P. tutelava Luísa B., após a morte de seus pais e tinha perspectivas de casamentos que indicassem prestígio e manutenção da fortuna. Como afirma Abrantes (2010), o ideal do amor romântico era uma das ideias propagadas a partir do século XIX. Antes o que tínhamos eram casamentos arranjados, com finalidade econômicas de potencializar patrimônios, de estabelecer relações de ganhos financeiros através da união de famílias pelo matrimônio.

*“O ideal do amor romântico provocava mudanças no pacto matrimonial, mas não transformações radicais a ponto de abalar totalmente a tradição, especialmente no meio das elites”.* (ABRANTES, 2010, p. 23).

O ideal do amor-paixão romântico é problematizado por Costa (1999) quando o localiza este construto como tendo uma finalidade bem acentuada na sociedade ligada ao comércio e à “nova ordem burguesa”. Afirma que o amor romântico, criado desde meado do século XVII por filósofos e literários, sendo apropriado posteriormente como estratégia para empoderamento do modelo nuclear de família que naturaliza e reforça algumas funções aos indivíduos, como determinar a maternidade às mulheres, a paternidade aos homens. A ideia está presente nas construções artísticas do século XIX, como no caso da obra firminiana.

Expondo indícios destas mudanças em seu contexto social, Firmina apresenta dois comparativos de casamentos. O primeiro, exposto na citação acima, Luísa B. não se enquadra nas ordens de seu responsável legal, o irmão Fernando P. Observamos que em nome de um amor fraternal, a figura masculina representada pelo comendador Fernando estabelece a posse sobre a mulher. Através desta relação entre os personagens, Firmina indica sinais de uma sociedade onde as mulheres estavam limitadas a contextos bem definidos.

À Luísa B., o bom casamento é seu destino como mulher, e devem ser asseguradas e respeitadas regras como a escolha de um bom pretendente, o que era feito por terceiros, o cuidado com a manutenção da fortuna familiar, buscando a prosperidade deste patrimônio. Abrantes (2010) afirma que foi observado no Maranhão, no decorrer do século XIX, uma mudança significativa em relação ao

dote, que entrou quase em desuso. Entretanto, foram mantidos os requisitos étnicos e sociais para a consagração de uniões matrimoniais. Outras características passam a nortear as relações amorosas, como o ideal do amor romântico, que modifica algumas relações sociais aqui vivenciadas.

Por meio de Luísa B., percebemos que Firmina expõe um pouco destas mudanças oitocentistas. O ato de insubordinação de Luísa B. para com a determinação de seu irmão Fernando, foi motivado pelo ideal do amor romântico construído no século XIX por muitos elementos, dentre os quais estavam a literatura, peças teatrais e músicas.

Luísa B. jovem apaixona-se por Paulo B., homem de pouca fortuna e sem grande prestígio social. Isto contrariou a vontade do seu irmão, visto que implicava em percebê-la como uma mulher de honra questionável. O bom casamento, naquele momento, dignificaria a mulher e a colocaria em posição de respeito em uma sociedade marcada por distinções sociais hierarquizantes. Quando uma jovem e sua família aceitavam um casamento considerado ruim, podia significar que aquela família estaria com problemas de ordem financeira, moral ou social.

Maria Firmina narra em breves linhas, todo movimento emocional que a mãe de Úrsula passa desde o encantamento pelo pretendente ao sofrimento agudo. Finaliza a história de amor dos pais da personagem central com a morte de Paulo B. O casamento não gerou prosperidade para a família, visto que o pai de Úrsula, dizimou uma fortuna com gastos desnecessários, não protegendo sua família. A proteção da família e a prosperidade do patrimônio estavam como função do homem, assim como a maternidade e cuidado com o lar estavam como função para mulher. A concepção binária é bem marcada por Maria Firmina em sua narrativa, naturalizando os termos mulher<sup>36</sup> e homem como representativos do conjunto de mulheres e homens.

O dote, como afirma Abrantes (2010) exercia a função de proteger e resguardar a mulher de algumas situações onde o cônjuge não conseguia honrar com suas atribuições ou quando a manutenção da posição social da mulher não era possível, por limitações financeiras do esposo. Desta forma, havia o estabelecimento do dote como um seguro à esta mulher casada. Algumas leis elaboradas no século XIX buscaram preservar este bem dotal das mulheres,

---

<sup>36</sup> Ressaltamos que o conceito mulher é operado no texto firminiano dentro da perspectiva binária, comum aos discursos produzidos naquele contexto social.

entretanto o que se percebeu foi a efetivação de uma dependência cada vez maior da mulher em relação ao homem. O dote, durante todo o século XIX, foi entrando em desuso por não inserir-se na lógica capitalista e por aflorarem outros elementos que denotavam prestígio social, como a educação e erudição.

O discurso social que se fala é baseado numa lógica heteronormativa, localizado e sendo operacionalizado no interior das classes mais privilegiadas. Quando se expõem as relações dotais e as configurações sociais que são realizadas para estabelecimento destas uniões matrimoniais, fala-se das famílias com posses, dos grupos que compõe a elite e deixando à margem as relações das classes menos privilegiadas que se organizam de modo distinto.

Na narrativa de Maria Firmina a questão do dote aparece no casamento de Luísa e Paulo B. (pais de Úrsula), onde houve o estabelecimento do dote e a fortuna não foi bem administrada. Outro momento em que a discussão sobre o dote aparece, como impedimento a uma união matrimonial é no noivado de Tancredo e Adelaide. O pai do jovem Tancredo se coloca contrário ao casamento e um dos motivos expostos na trama foi a ausência de fortuna de Adelaide, órfã que vivia de favores na casa dos pais do rapaz, mas além das questões dotais, havia ainda a ausência de prestígio social, visto a filiação humilde de Adelaide e sua condição de órfã.

Na fala de D. Luísa B., podemos ainda perceber a rotina de muitas mulheres em meados do século XIX, destinadas aos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Este era o ideal de mulher considerada respeitável por aquela sociedade.

Outro elemento destacado na narrativa firminiana, é a submissão da mulher em relação ao homem. Percebemos isto nesta fala de Luísa (vide pág.66), destacada anteriormente. Quando a mesma relata os defeitos de seu esposo Paulo e expõe os sofrimentos vividos em seu casamento, ela o faz invocando o perdão do marido já falecido. Isto mostra que as relações não deveriam ser expostas em publico, as questões de foro familiar, principalmente sofrimentos e desencantos deveriam ser silenciadas, pois não seria de “bom tom” expor seu esposo. A culpa reflete a manifestação deste medo e do estabelecimento destas convenções. Mesmo sendo a vítima, Luísa B. invoca o perdão do esposo, por falar a estranhos sobre a rotina de sua casa. Firmina marca, desta forma, as relações desiguais entre os sujeitos do gênero na instituição do casamento.



Outro exemplo desta desigualdade é narrado por Maria Firmina através do casamento dos pais de Tancredo. O estabelecimento das relações matrimoniais entre o casal é pautada num sentimento de medo e num sofrimento extremo da mãe de Tancredo que desenvolve as funções de administradora do lar, mas não tem autonomia ou poder de decisão sobre a vida de seu filho. Tancredo em uma de suas falas compara o amor entre seus pais e reafirma a posição de submissão de sua mãe.

Não sei por quê, mas nunca pude dedicar a meu pai amor filial que rivalizasse com aquele que sentia por minha mãe, e sabeis por quê? É que entre ele e sua esposa estava colocado o mais despótico poder: meu pai era o tirano de sua mulher; e ela, triste vítima, chorava em silêncio e resignava-se com sublime brandura.

Meu pai era para com ela um homem desapiedoso e orgulhoso – minha mãe era uma santa e humilde mulher.

Quantas vezes na infância, malgrado meu testemunhei cenas dolorosas que magoavam, e de louca prepotência, que revoltavam! E meu coração alvoroçava-se nestas ocasiões, apesar das prudentes admoestações de minha pobre mãe.

É que as lágrimas da infeliz, e os desgostos que a minavam, tocavam o fundo da minha alma. (REIS, 2004, p. 61).

Percebemos que a relação estabelecida na família mais rica da trama era de extremo desrespeito, sendo a representação da figura materna constituída na narrativa de Firmina por dor, doação e limitações.

Após a morte da mãe de Tancredo, seu pai escolhe Adelaide (a jovem prometida ao seu filho Tancredo) para ser sua esposa, numa postura de autoridade máxima sobre as vssidas dos seus subordinados. O que Firmina quer falar através do segundo casamento do pai de Tancredo? Podemos compreendê-lo como contraponto da percepção do matrimônio como sofrimento? Quem era a esposa Adelaide?

Adelaide era sobrinha da mãe de Tancredo, ficou órfã muito cedo e foi adotada por aquela família. Foi pedida em casamento por Tancredo, o que não foi autorizado pelo seu pai que estabeleceu uma condição para abençoar a união matrimonial: que o filho fosse a São Paulo elevar seu conhecimento formal. Era usual que filhos de nobres viajassem para outros estados ou para Europa buscando melhorar sua erudição.

Desde o século XIX, os filhos da elite completavam seus estudos na Europa e quando não podiam desfrutar da educação superior no exterior, o faziam em instituições de estados da região sul do Brasil, ou mesmo em Pernambuco, na faculdade de Direito de Recife. (SALES, 2010, p. 133).

Seguindo esta rotina, comum no século XIX, Firmina narra a ida de Tancredo a outro estado, deixando Adelaide (sua pretendente) e sua mãe aos cuidados do seu pai. Entretanto, seu pai desenvolvendo uma postura arbitrária modifica todo o acordo e casa-se com a pretendente de seu filho. Firmina, descreve o encontro de Tancredo e Adelaide:

No salão havia um turbilhão de luzes; no fundo, reclinada em primoroso sofá, estava uma mulher de extrema beleza. Figurou-se-me um anjo. A esplendente claridade, que iluminava esse salão dourado, dando-lhe de chapa sobre a fronte larga e límpida circundava-a de voluptuoso encanto.

Era Adelaide.

Adornava-a um rico vestido de seda cor de pérolas, e no seio nu ondeava-lhe um precioso colar de brilhantes e pérolas, e os cabelos estavam enastrados de joias de não menor valor.

Distraída, no meio de tão opulento esplendor, afagava meigamente as penas de seu leque dourado. (REIS, 2004, p. 87).

A nova esposa do pai de Tancredo é retratada com toda sua beleza, num cenário de luxo e requinte, sinônimo da nobreza oitocentista. Tentava-se imitar os ares europeus.

*“Apresentar-se dignamente vestida, de acordo com a moda europeia, tornou-se algo imprescindível. O bom falar, o bom receber e o comportamento adequado passaram a fazer parte desta nova realidade que marcou praticamente todo o século XIX”.* (SOUSA, 2010, p. 43).

A visão do casamento como negativo e extremamente sacrificante, é parcialmente esquecida quando a escritora narra a vida de Adelaide, após o casamento, como uma mulher luxuosa e bem servida por inúmeros escravos. Entretanto, percebemos que Firmina, para além dos atributos externos, apresenta esta mulher como solitária e não difere sua constituição emocional das demais esposas até então retratadas. O que a difere é o requinte de riqueza e luxo, que envolvem a personagem. Na narrativa, Adelaide aparece como uma mulher que não segue os valores humanos e religiosos, descrita por Tancredo como *“mulher infame e desdenhosa, fria e impassível como a estátua”*. (REIS, 2004, p.34).

As funções do matrimônio são destinadas à mulher, da mesma maneira como a maternidade. A mãe narrada por Firmina é sempre caracterizada como *angelical, doce, gentil, altruísta e generosa*. Desde o século XVIII se difundia no Brasil os ideais positivistas, que perpassavam vários âmbitos da vida em sociedade, inclusive a família, a percepção sobre a mulher e sobre o homem.

O modelo positivista de feminilidade torna a mulher um ser cada vez mais próximo de um anjo. Sua pureza é ressaltada como elemento que a torna a guardiã natural da moral e do lar. Através de um comportamento de

sacrifício e virtude, as mães deveriam oferecer o exemplo para suas filhas que eram futuras mães. (SILVA, 2009, p. 38).

Neste momento, a maternidade é defendida como um determinante social da mulher, portanto as que se encontravam em idade fértil deveriam se preocupar com o matrimônio e cuidado com os filhos. Este modelo é fruto de discursos produzidos por diversas instituições. Butler (2013) nos convida a pensarmos as convergências que levam estas proposições a tomarem status de verdade e normalidade. Apontando para a tese da filósofa Julia Kristeva sobre a lei paterna que afirma que

*“O desejo de dar à luz como um desejo da espécie, parte de uma pulsão libidinal feminina coletiva e arcaica que constitui uma realidade metafísica sempre recorrente”.* (BUTLER, 2003, p. 135).

Nesta compreensão, o *“instinto materno”* seria reificado como ontológico e pertencente ao sujeito, em consonância com os padrões normativos. Butler citando Foucault se contrapõe a esta visão da maternidade como ontológica ao ser.

Para Foucault, o corpo não é “sexuado” em nenhum sentido significativo antes de sua determinação num discurso pelo qual ele é investido de uma “ideia” de sexo natural ou essencial. O corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder. (BUTLER, 2003, p. 137).

Afirma que conceber a produção discursiva do corpo como anterior ao próprio discurso é negar as relações de poder inerentes a estes processos. A “economia libidinal materna”, a partir da perspectiva foucaultiana seria um construto histórico da sexualidade. (BUTLER, 2003).

A defesa do discurso heteronormativo, que demarca as funções exercidas por homens e mulheres nas relações sociais é embasada em discursos especializados produzidos nos séculos XVIII e XIX. Firmina traz estas marcações de forma bem clara em sua produção.

Percebemos que as construções positivistas, neste contexto oitocentista, localizam mulheres e homens, como sujeitos que exercem, pela sua “natureza” em perspectiva biológica, “papéis” bem definidos, o que identificamos no romance de Firmina. Em sua trama são reforçados alguns valores e costumes usuais em seu contexto político, constituindo de atualização dos padrões normativos e ao mesmo tempo um movimento de crítica às condições sociais das mulheres em sua obra.

Firmina narra outras formas de vínculos familiares como a relação de adoção entre os negros Suzana e Túlio que foram separados de suas famílias

durante a captura para o cativo e que se unem na fazenda dos pais de Úrsula desenvolvendo, segundo a narrativa da escritora, uma relação de mãe e filho.

Maria Firmina tem uma visão idealizada da África como local onde não existem conflitos. Através de sua narrativa, representa a maternidade vivenciada no território africano como positiva e descreve os momentos da negra Suzana e sua filha, com leveza, mostrando uma intensa felicidade e pureza dos sentimentos. Além de mostrar uma nova visão da maternidade, como algo não tão limitante para a mulher, Firmina ainda localiza esse exemplo num local, considerado um nicho daquela sociedade, a África.

Além da relação com sua filha, a maternidade ainda é retratada através dos vínculos que a negra Suzana tem com Túlio, negro de D. Luísa B. Na narrativa, os dois são separados de sua família e na fazenda Suzana adota o menino Túlio por filho. Sobre esta relação Firmina escreve: *“E aí havia uma mulher escrava, e negra como ele [Túlio]; mas boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe enquanto lhe sorriu essa idade li-sonjeira e feliz”* (REIS, 2004, 112). E continua em diálogo posterior quando Túlio anuncia sua partida, junto à Tancredo que lhe dará a alforria.

- Onde vais Túlio?
- Acompanhar o senhor Tancredo de \*\*\* - respondeu o interpe-lado
- Acompanhar o senhor Tancredo! – continuou a velha com acento repreensivo – Sabes tu o que fazer? Túlio, Túlio!...
- Depois de pausa, ajuntou:
- Não sentes saudades dessa casa, ingrato?!
- Não, mãe Suzana, não me alcunheis de ingrato. Quantas saudades levo eu de vós! Oh só Deus sabe quanto pesam elas!
- Tu!? – exclamou ela procurando ler-lhe no fundo do coração os sentimentos, que o animavam – Tu não levas saudades alguma. Tu-lío; se as levasse, quem te obrigaria a deixar-nos?
- A gratidão – respondeu ele com presteza.
- A gratidão!? E não a deves à senhora, que para ti tem sido qua-se que uma mãe? Não a deves à menina? E por que a deixas? é o que não sentes saudades dela. (REIS, 2004, p. 113).

Suzana interpela o seu “filho adotivo” cobrando o cuidado que a mesma teve para com ele. Neste capítulo, intitulado “A Preta Suzana”, Firmina critica a escravidão e reforça a ideia da maternidade como algo positivo. Primeiro expõe a relação de Suzana e sua filha, ainda na África, gozando de sua liberdade. Os traços tristes e árduos, destinados as mães brasileiras não são percebidos na fala de Suzana sobre este momento de sua vida. A paisagem que monta este cenário é límpida e clara, demonstrando leveza. Entretanto, este enlace maternal é rompido com a captura de Suzana, que nunca mais verá sua filha e mãe.

Maternidade e matrimônio são elementos comuns na sociedade oitocentista maranhense, fruto de produções discursivas sobre as funções “naturalizadas” da mulher e são retratados de forma bem detalhada pela escritora. Vejamos como a mesma descreve, no seu romance, a infância e a mocidade.

#### 4.2.2.2 A Infância e Mocidade

*“Minha filha, sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo”* (REIS, 2004, p. 117).

Maria Firmina através da fala de negra Suzana descreve a filha com características angelicais, ainda livre das mazelas das sociedades e residindo num ambiente de proteção. Aos pais, cabiam as tarefas de proteção incondicional e educação, que ficava sob a responsabilidade materna.

[...] segundo Positivismo, a mulher era exclusivamente responsável pela educação dos filhos e pela orientação daquilo que seria bom, (doutrina positivista), e mau, (a doutrina católica). Ou seja, cabia a mulher o direcionamento da sociedade, o que aumentava sua responsabilidade e importância. (SOUSA, 2010, p. 62).

A proteção à infância era primordial para a construção de uma sociedade pacífica, visto que estes sujeitos moldados desde esta fase da vida, ao chegarem à sua mocidade deveriam manter os preceitos nos quais foram ensinados.

No caso das meninas, a chegada da mocidade era permeada por preocupações como o cuidado com o lar, já que se preparavam para gerir a sua família posteriormente.

No século XIX, cristalizou-se a imagem da mulher como rainha do lar, que trazia para si toda responsabilidade com as atividades do seu “reino”, como por exemplo, o cuidado dos filhos, a alimentação, a higiene, a implantação de valores religiosos no seio do lar, a unidade doméstica de uma maneira geral. Assim, algumas exigências foram lançadas às mulheres, como a sabedoria para atrair o marido ao aconchego da casa, melhor educação para os filhos, sendo bem disposta, amável e, sobretudo silenciosa. Essas imagens e ideais foram importantes na formação das perspectivas sobre as mulheres no início do século XX. (SALES, 2010, p. 141).

Percebemos o reforço a este ideal de mulher oitocentista, ao passo que são feitas e identificadas, igualmente, novas posturas que vão caracterizar uma

“nova mulher” que mantém traços construídos em períodos anteriores, mas se traveste de novas responsabilidades. O positivismo influencia as ciências, artes, vida social e interfere na percepção desta nova mulher. Silva (2013) afirma que o escritor maranhense Aloísio de Azevedo escreve algumas notas onde faz crítica à postura das mulheres maranhense, que estão muito afeitas às tradições e religiosidade. Parecia ser necessário estabelecer novas posturas e transcender práticas ligadas ao passado colonial, mantendo as demarcações de gênero anteriormente contruídas.

A constante frequência das mulheres maranhenses nas igrejas passou também a ser criticada, muitas vezes em discursos agressivos e de tom jocoso. Os males da sociedade eram atribuídos à Igreja e sua influência sobre a educação, sobretudo feminina. No século XIX a presença das mulheres da elite nos templos se tornou algo mais constante ou mais visível, principalmente pelo fato de que era uma forma destas escaparem do estado de clausura que o ambiente patriarcal as impelia, além do fato do ambiente urbano propiciar mais lugares de convívio e possibilidade de sociabilidade. (SOUSA, 2010, p 48).

Como exemplo, citamos o discurso de Aloísio de Azevedo, no Jornal *O Pensador* - citado por Silva (2013) em seu estudo - onde o mesmo estabelece uma crítica severa às posturas exercidas pelas mulheres maranhenses que são orientadas pela igreja, afeita às superstições e temerosas. Mas, estabelece algumas ponderações destacando àquelas que não se dobram a todas as normas e tomando algumas posturas de micro resistências burlam normas, escrevem, leem obras tidas por inapropriadas e aceitam cortejos ou administram fortunas, como o caso da tão conhecida Ana Jansen.

Campos (2009) expõe através de seu estudo a história de 40 mulheres que viveram no Maranhão entre os anos de 1800 a 1822 que administraram riquezas e mantinham relações de poder nesta sociedade, tão marcada por valores hierarquizantes sobre as mulheres. D. Anna Umbelina de Aguiar, Vicência de Oliveria, A preta Anna Maria, Maria Thereza Pereira, D. Maria Raimunda, Anna Joaquina dos Reis de Aragão, Apolônia Maria de Lemos, Anna de Araújo Cerveira, Anna Roza Gomes, Francisca Xavier Bekeman, Maria Thereza de Jesus, Maria de Nazaré, Maria Izabel Freire, Rita Raimunda de Cássia Castro e Souza, Anna Joaquina Mouzinha, Anna Maria Garcia, Chatarina Maria, Joanna Correa de Andrade, Josefa Maria Cappitulo, Jozefa Maria da Encarnação, Maria de Castro Cavalcante, Maria Joaquina Rosa, Maria José Lopes de Souza, Laurianna Ferreira Gomes, Maria Magdalena de Jesus, Anna Joanna Dornelles, Apolonia Maria do Livramento, Apolônia Pereira da Silva, Maria Gertrudes Ferreira, Joanna Michaela

de Castro Jansen Moller, Apolônia Tereza Gonçalves, Izabel Caetana Botelho, negra Maria do Rozario, Francisca Apolonia Pahim, Monica Joaquina Lopes, Roza Francisca Maria Berfort, Joaquina Maria Garcia, Maria Querubina de Moraes Rego e Silva, Donana Caetana Pacheco e Maria da Silva. Histórias que têm em comum a possibilidade de exercer “papéis” ou funções que destoavam daquilo que reforçava as ideias das mulheres numa posição de submissão. Estas mulheres administraram fortunas, distribuíram riquezas através de seus testamentos e circulavam em São Luís como figuras a serem respeitadas.

Maria Firmina narra, através de suas personagens, posturas distintas daquilo que era mais comum à uma mulher, naquele contexto social. Muzart (2003) afirma que as escritoras do século XIX, exercem posicionamentos diferenciados, pois estas desenvolvem quebras do silêncio, deslocam algumas práticas naturalizada e refletem sobre as condições sociais que estão inseridas, através de seus textos. Indícios dessas novas posturas, encontramos em Úrsula que, inicialmente, é uma jovem dócil e frágil, mas que foi capaz de se posicionar contrária às determinações do comendador e seu tio Fernando P, homem dotado de personalidade forte e cruel.

Úrsula é descrita como doce, bela, gentil, caridosa, pura e angelical.

Era ela tão caridosa...tão bela...e tanta compaixão lhe inspirava o sofrimento alheio, que lágrimas de tristeza e de sincero pesar se lhe escaparam dos olhos negros, formosos, e melancólicos. [...] Úrsula era ingênua e singela [...]. (REIS, 2004, p. 32).

Firmina destina todo um capítulo para descrever a personalidade de Úrsula, a partir do cuidado com sua mãe, uma senhora paralítica que depende em tudo dos cuidados do outro. O sentimento seja ele de sofrimento ou alegria são enaltecidos e caracteriza o cenário do texto literário no século XIX. (BOSI, 2013).

Na trama, Úrsula traveste-se de coragem e questiona a determinação que lhe seria imposta: o casamento com Fernando P., seu tio e um homem cujas decisões eram inquestionáveis. Com bravura, desde o primeiro contato com o comendador, deixa claro que não aceita o cortejo e que tem voz e vontades que deveriam ser respeitadas. Tal ato de insubordinação, motivada por um amor já nutrido por Tancredo, leva Úrsula a fuga que vai interferir nas vidas de todos os personagens da trama.

A narrativa de Firmina relata a trajetória da vida de Úrsula, desde o início de seu relacionamento com Tancredo até sua fuga de Fernando P.. Neste espaço

temporal a escritora vai retirando das narrativas os personagens, sempre usando como recurso a morte. Impacta, primeiramente, nas decisões de Úrsula a morte de sua pobre e sofrida mãe. Assim é narrado o final da vida de D. Luísa B.

Então Úrsula, a pobre órfã, ajoelhou-se aos pés do leito, e volvendo em seus braços o corpo inanimado, com seus lábios, trêmulos de dor, tocou os lábios frios de sua mãe, tentando, em balde transmitir ao coração materno o hálito ardente, que a animava.

Mas quando voltou à realidade, quando teve plena consciência de que estava só, e entregue ao rigor de sua sorte, quando pode acreditar que sua mãe já não existia, então prorrompeu em lágrimas e estorceu-se pelo chão, e agitou-se como uma possessa, porque as grandes e profundas dores do coração só acham alívio na expansão ilimitada da dor e na fadiga do corpo e do espírito... (REIS, 2004, p. 151).

Úrsula, aquela dócil e amorosa filha, protegida como que a uma grande riqueza por sua mãe, encontra-se desamparada. O que lhe restava era aceitar às inclinações de Fernando P.? Sua mãe em vida a incitou à fuga e agora, o plano maternal deveria ser colocado em prática.

Através deste conflito entre Úrsula, Fernando P., Luísa B. e Tancredo percebemos que Firmina defende a ideia que as mulheres não deveriam submeter-se às determinações sociais que lhes eram destinadas. Na narrativa firminiana, Fernando P. tinha o sentimento de posse por Úrsula, a considerava um objeto que poderia ser apossado em qualquer momento.

- Não é possível! Embora ela [Úrsula] o ame, não poderá resistir à minha vontade. E demais aonde está agora esse [Tancredo] insensato? Na comarca de \*\*\*, quando voltar tudo estará feito: Úrsula será já minha esposa, e ele, resignado, ou esquecido, ou mesmo desesperado; mas respeitando a minha posição social, e meu nome, morrerá de inveja, embora amaldiçoando a minha felicidade. Mas, se pelo contrário!... não é possível! Se pelo contrário, ai dele!. (REIS, 2004, p. 165).

A mulher é desenhada como uma propriedade do homem cujas decisões eram inquestionáveis. Entretanto, Firmina esboça seu contraponto às determinações que na sociedade oitocentista se fazia naturalizadas. Narrando uma fuga, estabelece as resistências que eram observadas e vivenciadas. É Úrsula quem convoca Tancredo para fuga de Fernando P..

*“- Fugamos Tancredo! Mas, ah! o seu ódio pode seguir-nos por toda parte”.* (REIS, 2004, p. 174).

A Úrsula firminiana é caracterizada como uma mulher que resiste, num movimento que entrelaça docilidade e loucura pela dor, medo e garra, ações de resistências em nome de suas vontades. As batalhas que Úrsula estabelece durante toda trama a levam ao estado de louca, por perder um a um todos os seus amores:



*“A infeliz enlouqueceu de dor, e sua loucura mirrou-vos a esperança do seu amor!”*. (REIS, 2004, p. 226).

O oposto deste ideal de mulher, boa e pura, é feito por Adelaide que é descrita por Firmina como uma mulher sem pudores, que é movida por ambições: *“bela como anjo, sedutora como uma fada, maligna como um demônio, e entretanto amada, muito amada”*. (REIS, 2004, p. 35).

Adelaide é apresentada, inicialmente como uma menina que carece de cuidados. A mãe de Tancredo a descreve: *“É filha de minha prima e órfã de mãe e pai”*. (REIS, 2004, p. 59).

Percebemos a ideia de fragilidade quanto à Adelaide, que pelo fato de ser órfã, foi levada para morar na casa dos pais de Tancredo. Através desta personagem, é ratificado o discurso da proteção sobre o que se configurava o “sexo frágil”, que necessitava ser protegido e resguardado. Desta forma, Firmina destina, na narrativa, os cuidados e proteção de Adelaide à Tancredo, que afirma *“[...] de joelhos prometi a minha infeliz mãe ser o escudo da formosa órfã”* (REIS, 2004, p. 59). Nesta decisão, quase servil, encanta-se pela donzela e solicita a benção de seus pais sobre o matrimônio, porém lhe é negado, visto que Adelaide não possui bens para o dote, tampouco tem prestígio social. Pela voz de Adelaide, Firmina expõe esta característica dos matrimônios oitocentistas.

- Tancredo, sou pobre, e teu pai se há de opor a semelhante união. [...] E minha mãe conheceu a afeição que nos ligava, e estremeceu de horror.
- Meu Filho, - disse-me um dia, chorando – tu amas Adelaide, eu o tenho adivinhado; porque ao coração da mãe nada se oculta. Vais amargar a tua existência...
- Tancredo, meu filho, não cedas a um amor que te pode vir a ser funesto. Adelaide é uma pobre órfã, e teu pai não consentirá que sejas seu esposo. (REIS, 204, p.61).

A donzela por não apresentar o dote não seria digna de estabelecer relações com alguém das classes mais privilegiadas. Pela voz do pai de Tancredo, percebemos os motivos de tal desaprovação.

- Escuta-me, Bem sabia eu que te ias afligir; porém atender-me. A esposa, que tomamos, é a companheira eterna dos nossos dias. Com ela repartimos as nossas dores, ou os prazeres que nos afagam a vida. Se ela é virtuosa, nossos filhos crescem abençoados pelo céu; porque é ela quem lhes dá a primeira educação, as primeiras ideias de moral; é ela enfim quem lhes forma o coração, e os mete na carreira da vida com um passo, que a virtude marca. Mas, se pelo contrário sua educação abandonada torna-se uma mulher sem alma, inconsequente, leviana, estúpida, ou impertinente, então do paraíso das nossas sonhadas venturas despenhamo-nos num abismo de eterno desgosto. O sorriso foge-nos dos lábios, a alegria do coração, o sonho das noites, e a amargura nos entra na alma e nos tortura.

Amaldiçoamos sem cessar essa mulher que adorávamos prostrados; porque se nos figura agora o anjo perseguidor dos nossos dias.  
 - Vês, meu filho – continuou – Adelaide é apenas uma criança; é tão nova ...tão pouco conhece suas qualidades que... (REIS, 2004, p. 73).

Na trama, Adelaide, ainda vive um segundo casamento, após a morte do primeiro esposo. Neste segundo relacionamento foi extremamente infeliz, gozando das dores e desamores que era outrora testemunha e causadora.

A mocidade firminiana é representada pelos ideais românticos, sempre movida por grandes amores. Embora sejam reforçados alguns valores culturais oitocentistas, identificamos as experiências de resistências destacadas no texto. Úrsula é retratada na narrativa como este sujeito desviante, ao ser representada como dócil e corajosa, se contrapondo às determinações autoritárias sobre sua vida. Percebemos que Firmina incita a uma reflexão, mesmo que tímida ainda, sobre as condições sociais que muitas mulheres eram submetidas. O próprio ato da escrita, naquele momento, já reflete uma postura diferenciada da escritora.

#### *4.2.2.3 Amor e o ódio dos homens descritos por Firmina*

Da mesma forma como a mulher foi historicamente constituída no século XVIII, o homem também marcado por construções discursivas que o localiza numa zona superior e obriga-o a exercer posturas mais assertivas e resolutivas. Desde cedo precisa assumir as posturas que lhes são delegadas. Frieza, controle de emoções e insensibilidade. No século XIX, percebemos através da difusão dos discursos positivistas e religiosos, essa defesa ao homem que não teme, que é superior e que é provedor do lar. (SOUZA, 2010).

Os homens firminianos são retratados com características que elevam os sentimentos como ódio e amor, que são as molas propulsoras de suas ações. O interessante é que estes sentimentos têm centralidades nas personagens que a escritora descreve, ou seja, sempre observamos ao longo da trama o amor ou ódio sendo iniciado pelo sentimento gestado por uma mulher. Tancredo e seu pai rivalizando pelo amor por Adelaide; Tancredo e Fernando P. disputando o amor de Úrsula; Fernando P. e Paulo B. odiando-se pelo amor de Luísa B.

Em todas estas relações, havia uma figura de mulher que direcionava a trama, por isso concordamos com Algemira Macêdo Mendes (2006) quando afirma que as mulheres dão vida aos homens, na trama firminiana.

Tancredo, por exemplo, era um jovem apático e incapaz de se posicionar contrário ao seu pai quando o mesmo maltratava sua mãe. Ao conhecer Úrsula, este cria coragem para desafiar as decisões de seu pai e de seu rival Fernando P.. A trama está voltada para as mudanças de atitude ao contato com o amor nutrido por uma donzela.

Apesar de serem movidos por sentimentos, Firmina expõe outras marcas que são bem presentes no ideário sobre os homens de meados do século XIX. Seus personagens apresentam características como virilidade e violência quando desejam satisfazer suas vontades. Fernando P. e o pai de Tancredo são construídos como homens sem coração e bastante violentos, quando suas decisões são contrariadas.

Na narrativa de Firmina isto é exposto no diálogo através da fala da mãe de Tancredo: “- *Tancredo, não chames sobre ti a cólera de teu pai. Oh! Deus não protege a quem se opõe à vontade paterna!*”. (REIS, 204, p.63).

As decisões dos chefes das famílias deveriam ser preservadas e nunca questionadas, como fala do pai de Tancredo:

Honroso é o emprego que te oferecem, e eu ousar esperar que o meu Tancredo, não só o não recusará; porque foi solicitado por seu pai, como não deixará de partir breve, obedecendo às ordens superiores que o mandam a cidade de \*\*\*. (REIS, 2004, p. 74).

Além do pai de Tancredo, percebemos a reafirmação deste homem, que não aceita questionamento em Fernando P. Assim o descreve Firmina:

Ele tornara-se odioso e temível aos seus escravos: nunca fora be-nigno e generoso para com eles; porém o ódio, e o amor, que lhe torturavam de contínuo, fizeram-no uma fera – um scelerato.  
Nunca mais cansou de duplicar rigores às pobres criaturas, que eram seus escravos! Aprazia-lhe o sofrimento destes; porque ele também sofria. (REIS, 2004, p. 143).

É ainda totalmente destemido e não demonstrava nenhum sofrimento.

Para os demais a hora da meia-noite não tem significação. O co-mendador Fernando não estava nesse caso – amava; e sua paixão era ardente e arrebatada como seu vulcânico coração. Entrou corajosa-mente no cemitério, onde com terror o acompanharam seus dois pa-gens horripilados e trêmulos.

Todavia mais de um remorso lhe devia povoar a alma de terror à vista desse lugar onde dormiam Paulo B... Luísa, e tantos outros cujos dias ele tanto amargurara, e cuja morte talvez pesasse sobre sua consciência!  
Mas Fernando P... não era homem que parecesse ter remorso: talvez o fogo de seu amor sufocasse em sua alma todos os outros sem-timentos que por ventura aí existiam. (REIS, 2004, p. 184).

Firmina posiciona-se frente a este modelo de sujeito inquestionável e dotado de certezas. O personagem Fernando P. que durante toda a trama foi o algoz, passa a ser caracterizado de outra forma pela escritora.

Então esse homem endurecido e cruel vergou ao peso de tão enorme remorso... Fernando P... pela vez primeira compreendeu o que era a dor no coração de outrem! Gemeu de aflitiva angústia ante o supremo sofrimento da mulher, que amava, e invocou-a com ternura. (REIS, 2004, p. 220)

Fernando P., assim como os demais personagens, é condenado a uma prisão perpétua, no caso dele foi a sua consciência. Firmina mata cada um de seus personagens, pela dor do desamor, pela bravura motivada pela lealdade ou vingança.

Percebemos que suas impressões sobre as relações estabelecidas em meados do século XIX são expostas em seu romance. O homem rude e ligado aos valores construídos pelos discursos clericais, o jovem obrigado por sua família a estudar em outras cidades, buscando qualificação profissional, o escravo que mesmo liberto não consegue romper com os sentimentos de lealdade, reforçando as características servis de um passado próximo. Todas estas relações podem ser identificadas na trama firminiana.

O discurso produzido por Firmina foi pautado em conceitos ligados a heteronormatividade presente no cenário social e nos sujeitos sociais, fruto do contexto que ela escreve. A escritora compõe seus personagens de acordo com a distinção de gênero que é enfaticamente processada por vários produtores de discursos que objetivam atualizar os padrões de inteligibilidade. Butler (2003) afirma que a inteligibilidade é assentada na matriz “sexo - gênero – desejo – práticas sexuais” que localiza os sujeitos como distintos, opostos e complementares. Esta matriz reforça e institui a distinção entre homem e da mulher, feminino e masculino, necessários para o funcionamento das relações sociais. Durante toda a obra firminiana percebemos estas demarcações que distinguem de forma binária seus personagens. O que é inovador, na trama, são as reflexões sobre as condições sociais desta mulher, que é percebido como um posicionamento político da escritora maranhense.

Entretanto, para que esta e outras produções da escritora pudessem ser divulgadas identificamos alguns elementos sociais que contribuíram para este processo, como apontamos no capítulo anterior.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa elaborada ao longo de dois anos neste programa de pós – graduação destinou-se, em seu primeiro momento, em perceber as marcações sobre o feminino em “Úrsula”, romance oitocentista escrito por Maria Firmina dos Reis. Entretanto, ao se aproximar do objeto, percebemos que poderíamos modificar nosso ponto de partida e buscar analisar as relações de gênero construídas ao longo da trama. A decisão de mudança na perspectiva foi fruto das aproximações feitas através da orientação e participação no Grupo de Estudos de Gênero, Identidade e Memória, coordenado pela Profa. Dra. Sandra Nascimento.

A aproximação com os estudos desenvolvidos por Judith Butler e Joan Scott nos permitiu questionar o primeiro objetivo do projeto de entrada no programa de pós-graduação e buscar, a partir de então, identificar e analisar como Maria Firmina dos Reis constrói seus personagens, que características são dadas a eles, o que a mesma busca ressaltar e quais os motivos que, na sociedade oitocentista, a levaram a fazer estas escolhas.

O estudo que aqui apresentamos é possível devido aos deslocamentos conceituais e metodológicos feitos na história, a partir das mudanças paradigmáticas das ciências sociais e humanas no século XX. Observar um contexto histórico através de uma obra literária e perceber como o autor constrói sua narrativa já foi alvo de grandes críticas, mas na atualidade deram margem às novas interpretações e possibilidades de escrita e reinvenção da história.

Desde os precursores da história social e cultural até o momento, percebemos grandes investidas em estabelecer novas metodologias que permitem desenvolvermos este tipo de estudo.

No romance “Úrsula”, escrito por Maria Firmina em 1859, são retratados temas como o amor, o ódio, o casamento, a maternidade e a escravidão. A narrativa firminiana permite perceber como são estabelecidas as relações sociais em meados do século XIX, deixando transparecer as convicções políticas da escritora, como nos

casos da escravidão e das posturas hierarquizantes que segregavam muitas mulheres.

Embora “Úrsula” tenha sido nosso ponto de partida, não exaurimos aqui nossa investigação sobre Maria Firmina, pois tínhamos como objetivo perceber a sociedade que estava inserida e como tais elementos operaram na produção do discurso firminiano, por isto analisamos outros textos literários da escritora maranhense, presentes em jornais e revistas. Percebemos que Firmina publicou com certa regularidade na segunda metade do século XIX, aliando as atividades como professora e como escritora.

As apresentações feitas pelos editores dos jornais que Maria Firmina publicava eram sempre de exaltação à sua escrita, sua postura e ações no contexto social oitocentista. Primeiramente se resguarda da crítica usando o codinome “Uma maranhense”, como feito em seu romance “Úrsula”. Posteriormente, já usa sua assinatura como Maria Firmina dos Reis nos poemas, contos e outros escritos publicados. Suas publicações são feitas, em sua maioria, nos periódicos destinados à difusão da arte e literatura como os jornais *A Estrela Maranhense* (1859), *Echo da Juventude* (1864 e 1865), *O Jardim das Maranhenses* (1861), *Porto Livre* (1963, 1964 e 1965) e *Publicador Maranhense* (1859, 1860 e 1861).

O positivismo, as novas relações econômicas e os ares da modernidade geram toda uma mudança nas relações estabelecidas no século XIX, o que favorecem esta escrita feminina, o que permite que sejam discutidos temas como a escravidão e que sejam publicados muitos textos literários em jornais e livros. Firmina, assim como outras escritoras brasileiras, publica de forma mais ampla neste momento e permite realizarmos estudos como o aqui apresentado sobre o contexto de publicação.

Firmina foi ignorada por alguns críticos literários e estudiosos da história da literatura do século XIX e início do século XX. Ela não está presente nas catalogações produzidas sobre a literatura no século XIX. Apesar deste silenciamento quanto à produção de Firmina, ela era vista como precursora e mulher de escrita que merece prestígio por editores e gráficos de sua época. Suas obras, quando apresentadas ao público leitor dos jornais, eram sempre acompanhadas de

grandes elogios à Maria Firmina. Um paradoxo, pois quando se historiciza as produções literárias por grandes nomes do século XIX a escritora não é citada, mas para seus contemporâneos, que publicavam em seus jornais os textos de Firmina, ela era digna de enaltecimento.

Tal fato reflete que se tinha uma hierarquização dos discursos produzidos, dentro da própria produção literária que classificava textos de conteúdo erudito e aqueles para o consumo de leitores com menor cabedal teórico. Isto é fruto de uma sociedade que segregava a mulher a um local de fala secundária, que visava construir esta mulher como submissa e incapaz de realizar elaborações mais abstratas. Podemos afirmar que ao passo que se tentava reafirmar tais construções, grupos e indivíduos se posicionavam contrários, com experiências de resistências como as vivenciadas por Maria Firmina.

Maria Firmina viveu numa sociedade marcada por desigualdades de gênero, social e econômica o que deixa bem registrado em seus textos literários, em suas canções, em seus poemas e nos registros de seus diários particulares<sup>37</sup>. A escritora tem um tom melancólico que a acompanha, sendo este uma boa área para outras investidas de pesquisas, que pode ser recortado através dos registros deixados em seus diários.

A obra de Maria Firmina merece um papel central nos estudos literários e históricos maranhenses, visto ser produzida em condições que a escrita da mulher era limitada, retratando com um posicionamento político que refletia sobre as relações sociais entre homens e mulheres no século XIX.

Cabe ressaltar que, na atualidade, este nome começa a ser reconhecido entre a juventude, que nos estudos sobre autores maranhenses já têm esta escritora como um referente a ser observado. Mas, ainda percebemos a necessidade de maior valorização em museus e escritos que buscam preservar a memória de mulheres maranhenses.

Em São Luís, temos como traços que demarcam sua existência nestas terras: sua residência à Rua de Santana, um busto baseado em relatos de pessoas que a conheceram, uma escola que leva seu nome no bairro do Vinhais e, atualmente, pesquisas sobre sua vida e obra.

---

<sup>37</sup> Os Diários Particulares de Maria Firmina dos Reis são citados na obra de Nascimento de Moraes Filho, mas não foram usados neste trabalho, por limitações de acesso ao material.

Em Guimarães, cidade que viveu boa parte de sua vida, temos seu túmulo, a residência onde viveu parte de sua vida e relatos de várias pessoas que têm orgulho de preservar a memória da escritora, professora e folclorista.

A pesquisa sobre Maria Firmina pode ser descrita como momento de grande prazer, apresentando limites institucionais como deterioração de alguns jornais, antes de serem microfilmados, livros de registros de nascimento, óbito e censos que se encontram em estado preocupante, apesar dos esforços dos bibliotecários e demais pesquisadores das bibliotecas e arquivos pesquisados. Neste estudo, destacamos a construção do gênero no romance firminiano, perpassando por temas como o matrimônio, maternidade e juventude, entretanto os estudos sobre Maria Firmina ainda podem suscitar novos temas.

Firmina constrói sua narrativa baseada na divisão binária de gênero, estabelecendo de forma clara os posicionamentos de homens e mulheres no século XIX. Criticou as desigualdades estabelecidas em seu cotidiano, foi destemida e inovou em muitas ações em seu contexto social.

Motivada por elementos que favoreciam tal investidura buscou romper com as determinações destinadas as mulheres em seu contexto social. A difusão da imprensa e as mudanças e novos hábitos trazidos com os sentimentos de modernidade; as experiências de outras escritoras em estados brasileiros permitem e incentivam práticas como as desenvolvidas por Firmina. Não temos como afirmar que ela era ciente dessas outras mulheres na literatura, mas segundo a afirmação que ela mesma escreve na apresentação do romance “Úrsula”, em 1859, esperava que outras a sucedessem na atitude de romper com o silêncio das mulheres. Tudo isto foi capturado por Maria Firmina no desenvolvimento de seu trabalho e nos permitiu desenvolver este estudo aqui que buscou colaborar para a manutenção da memória da escrita de mulheres no Maranhão, como forma de homenagem e enaltecimento às posturas que permite modificarmos práticas outrora tão naturalizadas.



## REFERÊNCIAS

ABRANTES, E. S. **Fazendo Gênero no Maranhão**: estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX). 2010

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru: SP. EDUSC, 2007

ALENCAR, José de. **O guarani**. 20 ed., São Paulo: Ática, 1996

ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges (orgs.). **História da vida privada - Vol 2: Da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: RJ. Vozes, 2005

\_\_\_\_\_. Voltaire: Considerações sobre sua Historiografia e Filosofia da História. In: **Revista de Teoria da História**, Ano 3, Número 7. 2012 Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<[http:// http://revistadeteoria.historia.ufg.br](http://revistadeteoria.historia.ufg.br)>>. Acesso em jun 2013

BAUMAN, Zygmund. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar, 2012

BERMAM, Mashall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução Carlos Felipe Moisés; Ana Maria I. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução: Paulo Neves - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

\_\_\_\_\_. Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960b.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**, vol. 6, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <<<http://www.brasiliana.usp.br/bbd>>>. Acesso: 25 Jan. 2013.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo. Cultrix, 2013

BRASIL, Decreto de 3 de março de 1821. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-2-3-1821.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-2-3-1821.htm). Acesso em: 15 nov. 2013

\_\_\_\_\_. Decreto de 27 de setembro de 1808. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista/Rev\\_42/Dim2709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_42/Dim2709.htm). Acesso em: 15 nov. 2013

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Biblioteca Nacional. Catálogo de Autores Brasileiros com a obra em domínio público (mortos entre os séculos XIX e XX). Disponível em:

<<<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/bn000127.pdf>>>. Acesso em set 2014.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Tradução Sérgio Góis de Paula. 2 ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro. Jorge Zaher Editora, 2008

\_\_\_\_\_. **História e teoria social**. Tradução Klaus Brandeni Gerhardt; Roneide Venancio Majer. São Paulo. Editora Unesp, 2002

\_\_\_\_\_. **Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo. UNESP, 1997

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003

CAMPOS, Marize Helena. As Donas do Poder: práticas testamentárias de mulheres no Maranhão Oitocentista (1800 – 1822). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Orgs.). **O Maranhão Oitocentista**. São Luís. Editora UEMA, 2009

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 7ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 arte de fazer**. Tradução Epharaim Ferreira Alves. 16 ed. Petrópolis. Vozes, 2009

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro**. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2001

CHARTIER, Roger. Literatura e História. In: **Revista Topoi**. n. 1, p. 197 – 216. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<[http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores)>>. Acesso: 17 Jan. 2013.

\_\_\_\_\_. “El Passado em el Presente. Literatura, Memória e Historia”, Revista Co-herencia, n 7, Universidad EAFIT, Colômbia, 2007. Disponível em: <<<http://http://www.redalyc.org/pdf/774/77413255006.pdf>>>. Acesso em mai 2012a.

\_\_\_\_\_. **O que é um autor?** Revisão de uma genealogia. Trad. Luzmara Curcino; Carlos Eduardo Bezerra. São Carlos. EdUFSCar, 2012b.

\_\_\_\_\_. CHARTIER, Roger. História Cultural do autor e da autoria. In: FAULHABER, Priscila; LOPES, José Sérgio Leite. **Autoria e história cultural da ciência** (orgs.). Rio de Janeiro, Beco do Azougue, 2012c.

\_\_\_\_\_. Aula Inaugural Collège de France (2007). In: ROCHA, João Cezar de Castro (org). **Roger Chartier - a força das representações: história e ficção**. Chapecó: Argos, 2011

\_\_\_\_\_. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

\_\_\_\_\_. O referente da identidade homossexual . In: Richard Parker e Regina Maria Barbosa (Orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984

DINIZ, Leudjane Michele Viegas. **Nas linhas da literatura**: um estudo sobre as representações da escravidão no romance O Mulato, de Aluísio de Azevedo. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. In: **Estudos Avançados**. vol 17. Ano 49. São Paulo. 2003. Disponível em: <<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010)>>

DUARTE, Eduardo Assis (Org.). **Literatura Afro-brasileira**: 100 autores do século XVIII ao XXI. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014

ESTRADA DE BARROS, Jerônimo Duque. **Impressões de um tempo**: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750). (Dissertação) - de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro. 2012. Disponível em: <<[http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2012\\_Jeronimo\\_Barros.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2012_Jeronimo_Barros.pdf)>>. Acesso em 29 jan 2015.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo. Edusp, 1996

FLAMARION, CIRO; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro. Elsevier, 1997

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**: estética –literatura e pintura, música e cinema. Vol III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**, Petrópolis: Vozes, 2002

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2003

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade**: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**: curso no Collège de France (1974 – 1975). São Paulo: Editora WMF/ Martins Fontes, 2010

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CRADOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro. ELsevier, 1997

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo: ressonância e encantamento. In: **Revista Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, p. 244-261. Rio de Janeiro, 1991

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric J.. **A Era do Capital (1848-1875)**. São Paulo: Paz e Terra, 2009

HUNT, Lynn. **A nova história Cultural**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo. Martins Fontes, 1992

LACAN, Jacques. (1976). **O Seminário, livro 23 – O Sinthoma**. Rio de Janeiro, JZE, 2007

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.]. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 1990

LEONTIEV, A.; MACARIAN, E. **O papel da cultura nas ciências sociais**. Porto Alegre. Editora Villa Martha. 1980

MARANHÃO, Secretaria de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Vieira Filho. **Memória de velhos – Depoimentos: uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense**. vol. 1, São Luís: LITHOGRAF, 1997

MARQUES, Ademar. BERUTTI Flávio. FARIA Ricardo (Orgs). **História Moderna através de textos**. São Paulo: Contexto. 2005.

MARTINO, Agnaldo; SAPATERRA, Ana Paula. A censura no Brasil do século XVI ao século XIX. In: **Estudos Linguísticos**, v. 35, p. 234-243, 2006. Disponível em: <http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2006/sistema06/169.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2014

MARX, K. Engels, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. 9. Ed. Petrópolis. Editora Vozes, 1999

MATOS, Marcos Fábio Belo. **Ecoss da Modernidade: uma análise do discurso sobre o cinema ambulante em São Luís**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Disponível em: [http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030009P4/2010/matos\\_mfb\\_dr\\_arafcl.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bar/33004030009P4/2010/matos_mfb_dr_arafcl.pdf). Acesso em 16 nov de 2012.

MENDES, Algemira Macêdo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláquia na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX**. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2006. Disponível em: <<[http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=773](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=773)>>. Acesso em 15 fev 2014

MUZART, Zahidé Lupinacci Muzart. **Escritoras brasileiras do século XIX:** Antologia. Volume I. 2ª edição. Editora mulheres, Edurisc, 2000

MORAIS FILHO, José Nascimento de. **Maria Firmina, fragmentos de uma vida.** São Luís: COCNS, 1975

\_\_\_\_\_. “Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar”. Em MOREIRA, Maria Eunice (org.). **História da Literatura, teorias, temas e autores.** Porto Alegre, Mercado Aberto, 2003.

MOTTA, Diomar das Graças. MOTTA, Diomar das Graças. Mulheres-professoras maranhenses. In: SILVA, Maria Dulce & NERY, Inez Sampaio (orgs.). **Cenários e personagens plurais:** estudo de gênero. Teresina: O povo, 2002.

\_\_\_\_\_. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão.** São Luís: Edefma, 2003.

\_\_\_\_\_. Mulheres professoras no Maranhão: memória de um silêncio. **Educação & Linguagem**, ano 11, n.18, jul/dez, 2008.

NASCIMENTO, Juliano Carrupt do . **O romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis:** estética e ideologia no romantismo brasileiro. Dissertação ( Mestrado Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<<<http://www.lettras.ufrj.br/posverna/mestrado/NascimentoJC.pdf>>>. Acesso em: 15 dez 2013.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis.** Dissertação ( Mestrado em Letras: Estudos Literários). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007. Disponível em <<[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-73WGED/disserta\\_\\_o\\_\\_revis\\_o.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-73WGED/disserta__o__revis_o.pdf?sequence=1)>>. Acesso em 12 dez 2013

OLIVEIRA, Antônio José Silva,; COSTA, Judite Eugênia Barbosa Costa. *Revista Maranhense: a linguagem científica do primeiro veículo de divulgação científica no Estado do Maranhão.* FARIA, Regina Helena Martins de.; COELHO, Elizabeth Maria Beserra (org.). **Saberes e fazeres em construção: Maranhão, séc XIX-XX.** São Luís, EDUFMA, 2011

POLIAKOV, Léon.. **O Mito Ariano:** ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974  
PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880.** Tese. 2006. (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Disponível em <<[http://www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE\\_JOSENILDO\\_JESUS\\_PEREIRA.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_JOSENILDO_JESUS_PEREIRA.pdf)>>. Acesso em 02 fev 2015

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural.** 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLIAKOV, Léon.. **O Mito Ariano**: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo: Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974

RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo. 2008

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula; Escrava**. (1859). Atualização de texto e Pós-fácio de Eduardo de Assis Duarte. Minas Gerais: Editora Mulheres – PUC/MG, Belo Horizonte. 2004.

\_\_\_\_\_. **Úrsula**. Prólogo Horácio Almeida. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda., 1975.

RÉGNIER – BOHLER, Danielle. Ficções. In: DUBY, George (org.). **História da vida privada 2**: da Europa feudal à Renascença. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo. Companhia das Letras, 1990).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. –Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 6ª ed. 5 vols. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

SALES, Tatiane da Silva. Educação para o lar: instrução e condição social feminina em São Luís (1900 – 1920). In: ABRANTES, E. S. **Fazendo Gênero no Maranhão**: estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX). 2010

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992

\_\_\_\_\_. **Gênero: uma Categoria útil para a análise histórica**. 1989.

Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. Disponível em:

<<[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%3AAAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%3AAAnero-Joan%20Scott.pdf)>>. Acesso em: mai 2013.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão**: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX. 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo. Disponível em:

<<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14032014-094659/en.php>>>. Acesso em 13 nov 2014.

SISSA, Giulia. DETIENNE, Marcel. **Os deuses gregos**. Tradução Rosa Maria Boaventura. São Paulo. Companhia das Letras, 1990

SOUSA, Alexandre Miller Câmara. Da Igreja aos Bailes: os intelectuais positivistas e a imagem feminina em São Luís na segunda metade do século XIX. In: ABRANTES, E. S. **Fazendo Gênero no Maranhão**: estudos sobre mulheres e relações de gênero (séculos XIX e XX). 2010

TEIXEIRA MENDES, Melissa Rosa. **Uma análise das representações sobre as mulheres no Maranhão da Primeira Metade do Século XIX a partir do romance**

**Úrsula, de Maria Firmina dos Reis.** Dissertação (Mestrado em História Social). UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. 2013. Disponível em :<<<http://www.ppghis.ufma.br/siteantigo/documentos/Dissertacao%20Melissa.pdf>>>. Acesso em: 02 fev 2015

TELLES, Norma. **Encantações. Escritoras e imaginação literária no Brasil do século XIX.** São Paulo: Nat Editorial, 1998

VERÍSSIMO, J. **História da literatura brasileira:** de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 1o milheiro. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia, 1916.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura.** Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1992

## **JORNAIS**

A Estrela Maranhense - 1859

Echo da Juventude – 1864 e 1865

O Jardim das Maranhense – 1861

Porto Livre – 1963, 1964 e 1965

Publicador Maranhense – 1859, 1860 e 1861

Jornal do Comércio - 1861

Obs.: Os jornais estão disponíveis na Biblioteca Benedito Leite e Arquivo Público Maranhense.